



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/CPL-PU Nº 008/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

ABRE-SE, nesta data, o **2º VOLUME** dos autos do Processo Administrativo nº 23074.058505/2017-51, que tem como assunto o registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos campi I, II, III e IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital e todos os seus anexos, que se inicia na folha nº 196, em decorrência do encerramento do **1º volume**, à folha nº 195.

Esta folha não será numerada, nem assinada.

João Pessoa, 26 de abril de 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO (MINUTA)
PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, por intermédio do Pregoeiro designado pela PORTARIA/UFPB/PU nº 104/2017, de 03 de julho de 2017, por meio da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária (CPL-PU), sediada na Cidade Universitária, Castelo Branco, João Pessoa – PB, CEP nº 58051-900, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do **tipo menor preço global anual por grupo**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: XX/XX/2018.

Horário: XXh:XXmin (horário de Brasília – DF).

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br





2. DO OBJETO

2.1. O presente processo tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital e todos os seus anexos.

2.2. A licitação será constituída por um único grupo, formado pelos itens constantes da Planilha de Formação de Preços (Quadro 01), contida no Termo de Referência (Anexo I), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que a compõem, sendo vedado oferecer preço unitário superior àqueles estimados pela Administração para cada item da citada planilha.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo do quádruplo do valor estimado do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços



para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.





5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.2.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.2.6. Sociedades Cooperativas, considerando Súmula nº 281 do TCU: *“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”*.

Nota Explicativa (CPL-PU): A vedação de participação das cooperativas prevista no item 5.2.6 do Edital baseia-se nos Acórdãos nºs 1815/2003-Plenário e 307/2004-Plenário, que culminaram com a publicação da Súmula nº 281 do TCU:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

A razão para essa vedação é simples. Se assim não fosse, a disciplina das cooperativas violaria pilar basilar do Direito do Trabalho (art. 3º, da CLT). Nesse conflito de interesses e valores, direito das cooperativas x diretriz para a formação das relações de trabalho, prevaleceu o segundo, pois se relaciona com direito constitucional fundamental. Tal dispositivo motivou a inserção do **Anexo IX** (Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União) às peças editalícias.

5.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às declarações contidas no **Anexo III**.





5.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.3.1.2. O certame atenderá, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014) e ao Decreto nº 8.538, de 06/10/2015.

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 5.3.1.2 do Edital foi alterado. A versão original continha o texto “As MEs e EPPs ainda terão tratamento diferenciado, no que couber, previsto pela Lei Complementar nº 123, de 2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014) e o Decreto nº 8.538, de 06/10/2015”, passando a exibir a seguinte redação: “O certame atenderá, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014) e ao Decreto nº 8.538, de 06/10/2015”.

5.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.





6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. **Valor total máximo estimado da licitação: R\$ 23.194.464,00 (Vinte e Três Milhões, Cento e Noventa e Quatro Mil, Quatrocentos e Sessenta e Quatro Reais), conforme Quadro 01, do Termo de Referência (Anexo I).**

6.6.2. **Todas as especificações, quantitativos, bem como demais critérios a serem adotados para a execução dos serviços objeto deste pregão estão contidas em item (ns) específico (s) no Termo de Referência (Anexo I).**

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.8.1. [excluído]

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 6.8.1 do Edital continha a seguinte redação: *"A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como vale transporte, etc., devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, sem ônus para a UFPB, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993"*.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, conte-





nam vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado **pelo menor valor global anual por grupo**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

7.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.





7.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7.20. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.20.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (Três Milhões e Seiscentos Mil Reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

Nota Explicativa (CPL-PU): O texto do item 8.2 do Edital foi retirado de nota explicativa do modelo de edital da AGU e inserido como cláusula editalícia, dada a sua importância para as regras do certame em comento, nos seguintes termos: “*Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado*”.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:



8.4.1. Comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações, manifestamente de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8. **Na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para enviar a documentação digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo máximo de 02 (duas) horas, nos moldes da Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, sob pena de não aceitação da proposta.**

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 8.8 do Edital foi incluído em atendimento à Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, nos termos a seguir: *“Na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para enviar a documentação digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo máximo de 02 (duas) horas, nos moldes da Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, sob pena de não aceitação da proposta”.*

8.8.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, por meio do e-mail cplpu@prefeitura.ufpb.br, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, a seu critério exclusivo.

8.9. O formato da documentação enviada deverá ser de fácil compatibilidade com os sistemas operacionais usualmente disponíveis, preferencialmente Windows, em todas as suas versões e os aplicativos tradicionais, como Word, Excel, Adobe Reader, ou equivalentes, além de editores de imagens usuais. As extensões comumente aceitáveis são .xls, .doc, .jpg, e .pdf. Caso haja necessidade de compactação de arquivos, ou conjunto de arquivos, poderão ser usadas extensões ".zip" e ".rar", não sendo estas últimas, extensões de aplicativos, mas de compactadores de arquivos. Anexos enviados com arquivos incompatíveis com o nosso sistema não serão aceitos.

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 8.9 do Edital foi incluído em atendimento ao item 9.4.1 do Acórdão nº 3982/2015 TCU (1ª Câmara), nos seguintes termos: *"9.4.1. ausência de indicação, em edital, do formato/extensão dos arquivos eletrônicos das planilhas de proposta comercial a serem enviadas pelas licitantes na fase de julgamento das propostas, em afronta ao disposto no art. 9º, inciso IV, do Decreto 5.450/2005"*.

8.9.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, além daqueles descritos na Cláusula 8 deste Edital, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, no que couber.

8.9.2. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.9.3. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.9.4. Erros de cálculo no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.9.5. Serão aceitas propostas em valores com até 02 (duas) casas decimais válidas, devendo o proponente complementar com algarismo "zero" as casas decimais remanescentes, disponibilizadas pelo sistema Comprasnet, por ocasião da inserção eletrônica de sua proposta.

8.9.5.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.





8.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.12. Antes de formalizar a aceitação de uma proposta, O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, concedendo ao fornecedor o prazo de 20 (vinte) minutos, nos moldes do Acórdão 2637/2015 do TCU, nesses termos: "Nas licitações realizadas mediante pregão, constitui poder-dever da Administração a tentativa de negociação para reduzir o preço final do contrato, tendo em vista a maximização do interesse público em obter-se a proposta mais vantajosa mesmo que eventualmente o valor da oferta tenha sido inferior à estimativa da licitação, conforme art. 24, §§ 8º e 9º, do Decreto 5.450/05."

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 8.12 do Edital foi baseado no Acórdão nº 2637/2015 do TCU que menciona o seguinte: "Nas licitações realizadas mediante pregão, constitui poder-dever da Administração a tentativa de negociação para reduzir o preço final do contrato, tendo em vista a maximização do interesse público em obter-se a proposta mais vantajosa mesmo que eventualmente o valor da oferta tenha sido inferior à estimativa da licitação, conforme art. 24, §§ 8º e 9º, do Decreto 5.450/05."

8.12.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Com fulcro na Orientação Normativa SEGES/MPOG Nº 2, de 06 de Junho de 2016, Anexo II, alíneas 14 e 14.1, o Pregoeiro encaminhará à Autoridade Competente a relação daqueles Fornecedores cujas condutas estejam tipificadas pelo art. 7º da Lei nº 10.520/2002, para que seja iniciado procedimento administrativo visando aplicação das penalidades previstas do citado artigo.

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 8.13 do Edital é baseado na Orientação Normativa SEGES/MPOG Nº 2, de 06 de Junho de 2016, Anexo II, alíneas 14 e 14.1.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento

mento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.7. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.1.8. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.1.9. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal, conforme estatui o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

Nota Explicativa (CPL-PU): Os itens de 9.1.6 até 9.1.9 foram adequados à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016).

9.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:





9.3. **Habilitação jurídica:**

9.3.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.3.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DN-RC;

9.3.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante, sucursal, filial ou agência;

9.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 9.3.7 foi acrescentado para fins de adequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016).

de autorização;

9.3.8. A apresentação do contrato social da empresa e de todos os documentos acima mencionados deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 9.3.8 foi alterado para fins de readequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016).



9.4. Regularidade fiscal e trabalhista:**9.4.1. [excluído]**

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 9.4.1 foi excluído para fins de adequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016) Edital AGU).

Teor do antigo item 9.4.1: “Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos moldes do inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 1.078 do Código Civil, em consonância com o Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário”.

9.4.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterada pela Lei Nº 12.440, de 7 de Julho de 2011 – DOU de 08/07/2011;

9.4.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.4.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;





9.4.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Nota Explicativa (CPL-PU): Foi suprimida a expressão “para efeito de contratação” do item 9.4.9 para fins de adequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016) Edital AGU.

9.4.10. Os licitantes, em relação ao nível da Qualificação econômico-financeira, deverão apresentar a documentação constante nos itens a seguir:

9.5. Qualificação econômico-financeira:

9.5.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos moldes do inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 1.078 do Código Civil, em consonância com o Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário;

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 9.5.2 baseia-se no inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 1.078 do Código Civil, em consonância com o Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário.

9.5.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.5.3. Comprovação da situação financeira da empresa, constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, maiores ou iguais a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



9.5.4. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

9.5.5. Comprovação de patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.5.6. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo XII** do Edital de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.5.7. A declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social.

9.5.8. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.5.9. No caso de licitação para locação de materiais ou para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.



- 9.6. As empresas deverão comprovar, ainda, a **qualificação técnica**, por meio de:
- 9.6.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional, em plena validade.
- 9.6.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, inclusive a qualificação técnica exigida no Termo de Referência (Anexo I), por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.6.2.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante declaração da contratante.
- 9.6.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.6.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.
- 9.6.3. Declaração de Sustentabilidade Ambiental e às Normas de Proteção do Meio Ambiente, conforme **Anexo IV**.

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 9.6.3 foi incluído por basear-se em critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01/2010 e o Decreto nº 7.746/2012. A mesma justificativa também explica a inserção do Anexo IV do Edital (Declaração de Sustentabilidade Ambiental).

- 9.6.4. Modelo de Declaração de Conhecimento dos Locais e Dificuldades do Serviço / Entrega dos Bens, conforme modelo do **Anexo V**.

- 9.7. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 9.7 foi incluído para fins de adequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Preg. Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016) Edital AGU.



9.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema de Compras Governamentais (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cplpu@prefeitura.ufpb.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

9.9. Uma vez convocada, a licitante vencedora encaminhará, oficialmente, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, para fins de habilitação, a documentação física (todos **originais ou cópias autenticadas**, assim como a proposta atualizada) para análise, nos moldes da Portaria Normativa SLTI-MPOG Nº 05, de 19/12/2002 ao Protocolo Geral ou Via Postal, com AR (Aviso de Recebimento) enviado para o e-mail: cplpu@prefeitura.ufpb.br. Uma vez aprovada tal documentação, a licitante será declarada habilitada.

Nota Explicativa (CPL-PU): Os itens 9.8 e 9.9 do Edital foram condensados e transformados no atual item 9.8 para fins de adequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Preg. Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016) Edital AGU.

9.10. No caso de envio postal, o endereço da CPL-PU é o seguinte:

Universidade Federal da Paraíba – Campus I (Reitoria)
A/C Comissão Permanente de Licitação (CPL-PU)
Gabinete da Reitoria (Sala 09 – Antiga Sala de Reuniões)
Cidade Universitária, S/N
João Pessoa, PB – CEP: 58.051-900
E-mail: cplpu@prefeitura.ufpb.br



9.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa equiparada, seja declarada vencedora, desde que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição não-fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13. A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.17. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA VISTORIA

10.1. A visita técnica é facultativa. Contudo, a Prefeitura Universitária da UFPB recomenda veementemente que os licitantes a realizem, pois se trata de oportunidade única para que se aprecie tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto, além de conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, tais como: as condições locais, equipamentos necessários à execução, as características do local, os meios de acesso, etc.,





podendo fazer todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais.

10.2. A empresa poderá realizar a visita técnica para conhecimento dos detalhes relacionados com o objeto desta licitação, cujo agendamento deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão deste pregão, no intervalo das 09h:00min às 16h:00min (horário local), junto à Superintendência dos Restaurantes da UFPB. O licitante interessado poderá se fazer acompanhar de seus respectivos responsáveis técnicos, para que sejam levantadas todas as informações aos serviços.

10.3. Para a visita técnica, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

10.4. O exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto passam a ser responsabilidade exclusiva do licitante interessado, não se permitindo alegar o desconhecimento de tais fatores como forma de reivindicar qualquer tipo de reajuste no contrato.

10.5. A responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços é exclusivamente do licitante contratado, que deverá declarar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, preenchendo – obrigatoriamente – a Modelo de Declaração de Conhecimento dos Locais e Dificuldades do Serviço / Entrega dos Bens, **Anexo V** do Edital.

Nota Explicativa (CPL-PU): Toda a sessão 10 do Edital (DA VISTORIA), seus itens e subitens foi incluída por se tratar de uma licitação considerada de alta complexidade. Ademais, a Prefeitura Universitária da UFPB recomenda veementemente que os licitantes façam a visita técnica, pois a mesma representará a oportunidade para que estes tomem conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto, além de conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, tais como: as condições locais, equipamentos necessários à execução, as características do local, os meios de acesso, etc., podendo fazer todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais. A presente justificativa também explica a inserção do Anexo V do Edital (Modelo de Declaração de Conhecimento dos Locais e Dificuldades do Serviço / Entrega dos Bens).

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:





11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

12.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13. DOS RECURSOS

13.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá, **nos moldes do Acórdão nº 1990/2008 do TCU – Plenário, o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para**

que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 13.1 apenas insere a fundamentação do Acórdão nº 1990/2008 do TCU Plenário.



13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.





15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

Nota Explicativa (CPL-PU): O texto “O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante” foi suprimido da redação do item 16.1 do Edital para fins de adequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Preg. Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016) Edital AGU.



16.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

16.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme art. 2º, §2º, V, da Portaria MP nº 409, de 2016.

16.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

16.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

16.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

16.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

16.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

16.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

16.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.9. Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.



16.9.1. Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, conforme obrigação assumida pela contratada.

Nota Explicativa (CPL-PU): Os itens 16.9 e 16.9.1 justificam-se pela necessidade da Administração, na condição de litisconsorte, de se precaver de eventuais demandas trabalhistas provocadas pelos empregados da Contratada, mesmo em se tratando de mão de obra não exclusiva. A não inserção das referidas cláusulas no instrumento convocatório ensejará, **salvo melhor juízo**, a perda de fundamentação legal que possa proteger a Administração de eventuais demandas judiciais. A presente justificativa também motiva a inserção do Anexo do Contrato e os Anexos X (Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto) e XI (Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira) do Edital.

16.10. Será considerada extinta a garantia:

16.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

16.10.2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

17. DO TERMO DE CONTRATO

17.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

17.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

17.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e seus anexos.



17.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

17.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Nota Explicativa (CPL-PU): O antigo item 17.5 foi excluído para fins de adequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016).

Teor do antigo e extinto item 17.5: Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18. DO REAJUSTE

Nota Explicativa (CPL-PU): A sessão 18 e seus itens e subitens foram alterados para fins de adequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Preg. Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016).

18.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, Anexo I deste Edital.

18.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 18.2 foi REFORMULADO para fins de adequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016).

Teor do item 18.2 anterior: O prazo de vigência da Ata do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogado.



19.
ÇÃO

DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZA-

19.1. A Contratada deve zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, e que as falhas que porventura venham a ocorrer, sejam sanadas segundo critérios, indicadores, índices e parâmetros fixados pelas normas pertinentes com o objeto deste certame licitatório, bem como o que estabelece o Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**).

Nota Explicativa (CPL-PU): O item 19.1 justifica-se pela necessidade da Administração de obter da Contratada a perfeita execução dos serviços, resguardando-se da possibilidade de cobrar o refazimento de etapas que eventualmente estejam incompatíveis com as características esperadas do objeto.

19.2. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

21.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

21.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.





21.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

Nota Explicativa (CPL-PU): O trecho “*devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008*” do item 21.4 do Edital foi suprimido para fins de adequação à minuta de Edital da AGU (modelo para SRP/Preg. Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, Habilitação Completa e Ampla Participação – Atualização: Janeiro/2016)..

21.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

21.6. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

21.6.1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

Nota Explicativa (CPL-PU): Os itens 21.6 e 21.6.1 justificam-se pelo mesmo motivo dos itens 16.9 e 16.9.1, qual seja, a necessidade da Administração, na condição de litisconsorte, de se precaver de eventuais demandas trabalhistas provocadas pelos empregados da Contratada, mesmo em se tratando de mão de obra não exclusiva. A não inserção das referidas cláusulas no instrumento convocatório ensejará, salvo melhor juízo, a perda de fundamentação legal que possa proteger a Administração de eventuais demandas judiciais.

21.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:





- 21.7.1. não produziu os resultados acordados;
- 21.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 21.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 21.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 21.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 21.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 21.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 21.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 21.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 21.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 21.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 21.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pa-

gamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.





23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

23.1.2. apresentar documentação falsa;

23.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.5. não mantiver a proposta;

23.1.6. cometer fraude fiscal;

23.1.7. comportar-se modo inidôneo.

23.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.3.1. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

23.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

23.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

23.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

23.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência (**Anexo I**).

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, preferencialmente pelo e-mail cplpu@prefeitura.ufpb.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Campus I – Reitoria), Cidade Universitária s/nº, João Pessoa, PB – CEP: 58.051-900, Gabinete da Reitoria (Sala 09 – Antiga Sala de Reuniões), à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária (CPL-PU).

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico a seguir: cplpu@prefeitura.ufpb.br.

24.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7. O pregoeiro responderá a todos os pedidos de esclarecimentos e recursos de impugnação através do Portal de Compras Governamentais (Comprasnet), na aba “Impugnações/Esclarecimentos/Avisos”, tornando-os disponíveis a todos os interessados.

24.8. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

24.9. Qualquer dúvida de ordem técnica desta licitação poderá ser sanada pessoalmente ou pelos telefones (83) - 3216-7231, no intervalo das 09h:00min às 16h:00min (horário local), junto à Superintendência dos Restaurantes da UFPB, no que couber, a depender da especificidade.





Nota Explicativa (CPL-PU): Os itens 24.7 e 24.9 foram inseridos no Edital para fins de contribuir com maiores esclarecimentos para os interessados em participar do certame licitatório.

Teor do item 24.7: "O pregoeiro responderá a todos os pedidos de esclarecimentos e recursos de impugnação através do Portal de Compras Governamentais (Comprasnet), na aba "Impugnações/Esclarecimentos/Avisos", tornando-os disponíveis a todos os interessados".

Teor do item 24.9: "Qualquer dívida de ordem técnica desta licitação poderá ser sanada pessoalmente ou pelos telefones (83) - 3216-7231, no intervalo das 09h:00min às 16h:00min (horário local), junto à Superintendência dos Restaurantes da UFPB, no que couber, a depender da especificidade".

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.





25.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.prefeitura.ufpb.br/cplpu>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Campus I – Reitoria), Cidade Universitária s/nº, João Pessoa, PB – CEP: 58.051-900, Gabinete da Reitoria (Sala 09 – Antiga Sala de Reuniões), nos dias úteis, no horário das 08h:00min horas às 12h:00min horas e das 14h:00min às 17h:00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 25.10.1. ANEXO I Termo de Referência;
- 25.10.2. ANEXO II Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 25.10.3. ANEXO III Declarações;
- 25.10.4. ANEXO IV Declaração de Sustentabilidade Ambiental;
- 25.10.5. ANEXO V Modelo de Declaração de Conhecimento dos Locais e Dificuldades do Serviço / Entrega dos Bens;
- 25.10.6. ANEXO VI Minuta de Termo de Contrato;
- 25.10.7. ANEXO VII Modelo de Carta-Proposta;
- 25.10.8. ANEXO VIII Modelo do Acordo de Níveis de Serviço – ANS;
- 25.10.9. ANEXO IX Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;
- 25.10.10. ANEXO X Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (arts. 19-A e 35 da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008);
- 25.10.11. ANEXO XI Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira;
- 25.10.12. ANEXO XII Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;
- 25.10.13. ANEXO XIII Planilha de Custos e Formação de Preços;



25.10.14.

ANEXO XIV

Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios.



João Pessoa – PB, 20 de Setembro de 2017.

JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

Prefeito Universitário

Mat. SIAPE nº. 2569256



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para Eventual Contratação de Pessoa Jurídica Especializada no Fornecimento de Refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital e todos os seus anexos, incluindo este Termo de Referência.

1.2. A prioridade é conferida à comunidade discente beneficiária do Programa de Alimentação da Universidade Federal da Paraíba em todos os seus Campi e/ou unidades isoladas, durante o período letivo, conforme calendário aprovado pela UFPB.

1.3. O objeto prevê também o fornecimento de gêneros alimentícios, preparações e materiais de consumo em geral (descartáveis, de higiene e de limpeza), higienização das dependências, higienização dos utensílios e equipamentos utilizados, manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos equipamentos, recursos humanos (pessoal técnico, operacional e administrativo) em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas neste Termo de Referência e seus anexos.



2. JUSTIFICATIVA

2.1. Para que o estudante possa se desenvolver em sua plenitude acadêmica, é necessário associar à qualidade de ensino ministrado, uma política efetiva inclusiva que cumpra os deveres relacionados à responsabilidade social, com investimento em assistência, a fim de atender as necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, transporte, apoio acadêmico, entre outras condições.

2.2. A alimentação constitui uma das necessidades mais fundamentais para o homem. Além das implicações fisiológicas, envolve aspectos sociais, psicológicos e econômicos, estamos nos referindo a uma missão educativa e social de oferecer uma refeição nutricionalmente adequada em termos qualitativos e quantitativos.

2.3. A Universidade Federal da Paraíba acolhe em suas dependências milhares de jovens, oriundos de vários municípios e localidades dentro e fora do estado, e das mais diversas classes sociais, que buscam a necessária qualificação para ingresso no mercado de trabalho.

2.4. Alguns deles exercem atividades de pesquisa, extensão ou estágios na Instituição, necessitando deslocar-se muito cedo de suas residências, passando o dia todo nas dependências dos seus Campus, retornando somente à noite aos seus lares devido à distância ou sua carência financeira.

2.5. Com vistas à implementação efetiva do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE investe em ações que favoreçam o acesso e a permanência do estudante em condição de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior.

2.6. Objetivando o cumprimento de metas do PNAES, o Decreto nº 7.234/2010 que prevê no seu artigo 3º, § 1º, inciso II a alimentação como uma das ações de assistência estudantil, visando ao atendimento de estudantes de baixa condição socioeconômica, regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

2.7. Diante da necessidade de prover alimentação aos alunos contemplados no Programa de Alimentação e demais membros da comunidade universitária autorizados, faz-se necessário a contratação de empresa terceirizada especializada na produção, transporte e distribuição diária de alimentação segura e de qualidade, de forma a proporcionar o alcance dos objetivos institucionais.

2.8. Tendo em vista o caráter estimativo dos quantitativos apresentados, torna-se necessária a aquisição através de Registro de Preços.



2.9. A forma estabelecida para a realização da licitação (Pregão Eletrônico para Registro de Preços) vai ao encontro da finalidade do sistema “IRP - Intenção de Registro de Preços”, implementado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e do Departamento de Logística e Serviços Gerais, com amparo no Decreto 7.892, de 23 de janeiro 2013, cuja funcionalidade é permitir a Administração tornar públicas, no âmbito dos órgãos integrantes do SISG (Sistema de Serviços Gerais), suas intenções de realizar licitações, na modalidade Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com o intuito de proporcionar a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto.

2.10. A escolha da licitação por Registro de Preços em um único processo proporciona economia processual para manter nossos estoques abastecidos pelo prazo de um ano, sem que se gaste tempo e recursos efetuando diversas aquisições em locais diferentes da Universidade ou até mesmo diversas licitações para aquisição destes itens em uma mesma Unidade.

2.11. As vantagens proporcionadas, em síntese, do Registro de Preços, são as seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da administração, reduzindo assim o desperdício de materiais em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da administração na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações.

2.12. Desta maneira, o Restaurante Universitário tem por objetivo oferecer ao aluno, por meio de uma ação efetiva, um importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica e de real função acadêmico social, o qual vem de forma completa contribuir para seu melhor desempenho e formação integral, bem como, diminuir a evasão escolar.

2.13. Restaurante Universitário, além de oferecer um serviço básico de qualidade, subsidiando a alimentação dos alunos, também é um importante espaço de convivência para os membros da comunidade universitária. Integram-se, assim as ações de educação, formação profissional, saúde, alimentação e lazer, com vistas ao sucesso escolar.

3. OBJETIVO:

3.1. Proporcionar refeição nutricionalmente equilibrada, em quantidade adequada e em condições higiênico-sanitárias seguras;

3.2. Oferecer cardápios diversificados quanto aos gêneros alimentícios e as preparações, respeitando a cultura de cada local;



3.3. Oferecer refeições isenta de qualquer risco, sejam eles físicos, químicos ou biológicos.

4. CARACTERIZAÇÃO

4.1 Início do Serviço

4.1.1 O fornecimento de refeições nos diversos Campi será de até 20 (vinte) dias após a assinatura do Contrato e o recebimento da Ordem de Serviço.

4.2 Público alvo

4.2.1 Prioritariamente a comunidade discente beneficiária do Programa de Alimentação da Universidade Federal da Paraíba e, desde que autorizados pela Instituição, demais discentes da graduação e pós-graduação, servidores e autorizados da UFPB dos Campi I, II, III e IV.

4.3 Local de prestação do serviço

4.3.1 A prestação dos serviços de produção e distribuição local de refeições será realizada integralmente nas dependências da CONTRATANTE, nos quatro Campi da Universidade Federal da Paraíba, onde, inicialmente, estão situadas as instalações de refeitório e cozinha industrial, sendo elas:

➤ **Campus I:** Restaurante Universitário, situado na Cidade Universitária, s/n – Castelo Branco – João Pessoa - PB - CEP: 58.051-900.

➤ **Campus II:** Restaurante Universitário, situada no Centro de Ciências Agrárias, Rodovia BR 079 - Km 12 - Areia – PB - CEP: 58.397-000.

➤ **Campus III:** Restaurante Universitário, situada no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, Campus universitário III, s/n – Cidade Universitária – Bananeiras - PB - CEP: 58.220-000.

➤ **Campus IV:** Restaurante Universitário, situado no Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Av. Santa Elizabete, s/n – Centro - Rio Tinto – PB - CEP 58.297-000.

4.3.2 As refeições de desjejum e lanche noturno dos discentes das Residências Universitárias do Campus I serão elaboradas nas dependências da CONTRATANTE, sendo as

refeições produzidas nos Restaurantes Universitários e depois transportadas para serem distribuídas nas respectivas Residências:



➤ **Residência Universitária Masculina e Feminina – (RUMF)**, situada na Cidade Universitária, S/N – Castelo Branco – João Pessoa – PB - CEP: 58.051-900.

➤ **Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET)**, localizada na Rua Diogo Velho, Nº 231- Centro - João Pessoa – PB - CEP: 58013-110.

4.3.3 Por interesse da CONTRATANTE, as refeições de desjejum e lanche noturno, dos discentes residentes do Campus I, poderão ser produzidas e distribuídas nas próprias residências.

4.3.4 A CONTRATANTE poderá solicitar a implantação de fornecimento de **refeições transportadas (almoço e jantar)** para as Unidades Acadêmicas de Mangabeira e Santa Rita, sendo estas produzidas no Restaurante Universitário do Campus I.

➤ **Unidade Acadêmica de Mangabeira – CTDR** – Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional da UFPB, situada na Rua dos Escoteiros, s/n, Mangabeira VII - Distrito Industrial de Mangabeira - João Pessoa - PB - CEP 58.058-600.

➤ **Unidade Acadêmica de Santa Rita – CCJ** – Centro de Ciências Jurídicas, situada na Rua Barão Adauto Lúcio Cardoso, 24, Bairro Tibiri II - Santa Rita – PB – Paraíba. CEP: 58.301-645.

4.3.5 A CONTRATANTE poderá, também, solicitar fornecimento de refeições para Unidade Acadêmica de Mamanguape. O serviço dar-se-á por produção e distribuição no Restaurante Universitário de Mamanguape, ou por **refeições transportadas**, produzidas no Restaurante Universitário do Campus IV – Unidade Acadêmica de Rio Tinto.

➤ **Unidade Acadêmica de Mamanguape – CCAE** – Centro de Ciências Aplicadas e Educação, situada na Coxilha Comunitária Engenho Novo - s/n – Mamanguape – PB - 58280-990.

4.3.6 Em situações que impliquem na interrupção/impedimento da produção de refeições em algum dos Restaurantes Universitários, poderá a CONTRATANTE solicitar a produção em outra unidade da UFPB e transporte destas refeições para local indicado.



Número de refeições e Custo Estimado Total

4.4.1 O quantitativo estimado de refeições a serem fornecidas diariamente nos diversos Campi da Universidade Federal da Paraíba está apresentado no Quadro 01, a seguir.

4.4.2 Devido às próprias características do calendário acadêmico da UFPB, a quantidade de refeições a serem servidas nos restaurantes universitários é variável, respeitado o quantitativo limite do quadro anterior.

4.4.3 Fora do escopo da presente Licitação, o quantitativo estimado das refeições diárias poderá ser ampliado em situações esporádicas, por demanda de outros segmentos da Comunidade Universitária, tais como servidores, participantes de eventos e visitantes. Tais refeições não serão subsidiadas e o seu fornecimento deverá ser autorizado previamente pela Superintendência dos Restaurantes da UFPB. As despesas decorrentes serão acertadas diretamente com a CONTRATADA, respeitando-se os valores previstos no Contrato. O acréscimo de refeições servidas em condição excepcional não resultará em aumento de despesas para a UFPB.

4.4.4 O quantitativo de refeições (almoço e jantar) para discentes não beneficiários do Programa de Alimentação da Universidade Federal da Paraíba, servidores e autorizados da UFPB, serão praticados à luz da capacidade instalada de produção de cada cozinha industrial e respectivos refeitórios, em todos os Campi e/ou unidades acadêmicas isoladas, seguindo as informações e autorização da Superintendência dos Restaurantes da UFPB.

4.4.5 A CONTRATANTE não tem compromisso com a remuneração de uma quantidade mínima diária, semanal ou mensal, cabendo a CONTRATADA prever a sua atividade em função da variação do número de comensais;

4.4.6 **O valor total anual máximo estimado a ser pago pela Administração nesta licitação é de R\$ 23.194.464,00 (Vinte e Três Milhões, Cento e Noventa e Quatro Mil, Quatrocentos e Sessenta e Quatro Reais), conforme Quadro 01, a seguir:**

QUANTITATIVO MÁXIMO ESTIMADO DE REFEIÇÕES											
REFEIÇÕES	CAMPI / LOCALIDADES							QUANTIDADES MÁXIMAS ESTIMADAS	CUSTO UNITÁRIO MÁXIMO	CUSTO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	CUSTO TOTAL ANUAL MÁXIMO ESTIMADO
	CAMPUS I			CAMPUS II	CAMPUS III	CAMPUS IV					
	Castelo Branco Residências	CTDR Mangabeira	CCJ Santa Rita	CCA	CCHSA	CCAE Rio Tinto	CCAE Mamanguape				
	A	B	C	D	E	F	G				
								$H = \sum (A : G)$	I	J = H x I	K = J x 200
DESJEJUM	564,00	-	-	360,00	360,00	-	-	1.284,00	7,54	9.681,36	1.936.272,00
ALMOÇO	2.400,00	-	-	720,00	720,00	360,00	-	4.200,00	14,26	59.892,00	11.978.400,00
JANTAR	1.200,00	-	-	600,00	600,00	300,00	-	2.700,00	13,88	37.476,00	7.495.200,00
LANCHE NOTURNO	564,00	-	-	360,00	300,00	-	-	1.224,00	7,29	8.922,96	1.784.592,00
TOTAL GERAL ANUAL MÁXIMO ESTIMADO (R\$)											23.194.464,00

Quadro 01 – Quantitativo estimado de refeições a serem fornecidas nos diversos Campi da UFPB.





4.5

Horários de distribuição das refeições diárias

4.5.1

Para a comunidade discente beneficiária do Programa de Alimentação da Universidade Federal da Paraíba:



Campus I



Desjejum: segunda a domingo das 06h00min às 08h00min;



Almoço: segunda a sexta das 10h30min às 13h30min;



Jantar: segunda a sexta das 16h30min às 19h00min;



Lanche Noturno: segunda a sexta das 21h00min às 22h00min.



Campus II



Desjejum: segunda a domingo das 06h30min às 08h00min;



Almoço: segunda a domingo das 10h30min às 13h00min;



Jantar: segunda a domingo das 17h00min às 19h00min;



Lanche Noturno: segunda a sexta das 21h30min às 22h40min.



Campus III



Desjejum: segunda a domingo das 06h30min às 08h00min;



Almoço: segunda a domingo das 10h30min às 13h00min;



Jantar: segunda a domingo das 17h00min às 19h00min;



Lanche Noturno: segunda a sexta das 21h30min às 22h40min.



Campus IV (Unidade de Rio Tinto)



Desjejum: segunda a domingo das 07h00min às 08h00min;



Almoço: segunda a sexta das 11h00min às 13h30min;



Jantar: segunda a sexta das 17h30min às 19h00min;



Lanche Noturno: segunda a sexta das 21h00min às 22h00min.

4.5.2

Atualmente o Campus IV – unidade de Rio Tinto atende aos estudantes somente com as refeições de almoço e jantar. As demais refeições serão inseridas imediatamente após a implantação da Residência Universitária.

4.5.3

Os dias e horários previstos acima poderão sofrer alteração de acordo com a demanda e com autorização da CONTRATANTE.

4.5.4 Em período de férias, conforme calendário acadêmico, situações adversas de greves e paralisações, o restaurante poderá ser fechado, desde que haja autorização da Superintendência dos Restaurantes.



4.6 Sistema de Distribuição

4.6.1 A forma de distribuição será do tipo **cafeteria mista**, sendo servida por empregado da empresa CONTRATADA a opção proteica principal, e as demais preparações servidas pelo próprio comensal (self-service).

4.7 Cadastro e Controle de Usuários

4.7.1 O cadastro e o controle de acesso dos usuários serão de responsabilidade da CONTRATANTE, entretanto a CONTRATADA poderá solicitar que seus funcionários acompanhem visualmente o processo, sem autorização para operar o sistema de controle de acesso.

5. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de modo a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, conforme os arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, denominado Fiscal do Contrato.

5.2. O Fiscal do Contrato é o servidor público designado por Portaria, responsável pela fiscalização da execução do objeto, acompanhamento e controle diário do serviço e cumprimento do contrato.

5.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e incidirá sobre todas as etapas do processo de operacionalização (produção, transporte e distribuição das refeições aos usuários), conforme o padrão de alimentação estabelecido, o tipo de refeição e os respectivos horários definidos contratualmente.

5.4. O cumprimento do contrato deverá ser acompanhado e fiscalizado por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação



SLTI/MPOG nº 2 de 2008:

5.4.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

5.4.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

5.4.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

5.4.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

5.4.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

5.4.6. A satisfação do público usuário.

5.5. O Fiscal do Contrato executará a verificação e fiscalização durante toda vigência do contrato, registrando em relatório todas as ocorrências e as deficiências encontradas, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

5.6. Ao Fiscal do Contrato caberá ainda:

5.6.1. Realizar a avaliação periódica das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA;

5.6.2. Informar a todas as partes sobre o desempenho da CONTRATADA e coordenar as reuniões (audiências) para a avaliação semestral, bem como, apresentar os relatórios de acompanhamento e os planos de ação da CONTRATADA, visando ações necessárias à melhoria da execução do objeto. A CONTRATADA será convocada a participar das reuniões de avaliação semestral, com a SRU e representantes de comensais.

5.6.3. Controlar a quantidade de refeições efetivamente servidas.

5.6.4. Aprovar as faturas de fornecimento das refeições efetivamente servidas e consumidas;

5.7. A fiscalização será auxiliada pela equipe de nutricionistas do quadro técnico da Universidade Federal da Paraíba, lotadas nos Restaurantes Universitários de cada Campus, nos seguintes itens:

5.7.1. Verificar as atividades da CONTRATADA de acordo com os procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação estabelecidos por legislações específicas: Portaria MS nº 1428, de 26 de novembro de 1993; Portaria MS nº 326, de 30 de julho de 1997, RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002; RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

5.7.2. Avaliar a qualidade dos gêneros alimentícios, solicitando a substituição imediata de gêneros e/ou alimentos que apresentarem condições impróprias às preparações/consumo.

5.7.3. Verificar o cumprimento dos horários estabelecidos, as quantidades de refeições produzidas e servidas e a compatibilidade com o cardápio estabelecido.

5.7.4. Averiguar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos e utensílios;

5.8. O Fiscal do Contrato e a Equipe de Nutrição da CONTRATANTE, bem como pessoas autorizadas, terão a qualquer tempo, acesso a todas as dependências inerentes ao objeto licitado.

5.9. A fiscalização da execução do objeto, pela UFPB, não exclui nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA CONTRATADA



6.1. A avaliação do desempenho da empresa contratada, com a responsabilidade técnica operacional das atividades nos Restaurantes Universitários da UFPB, tem a finalidade de:

6.1.1. Garantir a qualidade do fornecimento das refeições;

6.1.2. Dar condições a fiscalização para mensurar e aferir o desempenho da empresa contratada;

6.1.3. Instituir ferramenta de gestão para dar apoio ao processo decisório com a formalização dos resultados;

6.1.4. Garantir o atendimento das obrigações contratuais, para que não ocorram desvios, sejam esses pelos descumprimentos de normas, procedimentos ou especificações.

6.2. A primeira avaliação ocorrerá sem agendamento prévio. A partir da primeira avaliação as subseqüentes serão realizadas bimestralmente, também sem agendamento prévio. Caso a empresa apresente na Avaliação conceito "Insatisfatório", a mesma terá que apresentar um Plano de Ação (PA) para cada NÃO CONFORMIDADE encontrada. Se a CONTRATADA não apresentar o PA no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a mesma será Notificada. Caso a empresa apresente o PA, mas se não aplicá-lo, a mesma será Advertida.

6.3. A avaliação de desempenho da CONTRATADA versará sobre as seguintes dimensões: Satisfação dos comensais com o serviço prestado; Condições higiênico-sanitárias; Execução do cardápio; e, Manutenção e infraestrutura.

6.3.1. Para efeito da avaliação de desempenho da contratada na dimensão “Satisfação dos comensais com o serviço prestado” serão considerados os resultados do questionário de avaliação de satisfação de comensais com os serviços prestados pela CONTRATADA, que é aplicado semestralmente por meio do SIGAA;

6.3.2. Para efeito da avaliação de desempenho da contratada na dimensão “Condições higiênico-sanitárias” e “Manutenção e infraestrutura” serão considerados os resultados do *check-list* baseado na RDC 2016, aplicado bimestralmente, pelos setores de nutrição dos restaurantes universitários;

6.3.3. Para efeito da avaliação de desempenho da contratada na dimensão “Execução do cardápio”, serão considerados os seguintes aspectos: Envio do cardápio no prazo; Aprovação do cardápio; e, Cumprimento do cardápio;

6.3.4. A somatória da tabela de pontuação e pesos das dimensões poderá totalizar até 100 pontos, de acordo com a tabela que segue:

Dimensão	Peso	RU I		RU II		RU III		RU IV	
		Nota (1-10)	Nota parcial	Nota (1-10)	Nota parcial	Nota (1-10)	Nota parcial	Nota (1-10)	Nota parcial
1 - Satisfação dos comensais com o serviço prestado	3								
2 - Condições higiênico-sanitárias	2								
3 - Execução do cardápio	3								
4 - Manutenção e infraestrutura	2								
Nota consolidada de cada RU									
Desempenho global da Empresa									

6.3.5. Nota parcial de cada restaurante universitário é igual à nota vezes o peso de cada dimensão. A nota consolidada de cada restaurante universitário corresponde ao somatório

de suas notas parciais. O desempenho global corresponde à média da nota consolidada de todos os restaurantes, variando entre 1 e 100.

6.4. De acordo com a atividade estabelecida no contrato, a FISCALIZAÇÃO poderá suprimir ou incluir algum quesito que ache mais específico ou pertinente para aquele momento do Contrato, bem como a CONTRATADA poderá sugerir alterações para melhor desenvolvimento das atividades, que será analisado pela FISCALIZAÇÃO e poderá ser acatado ou não;

6.5. A periodicidade da Avaliação de desempenho será bimestral, sendo realizada pelo Fiscal do Contrato e seus auxiliares, para emissão dos relatórios;

6.6. A classificação das não conformidades listadas no relatório pode ser:

Leve – Que incide em apresentação do Plano de Ação (PA).

Grave – Que incide em Notificação + Plano de Ação (PA).

Muito Grave – Que incide em Notificação + Advertência + Ressarcimento ou Reposição (se for o caso).

6.7. Caso haja alguma não conformidade grave descrita nos relatórios de Avaliação de Desempenho, poderá haver advertência à CONTRATADA, sendo definidas ações mais urgentes a serem tomadas, com risco até de rescisão contratual ou de penalização quanto ao ressarcimento de prejuízos ao RU, de acordo com as sanções previstas no Edital e na Lei n.º 8.666/93;

6.8. O Ressarcimento ou Reposição de prejuízo causado não impedirá o andamento do processo que poderá incidir em multa ou até em rescisão contratual;

6.9. Ao final da Avaliação de desempenho da contratada o FISCAL DO CONTRATO deverá emitir à CONTRATADA o Relatório da avaliação de desempenho da contratada, contendo o valor do desempenho global da CONTRATADA e a listagem das não conformidades, com suas respectivas classificações (leve, grave ou muito grave);

6.10. O conceito de Desempenho: é um parecer dado para cada quesito avaliado da CONTRATADA, conforme quadro abaixo:

Avaliação	Percentual
Ótimo	de 80 a 100
Bom	de 50 a 79
Insatisfatório	abaixo de 49





6.11. Caso a Contratada receba em 2 (duas) avaliações conceito “Insatisfatório”, a mesma será Notificada e, se não apresentar o PA, a mesma será Advertida mais uma vez. Caso a CONTRATADA receba 3 (três) conceitos “Insatisfatório”, a CONTRATADA receberá mais uma Advertência que poderá incidir em Multa ou até Rescisão Contratual.

6.12. Relatórios de Acompanhamento: São documentos gerados pela FISCALIZAÇÃO, que identifica não-conformidades nas atividades da CONTRATADA e define em conjunto com ela um Plano de Ação de melhorias;

6.13. Plano de Ação: Medidas corretivas que visam ao redirecionamento das ações necessárias ao desenvolvimento das atividades dentro dos padrões definidos neste Termo de Referência;

6.14. Procedimentos Operacionais Padrão (POPs): São normas e padrões técnicos operacionais elaborados pela CONTRATADA e aprovados pela equipe de fiscalização. Devendo ser disponibilizados à CONTRATANTE em até 2 meses após o início da operacionalização do serviço contratado, que deverão ser respeitados e seguidos pela Contratada nas atividades desenvolvidas no RU;

6.15. No POP é definida a forma de execução das atividades e padrões de qualidade, segurança alimentar, de acordo com os princípios e critérios da ANVISA, RDC 275 e 216;

6.16. Reuniões Periódicas: São reuniões realizadas entre a FISCALIZAÇÃO, membros da comunidade acadêmica e representante da CONTRATADA que visam discutir sobre cláusulas contratuais e o fornecimento de refeições. Essa reunião será mensal, mas poderá ocorrer mediante convocação da contratante, com aviso prévio de pelo menos 5 (cinco) dias, dependendo da complexidade do Plano de Ação. Isso será definido pela FISCALIZAÇÃO;

6.17. O representante nomeado pela CONTRATADA para representá-la nas reuniões deverá ter capacidade, competência e autonomia para falar em nome da mesma. A empresa CONTRATADA deverá manter durante a vigência do Contrato o mesmo representante por ela nomeado. Caso haja necessidade de trocar o representante, isso só poderá ser feito mediante prévia justificativa e informando o nome e as qualificações do próximo representante para aprovação da FISCALIZAÇÃO;

6.18. Será facultativa a presença de outros membros da empresa CONTRATADA às reuniões.



7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Credenciar, por escrito, junto a CONTRATANTE, um preposto idôneo, com experiência no ramo e com poderes para representá-la em tudo que se refira à execução dos serviços, inclusive a supervisão. Em caso de eventual substituição do preposto, a CONTRATADA deverá comunicar previamente este fato ao Fiscal do Contrato.

7.2. Comprometer-se em manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação.

7.3. Executar os serviços de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência, seus anexos e da sua proposta.

7.4. Responsabilizar-se integralmente pelas atividades relativas à produção de refeições, transporte e por todo controle administrativo, a saber: planejamento de cardápios; aquisição, recebimento e armazenamento dos variados gêneros; pré-preparo e preparo; distribuição; manutenção e higienização dos utensílios, dos equipamentos e do ambiente; seletividade, guarda dos resíduos e destino; contratação e administração de pessoal.


7.5. Arcar com todos os ônus resultantes da exploração da atividade, inclusive limpeza, higiene e aparência, custos com água, energia, telefone, internet, gás, material de limpeza, impostos e taxas, segurança do local onde atua, bem como todos os tipos de manutenção preventivas e corretivas dos equipamentos e área física interna e externa utilizada, por uso ou desgaste natural.

7.6. Responsabilizar-se pela Autorização Sanitária de Funcionamento de cada Restaurante Universitário, em nome da licitante e expedido pela autoridade sanitária competente;

7.7. Apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) meses após o início da operacionalização do serviço contratado, o Manual de Boas Práticas de Fabricação (MBPF) e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) devidamente adequados a execução do serviço contratado, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 216/2004, a Agência Nacional de vigilância Sanitária (ANVISA);

7.8. Respeitar os horários estabelecidos para o fornecimento das refeições aos usuários dos Restaurantes Universitários;

7.9. Afixar o cardápio semanalmente impresso em local visível e de circulação de usuários, devidamente assinado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA. Caso ocorram



alterações, o cardápio deverá ser corrigido no tempo mínimo de 1 (uma) hora antes da abertura do refeitório.

7.10. Reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as refeições fornecidas, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de gêneros/produtos alimentícios empregados.

7.11. Manter diariamente na saída de cada refeitório ferramentas para coleta de opinião diária para os usuários manifestarem suas reclamações ou sugestões através de pesquisa e/ou caderno de sugestões. A CONTRATADA deverá apresentar os registros de reclamações e/ou sugestões no final de cada mês e/ou quando solicitado pela CONTRATANTE.

7.12. Observar a aceitação das preparações servidas, e no caso de aceitação inferior a 70% (setenta por cento) por parte dos usuários, a preparação deverá ser excluída dos cardápios futuros.

7.13. Permitir visitas técnicas às cozinhas dos Restaurantes Universitários, quando solicitado pela CONTRATANTE, devendo providenciar para eles máscaras, toucas e demais equipamentos de segurança e higiene que julgar ser necessário.

7.14. Disponibilizar-se a prestar todos os esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato, requisitados pela CONTRATANTE, de forma clara, concisa e lógica, cujas solicitações se obrigam prontamente a atender.

7.15. **Da Equipe de Trabalho**

7.15.1. Manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo, de modo a cumprir plenamente as obrigações contratuais assumidas, conforme determinação legal, e em número suficiente para suprir a quantidade de refeições produzidas e atender ao desenvolvimento de todas as atividades descritas no Termo de Referência, conforme recomendação do ANEXO X – QUADRO MÍNIMO DE PESSOAL PARA CADA UNIDADE.

7.15.2. Manter, obrigatoriamente, nas dependências dos restaurantes universitários, e durante o horário de funcionamento, um ou mais nutricionistas, com autonomia para pronta resolução de problemas, durante todo o período de vigência da prestação dos serviços, substituindo-o, em caso de impedimento, por outro de nível igual ou superior, mediante previa comunicação e ciência da CONTRATANTE.

7.15.3. Manter em local visível quadro de horário de trabalho nos moldes do Ministério do Trabalho (Art.74 da CLT).

7.15.4. Entregar cópia à CONTRATANTE, por ocasião do início das atividades e sempre que houver alocação de novos empregados para cumprimento do contrato:

- a. Relação dos empregados;
- b. Cópia do contrato de trabalho de todos os empregados;
- c. Registro de emprego e cópia das páginas da carteira de trabalho e Previdência Social atestando a contratação de cada funcionário;
- d. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os empregados, comprovando a realização de exames médicos (admissional e periódicos e, se for o caso, retorno ao trabalho e de mudança de função);
- e. Comprovantes de opção e fornecimento do vale transporte, quando for o caso, de acordo com a devida legislação;
- f. Comprovante de cadastramento no regime PIS/PASEP de todos os empregados.

7.15.5. Enviar mensalmente à CONTRATADA planilha síntese com relação de empregados, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF e PIS, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio alimentação), horários de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências, horas extras trabalhadas, consoante com arts. 31, 34, 36 e Anexo IV, da Instrução Normativa nº 2 de 30 de abril de 2008 – MPOG, na redação de novembro de 2009.

7.15.6. Realizar, a suas expensas, exames de saúde admissionais e periódicos de seus empregados, inclusive exames específicos de acordo com Norma Regulamentadora – NR7 do Ministério do Trabalho e Emprego, a fim de que seu quadro de pessoal permaneça em condições de saúde compatíveis com suas atividades.

7.15.7. Afastar os manipuladores envolvidos nas atividades de preparação de alimentos, que apresentarem lesões e/ou sintomas de enfermidades que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, enquanto persistirem essas condições de saúde.

7.15.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento e conservação dos uniformes dos empregados, bem como dos equipamentos e itens individuais de segurança do trabalho específicos para o desempenho das funções, exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego - NR6.

7.15.9. Manter todos os empregados uniformizados, identificados e com os equipamentos de segurança específicos para o desempenho das funções.





7.15.10. Substituir os empregados faltantes, inclusive no caso de férias, licenças e outros afastamentos e desligamentos, para que o fornecimento das refeições não seja interrompido ou prejudicado.

7.15.11. Atender às solicitações da CONTRATANTE referentes à substituição dos empregados alocados no prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço conforme descrito neste Termo de Referência.

7.15.12. Assumir total e exclusiva responsabilidade por quaisquer ônus ou encargos relacionados com seus empregados na prestação do serviço que é objeto do contrato, sejam eles previstos na legislação trabalhista, social, previdenciária ou ambiental, ou relativos a indenizações por acidentes, moléstias ou outra natureza, profissional e/ou ocupacional.

7.15.13. Promover a capacitação e disponibilizar certificados para os participantes das equipes operacional, administrativa e técnica no início da realização da prestação dos serviços, periodicamente a cada 6 meses ou no máximo 1 ano ou toda vez que houver substituição ou nova contratação de funcionário, abordando no mínimo os seguintes temas: contaminantes alimentares; doenças transmitidas por alimentos (DTA); boas práticas de manipulação de alimentos; higiene pessoal e ambiental; atendimento e acolhimento ao usuário; e qualidade de vida do trabalhador.

7.15.14. Apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) meses após o início da operacionalização do serviço contratado, o cronograma para as demais capacitações que ocorrerão ao longo da prestação dos serviços, bem como a comprovação, mediante apresentação de documentação, a cada treinamento realizado.

7.15.15. Manter a disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e servidores da CONTRATANTE.

7.15.16. Manter o padrão de qualidade e uniformidade da alimentação e do serviço, independentemente das escalas de serviço adotadas e de absenteísmo.

7.15.17. Impedir que os manipuladores de alimentos pratiquem, possuam hábitos ou condições capazes de prejudicar a limpeza, a sanidade dos alimentos, a higiene do estabelecimento e a saúde dos consumidores, devendo, em especial, adotar as seguintes práticas:

7.15.17.1. Quando no recinto de trabalho, deverão fazer uso de uniforme adequado e limpos, devendo ser trocados diariamente e usados exclusivamente nas dependências da unidade;

7.15.17.2. Quando envolvidas na manipulação de alimentos, deverão usar cabelos presos e protegidos por redes, toucas ou outro acessório apropriado para esse fim, não usar barba, manter unhas curtas e sem esmaltes, não utilizar objetos de adornos e maquiagem;

7.15.17.3. Quando na área interna dos restaurantes universitários, não fumar e evitar: falar desnecessariamente, cantar, assobiar, cuspir, comer ou praticar outros atos que possam contaminar o alimento durante o desempenho das atividades;



7.16. **Da Segurança, Medicina e Meio Ambiente do Trabalho.**

7.16.1. Obedecer na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego e suas alterações, além de normas e procedimentos internos da UFPB relativos à engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.

7.16.2. Enviar cópia atualizada dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA à CONTRATANTE, contendo, no mínimo, os itens constantes das Normas Regulamentadoras n.º 07 e 09, respectivamente, da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina a Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977.

7.16.3. Instalar e manter os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SEESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), considerando o número total de trabalhadores nos serviços, para o fiel cumprimento das legislações normativas do Ministério do Trabalho em vigor.

7.17. **Quanto às Normas Atinentes ao Objeto:**

7.17.1. Atender, além das outras normas atinentes ao objeto ora contratado, as seguintes normativas:

7.17.1.1. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002. Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos estabelecimentos de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos produtores de alimentos. Brasília, DF. DOU de 23/10/2002;



7.17.1.2. Ministério de Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC. 216, de 15 de Setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. DOU de 16/09/2004;

7.18. **Do Controle de Qualidade e de Produção da Alimentação**

7.18.1. Utilizar gêneros e produtos alimentícios de primeira qualidade, observando o registro no Ministério da Saúde e o prazo de validade, sendo vedada à utilização de produtos com alterações de características ou rotulagens, ainda que, dentro do prazo de validade.

7.18.2. Estabelecer, implementar e manter procedimento documentado para o controle dos gêneros alimentícios, quanto à qualidade, estado de conservação, acondicionamento, condições de higiene em todas as etapas e processos de operacionalização do serviço, com base nas boas práticas de manipulação.

7.18.3. Estabelecer, implementar e manter procedimento documentado para manutenção do estoque mínimo de gêneros e materiais, compatível com as quantidades necessárias para o cumprimento do contrato, devendo estar previsto estoque emergencial destinado à substituição, em eventuais falhas no fornecimento regular de gêneros;

7.18.4. Estabelecer, implementar e manter procedimento documentado para conservar os gêneros processados, embalados, armazenados, transportados e conservados em condições que não produzam, desenvolvam ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor.

7.18.5. Estocar os gêneros sobre paletes, estrados ou prateleiras, respeitando-se o espaçamento mínimo necessário para garantir adequada ventilação, limpeza e, quando for o caso, desinfecção do local. Os paletes, estrados ou prateleiras devem ser de material liso, resistente, impermeável e lavável.

7.18.6. Devolver imediatamente ao fornecedor os lotes de material reprovado ou com prazo de validade vencido. Caso a devolução imediata seja impossível, devem ser devidamente identificados e armazenados separadamente.

7.18.7. Armazenar os gêneros alimentícios adequadamente de maneira a não serem misturados com produtos de limpeza, descartáveis e similares e de forma a garantir as condições ideais de consumo;

7.18.8. Acondicionar os gêneros perecíveis sob-refrigeração em temperatura não superior a 5°C ou sobre congelamento em temperatura igual ou inferior a -18°C.



- 7.18.9. Estabelecer, implementar e manter procedimento documentado para identificar as matérias-primas que não foram utilizadas em sua totalidade, após abertura ou retirada da embalagem original, com a designação do produto, data de fracionamento e prazo de validade.
- 7.18.10. Proceder ao descongelamento em condições de refrigeração a temperatura inferior à 5°C. Os alimentos submetidos a descongelamento devem ser mantidos sob refrigeração e não devem ser recongelados.
- 7.18.11. Manter as preparações quentes imediatamente após o preparo a uma temperatura superior a 60°C até o momento final da distribuição. Para preparações frias a temperatura deverá ser inferior a 5°C;
- 7.18.12. Descartar imediatamente após o término da refeição os alimentos que não foram consumidos, não podendo ser guardados para utilização posterior.
- 7.18.13. Estabelecer, implementar e manter procedimento documentado para aferir e registrar em formulário próprio as temperaturas dos equipamentos de conservação, das preparações ou dos alimentos durante todo o processo de distribuição, observando-se os parâmetros previstos na legislação.
- 7.18.14. Estabelecer, implementar e manter procedimento documentado para coletar diariamente amostras da alimentação preparada, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, mantendo-as sob refrigeração adequada pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas para eventuais análises laboratoriais.
- 7.18.15. Responsabilizar-se pela qualidade da alimentação fornecida, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes, e, quando houver suspeita de deterioração ou contaminação dos alimentos *in natura* ou preparados, suspender o fornecimento deles e encaminhar amostras para análise laboratoriais, arcando com suas despesas, independente da CONTRATANTE tomar a iniciativa.
- 7.18.16. Estabelecer controle de qualidade em todas as etapas e processos de operacionalização do serviço, pelo método APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle).
- 7.18.17. Submeter os alimentos crus a processo de higienização, a fim de reduzir a contaminação superficial. Os produtos utilizados na higienização dos alimentos devem estar regularizados no órgão competente do Ministério da Saúde e ser aplicados de modo a evitar a presença de resíduos no alimento preparado.
- 7.18.18. Adotar medidas a fim de minimizar o risco de contaminação cruzada, evitando o contato direto ou indireto entre alimentos crus, semi-preparados e prontos para o consumo.



7.18.19. Utilizar-se de utensílios e/ou mãos protegidas com luvas descartáveis para manipulação dos alimentos prontos, ressaltando que o uso de luvas não implica na eliminação do processo de higienização e assepsia das mãos.

7.18.20. Os procedimentos/documentos requeridos acima devem ser entregues ao FISCAL DO CONTRATO no prazo de dois meses do início de vigência do contrato.

7.19. **Da Higienização**

7.19.1. Responsabilizar-se pela higienização diária das dependências internas e externas, e dos equipamentos e utensílios envolvidos na prestação do serviço, bem como pelo acondicionamento apropriado dos resíduos, e/ou restos alimentares, em sacos plásticos próprios e perfeitamente vedados, descartando-os diariamente de acordo com as normas sanitárias vigentes.

7.19.2. Manter absoluta higiene no armazenamento, manipulação, preparo, transporte e distribuição dos alimentos.

7.19.3. Manter os utensílios, equipamentos e os locais de preparação dos alimentos, rigorosamente higienizados, antes e após sua utilização.

7.19.4. Proceder à higienização adequada da área interna (pisos, ralos, paredes, janelas, etc.), e área externa, inclusive instalações sanitárias dos empregados, bem como, dependências vinculadas ao serviço.

7.19.5. Manter funcionário encarregado de reabastecer o material de higiene pessoal dos banheiros e áreas de higienização de mãos dos usuários, bem como proceder à limpeza desses locais, durante todo horário de distribuição.

7.19.6. Manter todas as pias de higienização de mãos na área de produção abastecidas com papel toalha descartável não reciclado ou outro mecanismo permitido para secagem das mãos e sabonete líquido inodoro e antisséptico; as mesmas deverão ser equipadas com lixeiras com tampa acionadas com pedal para descarte do papel toalha.

7.19.7. Manter utensílios e equipamentos utilizados na higienização conservados, limpos e disponíveis em número suficiente e guardados em local reservado para essa finalidade. Os utensílios usados na higienização de instalações devem ser distintos daqueles usados para higienização das partes dos equipamentos e utensílios que entrem em contato com o alimento.

7.19.8. Utilizar produtos saneantes regulamentados pelo Ministério da Saúde e utilizados de acordo com as recomendações do fabricante. Os produtos deverão ser identificados e armazenados em local reservado para essa finalidade.

7.19.9. Higienizar o reservatório de água, arquivando-se os originais dos registros da operação e a documentação, disponibilizando cópia deste material para a CONTRATANTE.

7.19.10. Realizar, periodicamente, por meio de empresa devidamente habilitada, a desinsetização e desratização nas instalações, bem como possuir o Controle Integrado de Vetores e Pragas Urbanas, observando-se que tais serviços deverão ser realizados em dias e horários compatíveis, que não venham a interromper os serviços do objeto contratual.



7.20. **Estrutura Físico-funcional**

7.20.1. Assinar, assim que iniciar a prestação do serviço, recibo relativo a todo material disponibilizado pela CONTRATANTE: mobiliários, equipamentos e utensílios conforme discriminação do inventário elaborado pela CONTRATANTE.

7.20.2. Responsabilizar-se, durante a vigência do contrato, pela substituição de todo item de mobiliário, equipamento e utensílio sob sua responsabilidade que venha a ser danificado, extraviado, furtado ou roubado, por outro do mesmo tipo e do mesmo modelo, mantendo a qualidade e quantidade do material inicialmente disponibilizado pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.20.3. Restituir o mobiliário, equipamentos e utensílios cedidos pela CONTRATANTE imediatamente após o término do contrato em perfeito estado de conservação, ressalvado o desgaste natural de uso ou em caso de deterioração irreparável, quando a CONTRATADA deverá efetuar a substituição dos equipamentos até a data do encerramento do contrato.

7.20.4. Disponibilizar, no início do contrato, e mesmo ao longo do contrato, dos equipamentos e utensílios necessários para produção, distribuição e porcionamento, inclusive pratos, talheres, copos, guardanapos e tudo mais que for necessário à execução das operações descritas, podendo retirá-los ao término do contrato, bem como responsabilizar-se pela instalação dos mesmos;

7.20.5. Equipar os refeitórios, quando do início das atividades, com mobiliário confortável e padronizado, bem como de adequada distribuição e organização do mesmo de forma a permitir o livre acesso dos usuários inclusive as Pessoas com Deficiência e mobilidade reduzida.

7.20.6. Instalar e manter em cada restaurante universitário uma balança digital calibrada e devidamente aferida pelo INMETRO, para pesagem dos alimentos/preparações



durante o recebimento ou outro processo do ciclo produtivo, estando disponível para CONTRATANTE, sempre que solicitado.

7.20.7. Dispor de lâmpadas de emergência, para eventual falta de energia, instaladas e em número suficiente a atender a capacidade de cada Restaurante.

7.20.8. Realizar manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos equipamentos, respeitando-se a garantia e o manual de uso de cada equipamento. A CONTRATADA deverá apresentar, no período de 60 (sessenta) dias, após a vigência do contrato, cronograma anual das manutenções específico de cada equipamento, devendo ser renovado anualmente.

7.20.9. Providenciar a contagem e a verificação do estado de conservação dos equipamentos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência do contrato, para possíveis reparos, substituições ou reposições.

7.20.10. Realizar, às suas expensas, as adaptações necessárias no local especificado para produção, porcionamento e distribuição das refeições;

7.20.11. Responsabilizar-se pela manutenção preditiva, preventiva e corretiva das instalações físicas do setor, tanto em termos de manutenção interna (pintura, revestimento, telhado, alvenaria, esquadrias, troca de lâmpadas, torneiras e sifão, telas, vedações, limpeza de caixa de gordura e sistema de exaustão, filtros de água, aparelhos de ar condicionado, entre outros), quanto externa (área de recebimento de materiais, banheiros, lavatórios e vestiários, entre outros).

7.20.12. Manter planejamento de esquemas alternativos de trabalho ou planos de contingência para situações emergenciais, tais como: falta d'água, energia elétrica, gás, vapor, quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a completa manutenção do atendimento adequado.

7.20.13. Responsabilizar-se pela instalação de medidor individual de consumo de energia elétrica e consumo de água no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início do contrato.

7.20.14. Responsabilizar-se pelo ônus do consumo de água, energia elétrica, GLP, serviços de telefonia, internet, coleta resíduos, assim como transporte, no caso de refeições transportadas.

7.20.15. A CONTRATANTE, no gozo de sua autonomia, e no seu interesse, poderá realizar manutenções e reparos de equipamentos e estruturas que não forem entregues à CONTRATADA em situação de perfeito uso, como também poderá fazer investimentos na aquisição de novos equipamentos e na melhoria da estrutura, com vistas à oferta de um serviço

de melhor qualidade aos comensais. Todos os materiais adquiridos permanecerão sob posse da CONTRATAENTE ao final da vigência do contrato.




8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Indicar à CONTRATADA, formalmente, o fiscal que acompanhará o cumprimento do contrato e o desenvolvimento técnico das atividades que são objeto desse contrato.
- 8.2. Disponibilizar à CONTRATADA as dependências e instalações físicas para o preparo, distribuição e porcionamento das refeições aos usuários.
- 8.3. Analisar e aprovar os cardápios elaborados pela CONTRATADA, assim como as eventuais alterações que se fizerem necessárias, a qualquer tempo.
- 8.4. Fiscalizar todas as etapas do processo de produção e distribuição de refeições.
- 8.5. Supervisionar e registrar a quantidade de refeições efetivamente fornecida aos usuários.
- 8.6. Informar à CONTRATADA os valores mensais das despesas com consumo de energia e água a serem quitadas mediante respectivas GRUs emitidas com base no relatório de consumo.
- 8.7. Avaliar, atestar e encaminhar as faturas relativas aos serviços prestados, para efetivação do pagamento.

9. CARACTERÍSTICAS DAS REFEIÇÕES DIÁRIAS

- 9.1. Os parâmetros nutricionais utilizados para elaboração dos cardápios destinados a alimentação dos usuários dos Restaurantes Universitários da UFPB, deverão ser calculados em relação ao Valor Energético Total – VET de aproximadamente 2000 Kcal/dia, sendo 15% de proteína, 60% de carboidrato e 25% de lipídeos. Será aceita uma variação de até 10% sobre o valor energético e os percentuais de proteínas e carboidratos.
- 9.2. Cada refeição principal (almoço ou jantar) deverá conter de 600 (seiscentas) a 800 (oitocentas) calorias, correspondendo às faixas de 30 a 40% (trinta a quarenta por cento) do VET diário.
- 9.3. Os cardápios elaborados para as refeições de desjejum, almoço, jantar e lanche noturno, deverão promover uma alimentação saudável tal como preconizada pela Organização



Mundial de Saúde, além de atender a composição nutricional proposta, a cultura alimentar regional e a segurança higiênico-sanitária.

9.4. O cardápio mensal deverá ser submetido à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de sua utilização. Após a aprovação, os cardápios poderão sofrer alterações, desde que com prévia anuência da CONTRATANTE e mediante justificativa da CONTRATADA.

9.5. A CONTRATADA deverá elaborar cardápio quantitativo, diariamente, e este poderá ser solicitado pela CONTRATANTE, através da equipe de Nutrição da UFPB, para apreciação a qualquer momento;

9.6. Poderá ser solicitada a execução de cardápios diferenciados ou pratos típicos para datas festivas nos mesmos padrões do cardápio contratado.

9.7. O cardápio deverá ser único para todos os Campi da UFPB, com opção vegetariana em todas as refeições e as preparações do almoço deverão ser diferentes das servidas no jantar.

9.8. Todas as preparações que estiverem dispostas no Buffet para visualização pelo usuário, inclusive os sabores dos sucos, deverão ser identificadas pelo nome, por meio de placas indicativas.

9.9. Os componentes do cardápio distribuídos no dia deverão ser os mesmos do primeiro ao último usuário, mantendo-se a quantidade adequada a todos. Substituições emergenciais, por quaisquer motivos, deverão ser notificadas à CONTRATANTE.

9.10. Os cardápios para cada refeição deverão ser elaborados de acordo com composição e especificações relacionados nos quadros abaixo e conforme **Anexo X**.

Relação de gêneros e produtos alimentícios.

DESJEJUM	
COMPONENTES	ESPECIFICAÇÃO
Fruta	<p><u>01 opção de fruta diariamente</u></p> <p>- As frutas deverão ser servidas em porções conforme per capita estabelecido, variando entre mamão, abacaxi, melancia, melão, laranja e banana.</p> <p>As frutas devem ser maduras, sem feridas ou machucados.</p>



Opção proteica	<p><u>01 opção de prato proteico diariamente.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O prato proteico será uma preparação composta por um dos seguintes ingredientes: carne bovina, carne de charque, frango, salsicha, linguiça calabresa e ovo. - É vedado o uso de substâncias industrializadas para amaciamento de carnes ou de outros aditivos químicos com a finalidade de modificar as características desses gêneros alimentícios.
Opção proteica vegetariana	<p><u>01 opção de prato proteico vegetariano diariamente</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - As receitas culinárias desta opção devem ter como fonte proteica: ovo ou proteína texturizada de soja. Estes ingredientes podem ser usados em combinação ou de forma isolada de acordo com a frequência estabelecida.
Acompanhamento	<p><u>01 opção de acompanhamento diariamente,</u> variando entre flocos de milho (cuscuz), macaxeira, inhame e batata doce.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O cuscuz deverá ser servido em forma de farofa refogado com verduras e/ou outros ingredientes.
Sanduíche / Bolo	<p><u>01 opção diariamente,</u> variando entre os diferentes tipos de sanduíche e bolo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os sanduíches deverão ser de pão francês, com queijo (tipo prato ou mussarela ou requeijão) ou presunto (de peru ou carne suína) ou mortadela de frango. - Para os vegetarianos, os sanduíches deverão ser de queijo (tipo prato ou mussarela ou requeijão). - Os bolos serão do tipo mesclado, formigueiro, milho, laranja, nata, inglês, etc. - Os frios deverão ser fatiados de maneira uniforme por meio de equipamento adequado, obedecendo per capita estabelecido. - O pão deve ser do dia do fornecimento, crocante, sem amassados ou deformações.
Café	O café deverá ser servido diariamente, quente e adoçado.
Outras Bebidas	<p><u>01 opção de bebida diariamente,</u> alternando entre suco de fruta e leite com achocolatado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os sucos servidos deverão ser de polpa de frutas (pasteurizados ou não) não contendo corantes e/ou aromatizantes artificiais, variando entre os seguintes sabores: acerola, cajá, caju, graviola, goiaba, manga, tangerina e uva. - Os sucos deverão ser de sabor diferente a cada refeição. - Os sabores de suco não deverão se repetir no período de cinco dias consecutivos na mesma refeição. - A preparação do leite com achocolatado deverá obedecer a seguinte diluição para cada 200ml: Leite de vaca integral (pó) – 2 colheres de sopa (aproximadamente 25g) Chocolate em pó – 2 colheres de sopa (aproximadamente 20g).
Complementos	Disponibilizar diariamente palito de dente e guardanapo.

Quadro 02 – Componentes e especificações do desjejum.




ALMOÇO	
COMPONENTES	ESPECIFICAÇÃO
Buffet de Saladas	<p>01 tipo de salada diariamente, alternando entre salada crua e cozida, conforme Anexo – Composição das saladas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todas as saladas devem ter pelo menos três ingredientes e serem servidas temperadas. - Pelo menos duas vezes na semana a salada crua deverá conter folhosos como ingrediente principal. - As saladas servidas deverão ser variadas e diferentes das servidas no jantar.
Prato Principal	<p>02 opções de prato proteico, diariamente, sendo uma preparação cozida e a outra, frita ou assada. O usuário deverá optar por uma delas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O prato proteico será uma preparação composta por um dos seguintes ingredientes: carne bovina, frango, pescado, carne suína (Pernil e Bisteca) e linguiça toscana. - Diariamente as opções de prato proteico não poderão conter a mesma proteína animal como ingrediente principal. - Os ingredientes proteicos deverão alternar entre os seguintes cortes: cubos, isca, bife, etc. - As preparações deverão ser variadas, não podendo ser repetidas no período de 15 (quinze) dias. - Não será permitido, para o preparo do prato proteico ou de qualquer outro item do cardápio, o uso de vísceras de qualquer animal. - Não será permitido o uso de salsicha para o preparo do prato proteico. - É vedado o uso de substâncias industrializadas para amaciamento de carnes ou de outros aditivos químicos com a finalidade de modificar as características desses gêneros alimentícios.
Prato Principal Vegetariano	<p>01 opção de prato proteico vegetariano diariamente</p> <ul style="list-style-type: none"> - As receitas culinárias desta opção devem ter como fonte proteica pelo menos um dos seguintes ingredientes: proteína texturizada de soja, ovo, grão-de-bico e/ou lentilha. Estes ingredientes podem ser usados em combinação ou de forma isolada, sem repetição da preparação no período de uma semana e de acordo com a frequência estabelecida.
Acompanhamentos	<p>01 opções de arroz diariamente</p> <ul style="list-style-type: none"> - As preparações de arroz deverão ser enriquecidas com legumes, verduras, milho, ervilha, passas, entre outros. <p>01 opção de feijão diariamente, variando entre feijão carioca, feijão preto e feijão macassar.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os feijões deverão ser acrescidos de carne de charque (per capita: 3g). - Para os vegetarianos deverá ser disponibilizado opção de feijão sem charque.
Guarnição	<p>01 opção de guarnição diariamente</p> <ul style="list-style-type: none"> - A opção de guarnição deverá ser composta por massas ou farofas ou preparações a base de legumes e verduras (purê, suflê e torta). - As massas serão macarrão espaguete, parafuso, ninho e lasanha, enriquecidos com molhos e/ou outros ingredientes. - As farofas deverão ser de farinha de mandioca ou flocos de milho (cuscuz) acrescidas de verduras, calabresa, charque, frutas ou outros ingredientes. - Os purês deverão ser de batata inglesa, abóbora, macaxeira, e outros. <p>NÃO PODENDO ser utilizados bases e/ou preparados e/ou purês industrializados para compor a preparação.</p>



Suco	01 sabor de suco diariamente - Os sucos servidos deverão ser de polpa de frutas (pasteurizados ou não) não contendo corantes e/ou aromatizantes artificiais, variando entre os seguintes sabores: acerola, cajá, caju, graviola, goiaba, manga, tangerina e uva. - Os sucos deverão ser de sabor diferente a cada refeição. - Os sabores de suco não deverão se repetir no período de cinco dias consecutivos na mesma refeição.
Sobremesa	01 opção de sobremesa diariamente , sendo composta por doce ou fruta, em dias alternados. - As frutas deverão ser servidas em porções conforme per capita estabelecido, variando entre abacaxi, melancia, melão, laranja e banana. - Os doces deverão variar entre goiabada, bananada, cajuada, doce de leite em barra, lanchinho e pé de moleque embalados individualmente, além de compota de frutas (banana, mamão, goiaba, etc.), doce de leite cremoso, mousses, pudins e gelatina, servidos em recipientes descartáveis com tampa e colher. - Os doces preparados (compotas, doce de leite cremoso, mousses, pudins e gelatina) deverão constar no cardápio pelo menos duas vezes no mês.
Complementos	Disponibilizar diariamente sachê de sal, palito de dente e guardanapo.

Quadro 03 – Componentes e especificações do almoço.

JANTAR	
COMPONENTES	ESPECIFICAÇÃO
Sopa / Mungunzá	01 opção diariamente , sendo o Mungunzá restrito a frequência de 01 vez/semana. - As preparações de sopa deverão variar entre sopa de carne, sopa de feijão, canja de galinha e sopa de legumes. - O mungunzá deverá ser servido doce.
Prato Principal	02 opções de prato proteico diariamente , sendo uma preparação cozida e outra frita ou assada. O usuário deverá optar por uma delas. - O prato proteico será uma preparação composta por um dos seguintes ingredientes: carne bovina, frango, steak de frango, linguiça toscana, linguiça calabresa (preparação do mistão) e bisteca suína. - Diariamente as opções de prato proteico não poderão conter a mesma proteína animal como ingrediente principal. - Os ingredientes proteicos deverão alternar entre os seguintes cortes: cubos, isca, bife, etc. - As preparações deverão ser variadas, não podendo ser repetidas no período de 15 (quinze) dias. - Não será permitido, para o preparo do prato proteico ou de qualquer outro item do cardápio, o uso de vísceras de qualquer animal. - Não será permitido o uso de salsicha para o preparo do prato proteico. - É vedado o uso de substâncias industrializadas para amaciamento de carnes ou de outros aditivos químicos com a finalidade de modificar as características desses gêneros alimentícios.
Prato Principal Vegetariano	01 opção de prato proteico vegetariano diariamente - As receitas culinárias desta opção devem ter como fonte proteica pelo menos um dos seguintes ingredientes: proteína texturizada de soja, ovo, grão-de-bico e lentilha. Estes ingredientes podem ser usados em combinação ou de forma isolada, sem repetição da preparação no período de uma semana e de acordo com a frequência estabelecida.



Acompanhamentos-I	01 opção de acompanhamento-I diariamente, alternando entre arroz, massa e flocos de milho (cuscuz). - As observações referentes às preparações de arroz e massas são idênticas as do almoço. - O cuscuz deverá ser servido em forma de farofa refogado com verduras e/ou outros ingredientes.
Acompanhamentos II	01 opção de acompanhamento-II diariamente, alternando entre inhame/cará, macaxeira e batata doce, servidos em pedaços ou em forma de purê.
Pão	01 unidade de pão diariamente, variando entre pão francês tradicional, pão seda e pão doce. - O pão deve ser do dia do fornecimento, crocante, sem amassados ou deformações.
Café	O café deverá ser servido diariamente, quente e adoçado.
Suco	01 opção de suco diariamente - As observações referentes ao suco de fruta são idênticas as do almoço.
Complementos	Disponibilizar diariamente margarina, sachê de sal, palito de dente e guardanapo.

Quadro 04 – Componentes e especificações do jantar.

LANCHE NOTURNO	
COMPONENTES	ESPECIFICAÇÃO
Fruta	01 opção de fruta diariamente - As frutas deverão ser servidas em porções conforme per capita estabelecido, variando entre mamão, abacaxi, melancia, melão, laranja e banana. As frutas devem ser maduras, sem feridas ou machucados.
Sanduíche / Bolo / Cachorro quente	01 opção diariamente , variando entre os diferentes tipos de sanduíche, boio e cachorro quente. - Os sanduíches deverão ser de francês ou seda, com queijo (tipo prato ou mussarela) ou presunto (de peru ou carne suína) ou patê de frango. - Para os vegetarianos, os sanduíches deverão ser de queijo (tipo prato ou mussarela ou requeijão). - Os frios deverão ser fatiados de maneira uniforme por meio de equipamento adequado, obedecendo per capita estabelecido. - O pão deve ser do dia do fornecimento, crocante, sem amassados ou deformações. - Os bolos serão do tipo mesclado, formigueiro, milho, laranja, nata, inglês, etc., - O cachorro quente deverá ser composto por pelo menos, salsicha, carne moída, verduras e molhos. - Para os vegetarianos, o cachorro quente deverá ser de proteína texturizada de soja.
Suco	01 opção de suco diariamente - As observações referentes ao suco de fruta são idênticas as do almoço.
Complementos	Disponibilizar diariamente palito de dente e guardanapo.

Quadro 05 – Componentes e especificações do jantar.


9.11. Os cardápios deverão ser diversificados quanto aos gêneros alimentícios e as preparações, e estarem de acordo com a frequência e per capita estabelecida para cada alimento ou preparação, conforme disposto nos quadros abaixo e de acordo com os anexos X e Y, respectivamente:



Relação de gêneros e produtos alimentícios e Quadro de planejamento semanal de carnes:

DESJEJUM			
COMPONENTES	ESPECIFICAÇÃO	PER CAPITA LÍQUIDO	FREQUÊNCIA
Fruta	Frutas inteiras (laranja e banana)	1 unidade	1x/semana (cada)
	Frutas de corte (abacaxi, mamão e melão)	150g	1x/semana (cada)
	Frutas de corte (melancia)	200g	2x/semana
Opção proteica	Carne bovina (isca/cubo)	100g	1x/semana
	Carne moída	100g	1x/semana
	Carne de charque	100g	1x/semana
	Frango	100g	1x/semana
	Salsicha	100g	1x/semana
	Linguiça calabresa	100g	1x/semana
	Ovo mexido	1 unidade	1x/semana
Opção proteica vegetariana	Proteína texturizada de soja	80g	3x/semana
	Ovo	1 unidade	4x/semana
Acompanhamento	Flocos de milho (cuscuz)	150g	3x/semana
	Macaxeira	150g	2x/semana
	Inhame	150g	1x/semana
	Batata doce	150g	1x/semana
Sanduiche / Bolo	Sanduiche de queijo mussarela/prato	1 unidade (queijo - 40g)	2x/semana
	Sanduiche de presunto	1 unidade (presunto - 40g)	1x/semana
	Pão com mortadela	1 unidade (mortadela - 40g)	1x/semana
	Pão com requeijão	1 unidade (requeijão - 30g)	1x/semana
	Bolo	150g	2x/semana
Café	Café diluído	200 ml	Diariamente
Outras Bebidas	Suco de fruta	250 ml	4x/semana
	Leite com achocolatado	250 ml	3x/semana

Quadro 06 – Per capitas e frequência dos componentes do desjejum.



ALMOÇO			
COMPONENTES	ESPECIFICAÇÃO	PER CAPITA LÍQUIDO	FREQUÊNCIA
Buffet de Saladas	Salada crua	120g	4x/semana
	Salada cozida	150g	3x/semana
Prato Principal	Coxão mole bovino (cubos / isca)	150g	1x/semana
	Coxão mole bovina (bife)	150g	2x/semana
	Acém bovino (cubos)	150g	1x/semana
	Peito de frango sem osso (filé, isca ou cubos)	150g	3x/semana
	Coxa / Sobrecoxa	200g	3x/semana
	Filé de peixe (pescada)	150g	1x/semana
	Pernil suíno sem osso	150g	1x/semana
	Bisteca suína	200g	1x/semana
	Linguiça toscana	150g	1x/semana
	Proteína texturizada de soja	150g	3x/semana
Prato Principal Vegetariano	Ovo	1 UNIDADE	2x/semana
	Grão-de-bico	150g	1x/semana
	Lentilha	150g	1x/semana
Acompanhamentos	Arroz parboilizado	70g	Diariamente
	Feijão carioca	70	3x/semana
	Feijão preto	70g	2x/semana
	Feijão macassar	70	2x/semana
	Charque	3g	Diariamente
Guarnição	Massa	80g	3x/semana
	Farofa (a base de farinha de mandioca)	40g	1x/semana
	Farofa (a base de flocos de milho)	60g	1x/semana
	Purê	100g	1x/semana
	Suflê / Torta	100	1x/semana
Suco	Suco de Polpa de fruta	250ml	Diariamente
Sobremesa	Frutas inteiras (laranja)	1 unidade	1x/semana
	Frutas de corte (abacaxi e melão)	150g	2x/semana
	Frutas de corte (melancia)	200g	1x/semana
	Doce	40g	3x/semana


Quadro 07 – Per capitas e frequência dos componentes do almoço.



JANTAR			
COMPONENTES	ESPECIFICAÇÃO	PER CAPITA LÍQUIDO	FREQUÊNCIA
Sopa/Mungunzá	Mungunzá	200g	1x/semana
	Sopa	200g	6x/semana
Prato Principal	Coxão mole bovino (cubos / isca/bife)	150g	2x/semana
	Acém bovino (cubos)	150g	2x/semana
	Acém bovino (preparação mistão)	75g	1x/semana
	Peito de frango sem osso (filé, isca ou cubos)	150g	3x/semana
	Coxa / Sobrecoxa	200g	3x/semana
	Steak de frango	120g	1x/semana
	Bisteca suína	200g	1x/semana
	Linguiça toscana	150g	1x/semana
	Linguiça calabresa (preparação mistão)	75g	1x/semana
Prato Principal Vegetariano	Proteína texturizada de soja	150g	3x/semana
	Ovo	1 UNIDADE	2x/semana
	Grão-de-bico	150g	1x/semana
	Lentilha	150g	1x/semana
Acompanhamento I	Arroz parboilizado	70g	3x/semana
	Massa (macarrão espaguete, parafuso, ninho e lasanha)	80g	2x/semana
	Cuscuz (flocos de milho)	70g	2x/semana
Acompanhamento II	Inhame/cará	150g	2x/semana
	Macaxeira	150g	2x/semana
	Batata doce	150g	2x/semana
Pão	Pão francês ou pão seda ou pão doce	1 unidade (50g)	Diariamente
Café	Café diluído	200 ml	Diariamente
Suco	Suco de Polpa de fruta	250 ml	Diariamente

Quadro 08 – Per capitas e frequência dos componentes do jantar.

LANCHE NOTURNO			
COMPONENTES	ESPECIFICAÇÃO	PER CAPITA LÍQUIDO	FREQUÊNCIA
Fruta	Laranja	1 unidade	2x/semana
	Banana	1 unidade	1x/semana
	Frutas de corte (abacaxi, mamão e melão)	150g	1x/semana (cada)
	Frutas de corte (melancia)	200g	1x/semana



Sanduiche / Bolo / Cachorro quente	Sanduiche de queijo mussarela/prato	1 unidade (queijo - 40g)	2x/semana
	Sanduiche de presunto	1 unidade (presunto - 40g)	1x/semana
	Sanduiche de frango	1 unidade (recheio -50g)	1x/semana
	Cachorro quente	1 unidade (recheio -50g)	2x/semana
	Bolo	150g	1x/semana
Suco	Suco de fruta	250 ml	Diariamente

Quadro 09 – Per capitas e frequência dos componentes do lanche noturno.

9.12. As preparações quentes deverão ser servidas em balcão aquecido com temperatura mínima de 80 a 90 °C, e os alimentos deverão apresentar temperatura superior a 60°C.

9.13. As preparações frias deverão estar dispostas em balcão refrigerado apresentando temperatura máxima de 4°C com tolerância de até 10°C, e os alimentos deverão apresentar temperaturas inferiores a 5°C, com limite de tolerância até 10°C.

9.14. Os sucos deverão ser servidos refrigerados, dispostos em refresqueiras, e porcionados em copos descartáveis de 250 ml.

9.15. O café deverá ser servido quente e porcionado em copos descartáveis de 250ml.

9.16. O jantar deverá ser servido em bandejas de inox com divisória, acompanhados de talheres em inox, as demais refeições em pratos de louça branca (comercial), acompanhados de talheres em inox e bandejas plásticas, que permita perfeita higienização e secagem.

9.17. As refeições que necessitem de transporte deverão seguir as seguintes recomendações:

9.17.1. Preparações deverão ser devidamente acondicionadas em equipamentos térmicos com capacidade adequada à quantidade de refeições estipuladas pela contratante e que mantenham a temperatura preconizada pela legislação vigente. Os equipamentos térmicos deverão estar devidamente etiquetados, sendo que na etiqueta deverão constar as seguintes informações: horário do final do preparo, temperatura e horário de envase, bem como a identificação da preparação.

9.17.2. Os equipamentos próprios (caixas isotérmicas) para o transporte das preparações devem estar higienizados, íntegros e vedados.

9.17.3. As preparações deverão ser transportadas em veículos próprios para transporte de alimentos destinados ao consumo humano que atendam as especificações técnicas da legislação vigente.

9.17.4. Não será permitido o transporte concomitante de matéria-prima ou produtos alimentícios crus e alimentos prontos para consumo, caso os primeiros representem riscos de contaminação para os últimos.

9.17.5. Os funcionários envolvidos no transporte das preparações deverão apresentar-se devidamente uniformizados, paramentados e asseados.

10. PAGAMENTO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES



10.1. A Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no âmbito do **Programa de Assistência Estudantil**, pagará à contratada no quantitativo, limite e parcela contributiva previamente definida, por crédito em conta bancária, após cada entrega, no prazo de até 30 dias, contados a partir da data de recebimento do documento fiscal da empresa (Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias), devidamente conferida e atestada por um Servidor da UFPB ou pelo gestor/fiscal do contrato, parcela referente ao subsídio destinado aos alunos atinentes ao referido Programa.

10.1.1. Pagamento de que trata o item anterior é exclusivamente em relação a refeições servidas a ALUNOS DE GRADUAÇÃO autorizados pela CONTRATANTE;

10.1.2. Os valores referentes às refeições de servidores, estagiários, terceiros e outros membros da comunidade universitária, autorizados para fazer uso dos restaurantes da UFPB, será cobrado direta e integralmente pela CONTRATADA;

10.1.3. Os valores referentes às refeições de servidores, estagiários, terceiros e outros membros da comunidade universitária, autorizados para fazer uso dos restaurantes da UFPB, NÃO terão qualquer subsídio por parte da CONTRATANTE.

10.1.4. O objeto da contratação será recebido mensalmente mediante relatório contendo os quantitativos totais mensais das refeições efetivamente fornecidas a estudantes no mês, emitido pela CONTRATADA; sendo tal relatório submetido à fiscalização da UFPB, que após conferência, emitirá autorização para emissão de nota fiscal/fatura representativa do fornecimento;

10.1.5. Havendo inexecução do objeto, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



10.1.6. As Notas Fiscais poderão ser emitidas, excepcionalmente, em interstícios não inferiores a 7 (sete) dias.

10.2. Para execução do pagamento de que trata o Item 9 deste Termo de Referência, a empresa deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, de forma legível em nome da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, o nome do Banco, Número da Agência e Conta Corrente;

10.3. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER-SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal, com a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

10.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a UFPB;

10.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à Universidade Federal da Paraíba - UFPB, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da empresa os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos ou falta de pagamento devido à ausência de informação;

10.6. Os pagamentos serão realizados após a comprovação de regularidade da empresa junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta on-line feita pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Receita Federal, FGTS e INSS), devidamente atualizadas.

11. DO REAJUSTE DOS PREÇOS DAS REFEIÇÕES

11.1. Para reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, aplicando-se a seguinte fórmula:

Fórmula do Reajuste de Preços:

$$R = P_o \cdot \frac{[(0,50 \cdot IPC + 0,50 \cdot I) - 1]}{IPC_o \cdot I_o}$$

Onde:



R = Parcela de Reajuste;

P₀ = Preço Inicial do Contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPC₀ = Variação do IPC FIPE – Índice de Preços ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste;

I/I₀ = Variação do IPC – Alimentação – FIPE – Índice de Preços ao Consumidor categoria Alimentação, ocorrida entre o mês de referência dos preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

11.2. A CONTRATADA reconhece que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar à UFPB, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a UFPB, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

12. PRAZO

12.1. O prazo para início do fornecimento das refeições será de até 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura do Contrato e o recebimento da Ordem de Serviço.

13. SANÇÕES

13.1. As sanções são as previstas no edital, na Lei n.º 10.520, de 2002, Lei nº 8.666, de 1993, Lei nº 12.846 de 2013.

13.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação da UFPB.

14. DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

14.1. Mediante solicitação do Pregoeiro, a empresa vencedora deverá encaminhar a Proposta de Preços digitalizada e compactada, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado e enviada após o término da etapa de lances, com os valores unitários e totais em



conformidade com os lances eventualmente ofertados, e, posteriormente, em seus originais ou cópias autenticadas, mediante as regras do Pregão Eletrônico descritas em Edital.

14.2. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura deste Pregão.

14.3. Proposta comercial, com a especificação clara, completa e minuciosa do objeto ofertado em conformidade com as presentes condições editalícias.

14.4. Declaração expressa de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.

14.5. Razão Social, Endereço completo, Telefone/Fax, Número do CNPJ/MF, Dados Bancários: N.º do Banco, N.º da Agência Bancária, N.º da Conta-Corrente e Nome da Praça de Pagamento, além do Nome e Número do Telefone Celular do representante da empresa.

14.6. Declaração expressa que o prazo para início do fornecimento de refeições será em até 20 (vinte) dias, contados da data de assinatura do Contrato.

14.7. Declaração expressa de que aceita e concorda plenamente com todos os termos deste Edital e seus Anexos e de que tem total conhecimento de todas as condições neles contidas.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. Para habilitar-se, a empresa participante do processo licitatório deve comprovar capacidade técnica e profissional:

15.1.1. Apresentar comprovante de registro no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) da empresa participante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), segundo os termos do art.15, parágrafo único, da Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978.

15.1.2. Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do participante, relativo à execução de serviço de alimentação, compatível, em características quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação.

15.1.3. Comprovar que possui, na data prevista para entrega da proposta, nutricionista responsável técnico, conforme os termos do art. 2º da Resolução CFN nº 419/2008, por execução de serviços semelhantes.

15.2. Para contratação do serviço, a empresa deverá comprovar capacidade operacional:

15.2.1. Apresentar documentos que descrevam as rotinas padronizadas de controle de todo processo produtivo (planejamento de insumos, seleção e contratação de fornecedores, recebimento de mercadorias, armazenamento, pré-preparo, cocção, expedição, transporte e distribuição das refeições) para o desenvolvimento das atividades inerentes ao fluxo do serviço contratado.

15.2.2. Apresentar plano de capacitação aplicado à equipe de pessoal operacional, administrativo e técnico, bem como a descrição dos indicadores utilizados para avaliação de desempenho profissional.

15.2.3. Apresentar Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato irá vigorar.

15.2.4. Serão impressas via sistema Comprasnet as declarações:

15.2.4.1. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente.

15.2.4.2. Declaração de que não emprega menor;

15.2.4.3. Declaração de enquadramento como ME/EPP;

15.2.4.4. Declaração Independente de Proposta;

15.2.5. Demais documentos descritos em item próprio do Edital.



16. VISTORIA TÉCNICA

16.1. A Prefeitura Universitária da UFPB recomenda veementemente que o licitante faça a visita técnica, pois a mesma representará a oportunidade para que os licitantes interessados tomem conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto, além de conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, tais como: as condições locais, equipamentos necessários à execução, a metragem do local, os meios de acesso ao local, podendo fazer todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais.

16.2. A visita técnica é facultativa. A empresa poderá realizar a visita técnica para conhecimento dos detalhes relacionados com o objeto desta licitação, cujo agendamento deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão deste pregão, no intervalo das 09h:00min às 16h:00min (horário local), junto à Superintendência dos Restaurantes da UFPB. O licitante interessado poderá se fazer acompanhar de seus respectivos responsáveis técnicos, para que sejam levantadas todas as informações aos serviços.



16.3. Para a visita técnica, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

16.4. O exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto passam a ser responsabilidade exclusiva do licitante interessado, não se permitindo alegar o desconhecimento de tais fatores como forma de reivindicar qualquer tipo de reajuste no contrato.

16.5. A responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços é exclusivamente do licitante contratado, que deverá declarar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, preenchendo – obrigatoriamente – a Modelo de Declaração de Conhecimento dos Locais e Dificuldades do Serviço / Entrega dos Bens, **Anexo V do Edital**.

16.6. As vistorias deverão ocorrer, a critério de cada licitante, de segunda-feira à sexta-feira, das 09h00 às 16h00 e deverão ser previamente agendadas pelo telefone (83) 3216-7231 – Superintendência dos Restaurantes da UFPB.

João Pessoa, 20 de Setembro de 2017.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência:


FERNANDO AUGUSTO MACIEL DA SILVA
Superintendente do Restaurante Universitário
Mat. SIAPE nº 3363340

De acordo.

Declaro aprovado o presente TERMO DE REFERÊNCIA, conforme a legislação em vigor.

JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário
Mat. SIAPE nº. 2569256



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (MINUTA)

N.º

Nota Explicativa (CPL-PU): A Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II do Edital) está em consonância com o modelo da Ata de Registro de Preços – Modelo – Pregão Serviços – Atualização: Janeiro/2016.

A Universidade Federal da Paraíba, com sede no bairro do Castelo Branco, na cidade de João Pessoa – PB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., publicada no de/...../20....., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as



condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item Ou lote do TR	Prestador do serviço (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
	Especificação	Unidade de medida ou tarefa	Valor Unitário	Valor global ou total	Frequência	Periodicidade	Garantia

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) (quando houver)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).



5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos moldes do §1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013, no que couber.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es)
registrado(s)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO III

DECLARAÇÕES

As declarações abaixo deverão ser enviadas pelos fornecedores na forma virtual, ou seja, no momento da elaboração e envio da proposta, não havendo necessidade de remeter esses documentos por meio de fax e das originais pelo correio.

Declaro:

sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

☐ **SIM**

☐ **NÃO**



que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

☒ *SIM*

☐ *NÃO*

sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

☒ *SIM*

☐ *NÃO*

para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

☒ *SIM*

☐ *NÃO*

que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

☒ *SIM*

☐ *NÃO*

Obs.: Os itens, cujo campo de proposta estiver em branco, não serão cadastrados, podendo ser encaminhados posteriormente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO IV

(Em papel timbrado do licitante – Um documento para cada Lote)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM A
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, instaurado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01/2010, Decreto nº 7.746/2012, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Declaramos também, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A – A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete a cumprir a legislação específica para a atividade que desenvolve, e em adotar práticas ecologicamente corretas.

B – A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

C – Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

João Pessoa – PB, de de 20__.

(Assinatura e carimbo do representante legal da empresa licitante)

EMERSON

EMERSON



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS
E DIFICULDADES DO SERVIÇO/ENTREGA DO(S) BEM(NS)

(Em papel timbrado do licitante)

Declaramos para os fins de participação na licitação em referência, que a empresa Representada pelo(a) seu(sua) Responsável Legal, o(a) Sr.(a), tomou conhecimento do local onde será executada o (a) serviço/entrega dos bens do objeto presente no Certame, **qual seja, o registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital e todos os seus anexos, obtendo todas as informações necessárias referente às condições e às dificuldades pertinentes à entrega do(s) bem(ns) e/ou local(is) do(s) serviço(s).**

João Pessoa, de de 20__.

(ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE LEGAL)

EMILIANO



PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO VI

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Nota Explicativa (CPL-PU): A Minuta do Contrato (Anexo VI do Edital) foi alterada para fins de readequação ao *Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico SRP: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva – Atualização: Janeiro/2016*. A inserção do Anexo do Contrato justifica-se pela necessidade da Administração, na condição de litisconsorte, de se precaver de eventuais demandas trabalhistas provocadas pelos empregados da Contratada, mesmo em se tratando de mão de obra não exclusiva. A não inserção das referidas cláusulas no instrumento convocatório ensejará, **salvo melhor juízo**, a perda de fundamentação legal que possa proteger a Administração de eventuais demandas judiciais..

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) E A EMPRESA**

.....

A União, por intermédio do(a) (órgão ou entidade pública), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,



da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão – Sistema de Registro de Preços nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a eventual contratação de serviços de, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE/ POSTOS	HORÁRIO/ PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALOR ES

Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, aplicável na hipótese em que a licitação tenha sido dividida em itens ou grupos, devendo compatibilizar-se com as especificações dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e reproduzir o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e



2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação dos índices oficiais vigentes.



6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. 6.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO



15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de João Pessoa (PB) – Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO DO CONTRATO

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

_____ (identificação do
licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal,
o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de
Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o(a)
(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), para os fins dos artigos 19-A e 35
da Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da
Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos
correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a
qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários
e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no
cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da
regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso V, da
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na
execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para
movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a
instituição bancária oficial, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução
Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, cuja movimentação dependerá de autorização prévia
da(o) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), que também terá permanente
autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de
qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento
direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a
CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento



da vigência contratual, conforme artigos 19, XIX, e 35, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008.

....., de..... de 20.....

(assinatura do representante legal do licitante)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
GABINETE DO PREFEITO



PROCESSO Nº 23074.058505/2017-51

DO: PREFEITO UNIVERSITÁRIO

PROF. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

À: PROCURADORIA JURÍDICA

DR. CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA

DATA: 30 DE JANEIRO DE 2018.

SEM EFEITO

Senhor Procurador,

Encaminho o presente processo referente à Minuta do Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2018, para que seja analisada e emitida Nota Técnica, de acordo com o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, bem como o art. 131 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário
Mat. SIAPE nº. 2569256

15-241-100

EMERSON



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO VII
MODELO DA CARTA-PROPOSTA

(Em papel timbrado do licitante – Um documento para cada Lote, conforme o caso)

A Firma, inscrita no CNPJ sob Nº, Insc. Est. Nº, com sede à (***endereço completo***) através de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e CPF nº, apresenta a sua proposta para o **PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 027/2017**, que tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital e todos os anexos, conforme descrito a seguir:

Licitação do tipo menor valor global anual por grupo (Conforme Planilha a seguir):



Item	Campus	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima Diária Estimada	Valor Diário Unitário Estimado	Valor Diário Máximo Total Estimado
				(un)	(R\$)	(R\$)
1	Campus I	Desjejum	Un/Dia	564,00		
2		Almoço	Un/Dia	2.400,00		
3		Jantar	Un/Dia	1.200,00		
4		Lanche da Noite	Un/Dia	564,00		
ESTIMATIVA DO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO PARA O CAMPUS I (R\$)						
1	Campus II	Desjejum	Un/Dia	360,00		
2		Almoço	Un/Dia	720,00		
3		Jantar	Un/Dia	600,00		
4		Lanche da Noite	Un/Dia	360,00		
ESTIMATIVA DO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO PARA O CAMPUS II (R\$)						
1	Campus III	Desjejum	Un/Dia	360,00		
2		Almoço	Un/Dia	720,00		
3		Jantar	Un/Dia	600,00		
4		Lanche da Noite	Un/Dia	300,00		
ESTIMATIVA DO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO PARA O CAMPUS III (R\$)						
1	Campus IV	Desjejum	Un/Dia	-		
2		Almoço	Un/Dia	360,00		
3		Jantar	Un/Dia	300,00		
4		Lanche da Noite	Un/Dia	-		
ESTIMATIVA DO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO PARA O CAMPUS IV (R\$)						
ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DIÁRIO MÁXIMO (A), EM R\$						
ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO (B = A x 200), EM R\$						

Em Algarismos: R\$ _____

Por Extenso: (_____)

1. **Prazo de Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias, contados a partir da data fixada nesta licitação, para a apresentação das propostas.

2. **Prazo para Execução dos Serviços:** O prazo para conclusão da execução dos serviços objeto desta licitação será de (.....) dias, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços emitida pela Prefeitura Universitária, conforme Cronograma Físico-Financeiro apresentado em anexo à presente proposta de preços.

3. Declaramos que serão de nossa responsabilidade todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da referida



licitação. Responsabilizamos-nos integralmente pelos prejuízos e danos causados à Universidade Federal da Paraíba e/ou a terceiros, decorrentes do não atendimento de tais obrigações.

4. Declaramos que recebemos todos os documentos relativos ao Edital e todos os seus anexos; visitamos os locais onde serão executados os serviços; tomamos conhecimento de todas as informações, dificuldades e demais condições para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da presente licitação.

5. Declaramos que aceitamos a forma de pagamento estabelecida no presente Edital.

João Pessoa, de de 20__.

(Assinatura e carimbo do representante legal.)

REFERÊNCIAS BANCÁRIAS:

BANCO:

Nº DO BANCO:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA:

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO VIII
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

1. FINALIDADE

1.1. Este anexo descreve os serviços essenciais que serão providos pela CONTRATADA e que darão suporte ao registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital e todos os anexos.

1.2. Descreve, também, a forma que eles serão medidos, controlados e acompanhados pela CONTRATANTE durante o período de vigência do contrato, assim como, a definição dos acordos de nível de serviço (ANS) desejados e suas respectivas penalidades.

1.3. Seguem-se, logo abaixo, os serviços exigidos:

1.3.1. Os serviços a serem contratados estão classificados como sendo de natureza comum nos termos do parágrafo único, art. 1º, da Lei 10.520/ 2002.



1.3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

1.3.3. A distribuição dos quantitativos de refeições diárias na UFPB, em todos os seus Campi, serão as especificadas abaixo:

REFEIÇÕES	CAMPI / LOCALIDADES						
	CAMPUS I			CAMPUS II	CAMPUS III	CAMPUS IV	
	Castelo Branco Residências	CTDR Mangabeira	CCJ Santa Rita	CCA	CCHSA	CCAIE Rio Tinto	CCAIE Mamanguape
DESJEJUM	564,00	-	-	360,00	360,00	-	-
ALMOÇO	2.400,00	-	-	720,00	720,00	360,00	-
JANTAR	1.200,00	-	-	600,00	600,00	300,00	-
LANCHE NOTURNO	564,00	-	-	360,00	300,00	-	-

Quadro 01 – Quantitativo estimado de refeições fornecidas diariamente nos diversos Campi da UFPB.

1.3.4. A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços serão de responsabilidade da fiscalização dos contratos por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração, entre outros, dos seguintes aspectos:

- Resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigida;
- Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, e
- Satisfação do público usuário.

1.3.5. A fiscalização do contrato verificará a qualidade e aceite dos serviços por intermédio do RELATÓRIO MENSAL DE ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS.

2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A prestação dos serviços de produção e distribuição local de refeições será realizada integralmente nas dependências da CONTRATANTE, nos quatro Campi da

UFPB, onde, inicialmente, estão situadas as instalações de refeitório e cozinha industrial, sendo elas:



- **Campus I:** Restaurante Universitário, situado na Cidade Universitária, s/n Castelo Branco – João Pessoa - PB - CEP: 58.051-900.
- **Campus II:** Restaurante Universitário, situada no Centro de Ciências Agrárias, Rodovia BR 079 - Km 12 - Areia – PB - CEP: 58.397-000.
- **Campus III:** Restaurante Universitário, situada no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, Campus universitário III, s/n – Cidade Universitária – Bananeiras - PB - CEP: 58.220-000.
- **Campus IV:** Restaurante Universitário, situado no Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Av. Santa Elizabete, s/n – Centro - Rio Tinto – PB - CEP 58.297-000.

2.2. Todo material eventual, tal como máquinas, ferramentas, implementos e utensílios, necessários a execução dos serviços, são de responsabilidade da contratada e deverão ficar disponíveis na quantidade e qualidade exigidas para atender a Instituição, devendo ser distribuído no local de prestação de serviços até o 5º (quinto) dia útil após assinatura do contrato e substituídos em até 05 (cinco) dias, quando apresentarem defeitos e/ou imperfeições que impossibilitem o uso a que se destinem, ou mediante solicitação da Fiscalização.

3. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

3.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (Anexo I).

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

4.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).



5. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

5.1. O principal elemento para medir a qualidade e eficácia dos serviços prestados será o acordo de nível de serviço (ANS). Com relação a esse item, levaremos em consideração os seguintes aspectos:

- a) O ANS será aplicado tanto aos serviços essenciais de infraestrutura como às solicitações ou incidentes registrados que dizem respeito à CONTRATADA;
- b) Objetivando a qualidade, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados;
- c) Foram definidas as seguintes periodicidades de medição dos indicadores de nível de serviço:
 - c1) Mensal: a CONTRATADA entregará, até o terceiro dia útil do mês subsequente ao mês que será medido, o relatório referente à medição do ANS desse período para a CONTRATANTE em um formato acordado entre as duas partes;
 - c2) Trimestral: a CONTRATADA entregará, até o terceiro dia útil do mês subsequente ao período de três meses que será medido, o relatório referente à medição do ANS desse período para a CONTRATANTE em um formato acordado entre as duas partes;
 - c3) Anual: a CONTRATADA entregará, até o terceiro dia útil do mês subsequente ao período de um ano que será medido, o relatório referente à medição do ANS desse período para a CONTRATANTE em um formato acordado entre as duas partes.
- d) O não cumprimento de um ou vários indicadores do ANS ocasionará a aplicação de multas por parte da CONTRATADA, conforme descrito no Termo de Referência.
- e) É necessário que os relatórios apresentados contemplem informações que sirvam ao CONTRATANTE como subsídios para averiguação dos acordos de nível de serviços.
- f) A seguir, constam todas as definições do ANS de nível de serviço no detalhamento de cada serviço:



6. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1. O acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de modo a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, conforme os arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, denominado Fiscal do Contrato.

6.2. O Fiscal do Contrato é o servidor público designado por Portaria, responsável pela fiscalização da execução do objeto, acompanhamento e controle diário do serviço e cumprimento do contrato.

6.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e incidirá sobre todas as etapas do processo de operacionalização (produção), (transporte) e distribuição das refeições aos usuários, conforme o padrão de alimentação estabelecido, o tipo de refeição e os respectivos horários definidos contratualmente.

6.4. O cumprimento do contrato deverá ser acompanhado e fiscalizado por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI/MPOG nº 2 de 2008:

6.4.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.4.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.4.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.4.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;


6.4.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

6.4.6. A satisfação do público usuário.

6.5. O Fiscal do Contrato executará a verificação e fiscalização durante toda vigência do contrato, registrando em relatório todas as ocorrências e as deficiências encontradas, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

6.6. Ao Fiscal do Contrato caberá ainda:

6.6.1. Realizar a avaliação periódica das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA;



6.6.2. Informar a todas as partes sobre o desempenho da CONTRATADA e coordenar as reuniões para a avaliação semestral, bem como, apresentar os relatórios de acompanhamento e os planos de ação da CONTRATADA, visando ações necessárias à melhoria da execução do objeto. A CONTRATADA será convocada a participar das reuniões de avaliação semestral, com a SRU e representantes de comensais.

6.6.3. Controlar a quantidade de refeições efetivamente servidas.

6.6.4. Aprovar as faturas de fornecimento das refeições efetivamente servidas e consumidas;

6.7. A fiscalização será auxiliada pela equipe de nutricionistas do quadro técnico da UFPB, lotadas nos Restaurantes Universitários de cada Campus, nos seguintes itens:

6.7.1. Verificar as atividades da CONTRATADA de acordo com os procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação estabelecidos por legislações específicas: Portaria MS nº 1428, de 26 de novembro de 1993; Portaria MS nº 326, de 30 de julho de 1997, RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002; RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

6.7.2. Avaliar a qualidade dos gêneros alimentícios, solicitando a substituição imediata de gêneros e/ou alimentos que apresentarem condições impróprias às preparações/consumo.

6.7.3. Verificar o cumprimento dos horários estabelecidos, as quantidades de refeições produzidas e servidas e a compatibilidade com o cardápio estabelecido.

6.7.4. Averiguar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos e utensílios;

6.8. O Fiscal do Contrato e a Equipe de Nutrição da CONTRATANTE, bem como pessoas autorizadas, terão a qualquer tempo, acesso a todas as dependências inerentes ao objeto licitado.

6.9. A fiscalização da execução do objeto, pela UFPB, não exclui nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.



7. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA CONTRATADA

7.1. A avaliação do desempenho da empresa contratada, com a responsabilidade técnica operacional das atividades nos Restaurantes Universitários da UFPB, tem a finalidade de:

7.1.1. Garantir a qualidade do fornecimento das refeições;

7.1.2. Dar condições a fiscalização para mensurar e aferir o desempenho da empresa contratada;

7.1.3. Instituir ferramenta de gestão para dar apoio ao processo decisório com a formalização dos resultados;

7.1.4. Garantir o atendimento das obrigações contratuais, para que não ocorram desvios, sejam esses pelos descumprimentos de normas, procedimentos ou especificações.

7.2. A primeira avaliação ocorrerá sem agendamento prévio. A partir da primeira avaliação as subseqüentes serão realizadas bimestralmente, também sem agendamento prévio. Caso a empresa apresente na Avaliação conceito “Insatisfatório”, a mesma terá que apresentar um Plano de Ação (PA) para cada NÃO CONFORMIDADE encontrada. Se a CONTRATADA não apresentar o PA no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a mesma será Notificada. Caso a empresa apresente o PA, mas se não aplicá-lo, a mesma será Advertida.


7.3. A avaliação de desempenho da CONTRATADA versará sobre as seguintes dimensões: Satisfação dos comensais com o serviço prestado; Condições higiênico-sanitárias; Execução do cardápio; e, Manutenção e infraestrutura.

7.3.1. Para efeito da avaliação de desempenho da contratada na dimensão “Satisfação dos comensais com o serviço prestado” serão considerados os resultados do questionário de avaliação de satisfação de comensais com os serviços prestados pela CONTRATADA, que é aplicado semestralmente por meio do SIGAA;

7.3.2. Para efeito da avaliação de desempenho da contratada na dimensão “Condições higiênico-sanitárias” e “Manutenção e infraestrutura” serão considerados os resultados do check-list baseado na RDC 2016, aplicado bimestralmente, pelos setores de nutrição dos restaurantes universitários;

7.3.3. Para efeito da avaliação de desempenho da contratada na dimensão “Execução do cardápio”, serão considerados os seguintes aspectos: Envio do cardápio no prazo; Aprovação do cardápio; e, Cumprimento do cardápio;

7.3.4. A somatória da tabela de pontuação e pesos das dimensões poderá totalizar até 100 pontos, de acordo com a tabela que segue:



Dimensão	Peso	RU I		RU II		RU III		RU IV	
		Nota (1-10)	Nota parcial	Nota (1-10)	Nota parcial	Nota (1-10)	Nota parcial	Nota (1-10)	Nota parcial
1 - Satisfação dos comensais com o serviço prestado	3								
2 - Condições higiênico-sanitárias	2								
3 - Execução do cardápio	3								
4 - Manutenção e infraestrutura	2								
Nota consolidada de cada RU									
Desempenho global da Empresa									

7.3.5. Nota parcial de cada restaurante universitário é igual à nota vezes o peso de cada dimensão. A nota consolidada de cada restaurante universitário corresponde ao somatório de suas notas parciais. O desempenho global corresponde à média da nota consolidada de todos os restaurantes, variando entre 1 e 100.

7.4. De acordo com a atividade estabelecida no contrato, a FISCALIZAÇÃO poderá suprimir ou incluir algum quesito que ache mais específico ou pertinente para aquele momento do Contrato, bem como a CONTRATADA poderá sugerir alterações para melhor desenvolvimento das atividades, que será analisado pela FISCALIZAÇÃO e poderá ser acatado ou não;

7.5. A periodicidade da Avaliação de desempenho será bimestral, sendo realizada pelo Fiscal do Contrato e seus auxiliares, para emissão dos relatórios;

7.6. A classificação das não conformidades listadas no relatório pode ser:

7.7. Leve – Que incide em apresentação do Plano de Ação (PA).

7.8. Grave – Que incide em Notificação + Plano de Ação (PA).

7.9. Muito Grave – Que incide em Notificação + Advertência + Ressarcimento ou Reposição (se for o caso).

7.10. Caso haja alguma não conformidade grave descrita nos relatórios de Avaliação de Desempenho, poderá haver advertência à CONTRATADA, sendo definidas ações mais urgentes a serem tomadas, com risco até de rescisão contratual ou de penalização quanto ao ressarcimento de prejuízos ao RU, de acordo com as sanções previstas no Edital e na Lei n.º 8.666/93;

7.11. O Ressarcimento ou Reposição de prejuízo causado não impedirá o andamento do processo que poderá incidir em multa ou até em rescisão contratual;

7.12. Ao final da Avaliação de desempenho da contratada o FISCAL DO CONTRATO deverá emitir à CONTRATADA o Relatório da avaliação de desempenho da contratada, contendo o valor do desempenho global da CONTRATADA e a listagem das não conformidades, com suas respectivas classificações (leve, grave ou muito grave);

7.13. O conceito de Desempenho: é um parecer dado para cada quesito avaliado da CONTRATADA, conforme quadro abaixo:

Avaliação	Percentual
Ótimo	de 80 a 100
Bom	de 50 a 79
Insatisfatório	abaixo de 49



7.14. Caso a Contratada receba em 2 (duas) avaliações conceito “Insatisfatório”, a mesma será Notificada e, se não apresentar o PA, a mesma será Advertida mais uma vez. Caso a CONTRATADA receba 3 (três) conceitos “Insatisfatório”, a CONTRATADA receberá mais uma Advertência que poderá incidir em Multa ou até Rescisão Contratual.

7.15. Relatórios de Acompanhamento: São documentos gerados pela FISCALIZAÇÃO, que identifica não-conformidades nas atividades da CONTRATADA e define em conjunto com ela um Plano de Ação de melhorias;

7.16. Plano de Ação: Medidas corretivas que visam ao redirecionamento das ações necessárias ao desenvolvimento das atividades dentro dos padrões definidos neste Termo de Referência;

7.17. Procedimentos Operacionais Padrão (POPs): São normas e padrões técnicos operacionais definidos pela equipe de fiscalização, disponibilizados à CONTRATADA após a assinatura do Contrato, que deverão ser respeitados e seguidos pela Contratada nas atividades desenvolvidas no RU;

7.18. No POP é definida a forma de execução das atividades e padrões de qualidade, segurança alimentar, de acordo com os princípios e critérios da ANVISA, RDC 275 e 216;

7.19. Reuniões Periódicas: São reuniões realizadas entre a FISCALIZAÇÃO, membros da comunidade acadêmica e representante da CONTRATADA que visam discutir sobre cláusulas contratuais e o fornecimento de refeições. Essa reunião será mensal, mas poderá ocorrer mediante convocação da contratante, com aviso prévio de pelo

menos 5 (cinco) dias, dependendo da complexidade do Plano de Ação. Isso será definido pela FISCALIZAÇÃO;

7.20. O representante nomeado pela CONTRATADA para representá-la nas reuniões deverá ter capacidade, competência e autonomia para falar em nome da mesma. A empresa CONTRATADA deverá manter durante a vigência do Contrato o mesmo representante por ela nomeado. Caso haja necessidade de trocar o representante, isso só poderá ser feito mediante prévia justificativa e informando o nome e as qualificações do próximo representante para aprovação da FISCALIZAÇÃO;

7.21. Será facultativa a presença de outros membros da empresa CONTRATADA às reuniões.

8. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. O pagamento será efetuado mensalmente através de ordem bancária creditada em conta corrente da Contratada, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pelo fiscal da Administração, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 da Instrução Normativa - MPOG nº 02/2008, conjuntamente com o disposto no artigo 19-A da Instrução Normativa – MPOG nº 03 de 15 de outubro de 2009 e, obrigatoriamente, ser acompanhada das seguintes comprovações:

8.1.1. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

8.1.2. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e,

8.1.3. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;

8.2. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

8.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal da Administração, é estabelecido em Edital;

8.4. A Nota Fiscal/Fatura terá que ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou matriz;

8.5. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados conforme formulas estabelecidas em Edital.

8.5.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

8.6. Considerar-se-á como último dia útil para pagamento, o de emissão da respectiva Ordem Bancária pelo SIAFI (Sistema da administração Financeira do Governo Federal);

8.7. Poderá ser deduzido da Fatura / Nota Fiscal o valor de multa aplicada. Uma vez adotados os procedimentos administrativos cabíveis, se julgada procedente a defesa da Contratada, o valor deduzido será devolvido;

8.7.1. No ato de pagamento, a(s) Empresa(s) estará(ao) sujeita(s):

a. À retenção na fonte, do imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro e das Contribuições PIS/PASEP E COFINS com fundamento legal no artigo 64 da lei n.º 9.340/96 e Instrução Normativa nº 480, de 15 de dezembro de 2004, publicada na página 275, seção 1 do Diário Oficial da União de 29/12/2004, com alterações efetuadas pela Instrução Normativa SFR nº 539, de 25/04/2005, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados por Órgãos, Autarquias e Fundações da Administração Pública Federal, bem como do percentual de retenção para Seguridade Social, sobre o valor da mão de obra, conforme Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991 e do ISS a favor da Prefeitura Municipal de João Pessoa;



b. Ao disposto no artigo 19-A e seus incisos da Instrução Normativa nº 03 de 15 de outubro de 2009 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

8.7.2. A empresa optante do simples deverá apresentar junto com a Nota Fiscal, a declaração de OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, para fins de recebimento dos valores sem a retenção dos impostos, conforme modelo contido no Anexo IV da IN SRF nº 480/2004;

8.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

8.9. A Prefeitura Universitária da UFPB (PU-UFPB) será responsável pelo pagamento das notas fiscais/faturas a serem emitidas.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência aquele que:

- a. Não celebrar o contrato;
- b. Deixar de apresentar ou apresentar documentação falsa;
- c. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d. Não mantiver a proposta;
- e. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f. Comportar-se de modo inidôneo;
- g. Fizer declaração falsa;
- h. Cometer fraude fiscal.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da licitação;



- 9.2.2. Multas estabelecidas em Edital;
- 9.2.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a União, por intermédio da unidade contratante, por prazo de até 02 (dois) anos, pela inexecução parcial do Contrato, quando essa falta acarretar significativo prejuízo ao serviço contratado;
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, por inexecução total do Contrato que acarrete grave prejuízo ao serviço contratado ou por apresentar informação e/ou documentos falsos.
- 9.3. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do contratante, e impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 9.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com o estabelecido em Edital.
- 9.5. Para as penalidades previstas será garantido à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados do dia seguinte ao da notificação que lhe poderia ser aplicada, cabendo recurso à instância superior, em igual prazo, da decisão proferida por aquela autoridade.

João Pessoa, ____ de _____ de 20__.

(Assinam as Partes)

EM BRANCO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO IX

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO
PÚBLICO DO TRABALHO (MPT) E A UNIÃO**

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra

Termo de Conciliação Judicial (MODELO)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;



CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente junta ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e Pregão 06/2009 311º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar



a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;



h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;

i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;

j) – Serviços de auxiliar de escritório;

k) – Serviços de auxiliar administrativo;

l) – Serviços de office boy (contínuo);

m) – Serviços de digitação;

n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;

o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;

p) – Serviços de ascensorista;

q) – Serviços de enfermagem; e

r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores Pregão 06/2009 32 de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-deobra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.



Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juiz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima – Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava – A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.



Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União—1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho

ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

EMILINCO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO X

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE
PAGAMENTO DIRETO**

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA, para os fins dos artigos 19-A e 35 da Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

1) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso V, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

2) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

Nota explicativa: Caso não seja possível a utilização da conta vinculada, nos termos do art. 19-A, §2º da IN SLTI/MPOG n. 02/2008, será desnecessária a utilização da autorização referida no Item 2.



3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme artigos 19, XIX, e 35, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008.

..... de..... de 20.....

(Assinatura do representante legal do licitante)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU N° 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.058505/2017-51

ANEXO XI

MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÃO

FINANCEIRA (MODELO)

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° ____/____

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI,
CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO

(ÓRGÃO / ENTIDADE) E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

_____, VISANDO À OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MP N° 2, DE 30 DE ABRIL DE 2008, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A UNIÃO, por intermédio do _____, (*informar o órgão*) estabelecido(a) _____, (*endereço completo*), inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n° ____/____-__, por meio da Coordenação _____, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n° _____, de ____/____/____, (*data*) publicada no D.O.U. de ____/____/____, (*data*) neste ato, representado(a) pelo(a) _____ (*cargo*), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob n° _____, nomeado(a) pela Portaria n° _____, de ____/____/____ (*data*), publicada no D.O.U. de ____/____/____ (*data*), doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e, de outro lado, a



INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, _____, estabelecido(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominado(a) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, neste ato, representado (a) pelo seu _____ (cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, têm justo e acordado o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
3. Rubricas - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
4. Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação - cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
5. Usuário(s) - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
6. Partícipes - referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO

FINANCEIRA, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem




como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada Contrato será aberta uma conta-depósito vinculada em nome do Prestador de Serviços do Contrato.
2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.
3. A movimentação dos recursos na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviço.
3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e abre conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.



4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, contendo o número da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

6. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

7. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.

8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração Pública Federal via meio eletrônico.

9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.

9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:


9.1.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL às contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação- serão remunerados conforme índice de correção da poupança pro rata die.

9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA – DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.
2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração Pública, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação.
3. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.
4. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico.
5. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.
6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação.
7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.



8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.

11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.

12. Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.

13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento.

14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.



3. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação.
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços.
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo



Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de _____.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Local, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura do representante da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____
Ofício nº ____/____ – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL
____ de ____ de 20 ____.



A(o) Senhor(a) Gerente (nome do gerente) (Endereço com CEP) Senhor(a) Gerente, Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

CNPJ: _____ Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

(Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____)



INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,

Em atenção ao Ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____ deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº 2, de 30 de abril de 2008, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/____ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Gerente

Ao Senhor: (*Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*)

Endereço:

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)



Ofício nº ____/____, ____ de ____ de 20__.

Senhor, Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada à empresa _____, CNPJ _____ na Agência _____ da Instituição Financeira _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, da SLTI/MP:

Agência : _____ Conveniente Subordinante : Administração Pública Federal

Cidade/Município : _____ Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio _____.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente,

Gerente



Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº /20__ - ____

Local, ____ de ____ de 20__

A(o)

Senhor(a) Gerente (*nome do gerente*) (*endereço da agência com CEP*)

Senhor Gerente, Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ ____ da conta nº ____ da agência nº ____ de titularidade de ____, (*nome do proponente*) inscrito no CNPJ sob o nº ____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte conta-depósito:

Instituição Financeira Agência Conta CPF /CNPJ

Atenciosamente,

(Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ ou servidor previamente designado pelo ordenador Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____)



INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº _____ (número sequencial)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____, *(nome do representante da Administração Pública Federal)*

Em atenção ao seu Ofício nº _____/20__ - _____, de ____/____/20__, informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - de nº _____ da agência nº _____ da Instituição Financeira e CRÉDITO na seguinte conta-depósito:

CREDITAR

Instituição Financeira / Agência / Conta CPF /CNPJ

Atenciosamente,

_____ *(nome do Gerente)*

Nº da Agência da Instituição Financeira.



Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ da Instituição Financeira _____ (*endereço da agência*)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº _____ (bloqueada para movimentação), de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

(Assinatura do titular da conta-depósito Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica

nº ____/____)



Ofício nº ____/20__

____, ____ de ____ de 20__

A(o) Senhor(a) Gerente (*nome do gerente*) (*endereço da agência com CEP*)

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF / Nome / Documento / Poderes

Atenciosamente,

(Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____)



Ofício nº ____/20__ - ____

Local, ____ de ____ de 20__

A(o) Senhor(a) *(nome do Proprietário da empresa contratada pela Administração Pública Federal) (endereço da empresa com CEP)*

Senhor Sócio Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação-, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____ da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta - depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

(Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO XII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COM A INICIATIVA PRIVADA**

(Em papel Timbrado do Licitante)

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)

Declaro que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____,
estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados
com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor Total do Contrato

(...)

Valor total dos Contratos (R\$)	

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.



FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 19, INCISO XXIV, ALÍNEA D, ITENS 1 E 2, DA IN Nº 2/2008, ALTERADA PELA IN Nº 6/2013.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$$

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE – e a declaração apresentada seja superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 > 10$$



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO XIII

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
(ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, DETALHAMENTO E PREÇOS)**

(ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, DETALHAMENTO E PREÇOS)						
Item	Campus	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima Diária Estimada	Valor Diário Unitário Estimado	Valor Diário Máximo Total Estimado
				(un)	(R\$)	(R\$)
1	Campus I	Desjejum	Un/Dia	564,00	7,54	4.252,56
2		Almoço	Un/Dia	2.400,00	14,26	34.224,00
3		Jantar	Un/Dia	1.200,00	13,88	16.656,00
4		Lanche da Noite	Un/Dia	564,00	7,29	4.111,56
ESTIMATIVA DO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO PARA O CAMPUS I (R\$)						59.244,12
1	Campus II	Desjejum	Un/Dia	360,00	7,54	2.714,40
2		Almoço	Un/Dia	720,00	14,26	10.267,20
3		Jantar	Un/Dia	600,00	13,88	8.328,00
4		Lanche da Noite	Un/Dia	360,00	7,29	2.624,40
ESTIMATIVA DO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO PARA O CAMPUS II (R\$)						23.934,00
1	Campus III	Desjejum	Un/Dia	360,00	7,54	2.714,40
2		Almoço	Un/Dia	720,00	14,26	10.267,20
3		Jantar	Un/Dia	600,00	13,88	8.328,00
4		Lanche da Noite	Un/Dia	300,00	7,29	2.187,00
ESTIMATIVA DO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO PARA O CAMPUS III (R\$)						23.496,60
1	Campus IV	Desjejum	Un/Dia	-	7,54	-
2		Almoço	Un/Dia	360,00	14,26	5.133,60
3		Jantar	Un/Dia	300,00	13,88	4.164,00
4		Lanche da Noite	Un/Dia	-	7,29	-
ESTIMATIVA DO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO PARA O CAMPUS IV (R\$)						9.297,60
ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DIÁRIO MÁXIMO (R\$)						115.972,32
ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO (R\$)						23.194.464,00
OBSERVAÇÕES:						
- O ANO LETIVO COMPREENDE 200 DIAS						
- A SEU CRITÉRIO EXCLUSIVO, O LICITANTE INTERESSADO PODERÁ COTAR VALORES DIFERENTES PARA CADA CAMPUS.						

EMILIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

ANEXO XIV

RELAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

CARNES (PRATO PRINCIPAL)

NOME	UND	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA MENSAL MÁXIMA	PER CAPITA LÍQUIDO
Almôndega	Kg	Almôndega bovina congelada	2	60 g
Bacon	Kg	Carne suína defumada	1	2 g
Bife de contrafilé	Kg	Bife de carne bovina	6	80 g
Bife de patinho	Kg	Bife de carne bovina	6	80 g
Bisteca bovina	Kg	Bisteca de contrafilé, carne bovina.	6	80 g
Carne moída	Kg	Patinho moído único ou preparado	8	60 g
Fraldinha	Kg	Carne bovina em peça	5	60 g
Copa lombo	Kg	Carne suína em peça	5	60 g
Costela suína	Kg	Costela suína com osso	1	110 g
Coxão duro	Kg	Carne bovina em peça	4	60 g
Cupim	Kg	Carne bovina em peça	2	60 g
Filé de frango sem osso	Kg	Carne de frango, filé desossado e sem pele.	6	80 g
Filé de sobrecoxa	Kg	Carne de frango, filé, sem osso.	5	60 g
Filé de pescada	Kg	Filé de peixe congelado, sem pele e espinha.	2	60 g
Filé de cação	Kg	Filé de peixe congelado, sem escamas e espinha.	2	60 g
Lagarto	Kg	Carne bovina em peça, sem coxão duro e sem gordura na cobertura, lagarto redondo.	4	60 g
Lombo/ Lombinho	Kg	Carne suína s/ osso em peça	2	60 g
Coxão duro ou coxão mole	Kg	Carne bovina em peça	6	60 g
Patinho	Kg	Carne bovina em peça	3	60 g
Pernil	Kg	Carne suína sem osso em peça	2	60 g
Pertences para feijoada	Kg	Carne suína	2	50 g



NOME	UND	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA MENSAL MÁXIMA	PER CAPITA LÍQUIDO
Linguiça	Kg	Carne mista	6	50g
Quibe	Kg	Quibe bovino congelado	2	60 g

FRUTAS

NOME	UND	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA SEMANAL MÁXIMA	PER CAPITA LÍQUIDO
Abacaxi	un	Tipo A graúdo	2	120 g
Banana Pacovan	Kg	Climatizada	4	100 g
Goiaba	Un	Vermelha ou Branca	2	1 ud
Laranja	Dz	Pera tipo A	4	115 g
Limão	cx	Taiti tipo A com 25 Kg	2	5 ml
Maçã Nacional	cx	Vermelha (Gala ou Fuji)	3	90 g
Mamão comum	cx	Tipo A – formosa	2	100 g
Manga	ud	Haden, Palmer ou Tommy	2	1 ud
Maracujá	cx	Azedo tipo A	1	10 g
Melancia	Kg	Graúda tipo A	2	170 g
Melão	cx	Amarelo cx com 8 unidades	2	120 g

GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS

NOME	UND	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA SEMANAL MÁXIMA	PER CAPITA LÍQUIDO
Abóbora	cx	Tipo seca	2	160 g
Abobrinha	cx	Brasileira ou italiana extra AA	2	100 g
NOME	UND	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA MENSAL MÁXIMA	PER CAPITA LÍQUIDO
Batata doce	cx	Rosada extra AA	2	120 g
Batata comum	cx	Extra AA	4	120 g
Berinjela	cx	Extra AA	2	110 g
Beterraba	cx	Extra AA	4	80 g
Inhame	cx	Extra AA	2	120 g
Cará	cx	Extra AA	1	120 g
Cenoura	cx	Extra AA	4	100 g
Chuchu	cx	Extra AA	4	100 g
Cogumelo	pct	Paris ou em Conserva	2	6 g
Gengibre	Kg	Cru ou conserva	1	0,02 g
Mandioca (macaxeira)	Kg	Graúda	4	120 g
Pepino	Kg	Comum ou japonês	4	50 g
Pimenta vermelha	Kg	Extra AA (molho)	30	0,5 g

NOME	UND	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA MENSAL MÁXIMA	PER CAPITA LÍQUIDO
Pimentão verde	Kg	Graúdo	11	0,5 g
Quiabo	Kg	Liso extra AA	1	90 g
Tomate molho	Kg	Maduro	6	30 g
Tomate salada	Kg	Extra AA ou cereja	6	130 g
Vagem	Kg	Macarrão Extra AA	2	72 g
Acelga	Kg	Extra	4	65 g
Agrião	mç	Extra	2	60 g
Alface	mç	Crespa, lisa, romana, roxa ou americana.	12	70 g
Alho porró	mç	Extra	1	6 g
Cebolinha	mç	Extra	20	1 g
Coentro	mç	Extra	2	0,5 g
Couve flor	mç	Extra	2	120 g
Couve manteiga	mç	Extra	2	100 g
Escarola	mç	Extra	4	50 g
Espinafre	mç	Extra	1	30 g
Hortelã	mç	Extra com 300 g	1	0,02 g
Louro	mç	Maço com 500 g	10	0,03 g
Milho verde	Kg	Extra na palha, congelado ou enlatado	2	40 g
Brócolis	mç	Extra	6	80 g
Repolho	Kg	Liso ou roxo	4	60 g
Salsa	mç	Extra	20	5
Alho	Kg	Tipo 4	20	2 g
Batata beneficiada	Kg	lisa	3	150 g
Cebola	Kg	Graúda	20	20 g
Cebola miúda	Kg	Do estado	1	100 g
Ovos	Dz	Branco médio extra	10	100 g

OUTROS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

NOME	UND	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA SEMANAL MÁXIMA	PER CAPITA LÍQUIDO
Açúcar	Kg	De cana, refinado.	s/n	20 g
Ameixa em calda	lt	Lata	1	10 g
Amido de milho	Kg	Caixa	4	5 g
Arroz	Kg	Agulhinha, longo, fino, tipo 1, beneficiado, inteiro	50	95 g
Azeite de oliva	Lt	Extra virgem	30	3 ml
Azeitona verde	bd	Tamanho médio, tipo verde em conserva.	2	4g
Café em pó	Lt	Comum	20	14g



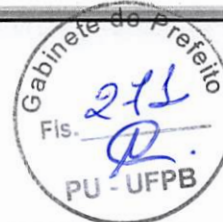
NOME	UND	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA MENSAL MÁXIMA	PER CAPITA LÍQUIDO
Canela em pau	Kg	Em pó, 1 qualidade	1	0,01g
Catchup	lt	Industrializado	2	5 g
Chocolate em pó	Kg	Tradicional, 1 qualidade	1	7 g
Coco ralado	Kg	Seco, ralado e sem açúcar.	1	5 g
Cravo da índia	Kg	Pacotes de 500 g	2	5 g
Ervilha	lt	Em conserva	4	12 g
Essência de baunilha	Kg	Industrializado	1	0,03g
Extrato de tomate	lt	Extrato de tomate simples.	5	15 g
Farinha de mandioca	Kg	Mandioca crua, fina.	4	40 g
Farinha de milho	Kg	Milho amarelo	5	20 g
Farinha de rosca	Kg	Rosca de pão	2	20 g
Farinha de trigo	Kg	Trigo especial	2	10 g
Feijão carioca	Kg	Tipo 1 extra novo	50	60 g
Feijão preto	Kg	Tipo 1, extra novo	4	60 g
Feijão branco	Kg	Tipo 1	1	60 g
Fermento em pó	lt	Químico	1	1,4g
Fubá	Kg	Fubá de milho	1	20 g
Goma	Kg	Goma de Mandioca	2	60 g
Gelatina	Kg	Em pó, sabores diversos.	3	20 g
Goiabada	cx	Para corte ou cremosa	2	50 g
Groselha	Kg	Industrializado	4	5g
Leite de coco	vd	Em vidro	1	4 ml
Leite tipo B	lt	Integral – em preparações	7	150 ml
Macarrão	Kg	Industrializado com ovos qualidade superior	2	100 g
Massa recheada	Kg	Massa fresca ou seca recheada com carne, frango ou queijo.	2	100 g
Massa para lasanha	Kg	Massa fresca ou pré-cozida para lasanha	1	40 g
Massa para panqueca	Kg	Massa fresca	1	40 g
Margarina	Lt	Vegetal	6	7g
Molho de soja	FR	Industrializado (shoyu)	4	1 ml
Molho inglês	FR	Industrializado	4	1 ml
Mostarda	Bd	Molho de mostarda	2	8,8 ml
Mousse em pó	Kg	Preparo para mousse em pó, sabores diversos.	2	150g
Noz moscada	Kg	Em amêndoas secas	1	0,001
Óleo de soja	lt	Soja refinado	30	34 ml
Orégano	Kg	Condimentos em pacotes	4	0,01g
Pó para flan	Kg	Sem leite, com açúcar, sabores diversos.	4	15 g de pó

NOME	UND	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA MENSAL MÁXIMA	PER CAPITA LÍQUIDO
Pó para pudim	Kg	Sem leite com açúcar, sabores diversos.	4	20 g de pó
Sal	Kg	Refinado	30	8g
Soja em grão	Kg	Grão seco	5	50 g
Sorvete	Lt	Massa de leite pasteurizado	1	200 ml
Trigo para quibe	Kg	Grão seco	1	20 g
Uva passa	Kg	Sem semente, preta.	4	2,5 g
Vinagre	fr	Vinagre de vinho	20	6,5 ml



EMILIANO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PU



PROCESSO 23074.058505/2017-51

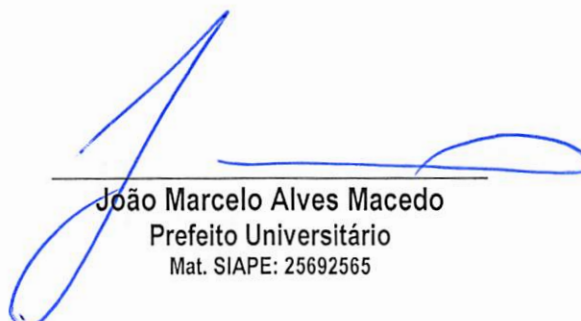
JOÃO PESSOA (PB), 02 DE FEVEREIRO DE 2018

À: SUPERINTENDÊNCIA DO SRU'S - UFPB

Prezado Superintendente,

Encaminho o presente processo administrativo, Volumes I e II, para análise e assinatura nos locais indicados de responsabilidade desta Superintendência, dada as modificações sugeridas pelo ENALIC constantes no presente processo, sugiro anexar a portaria do atual superintendente.

Atenciosamente,



João Marcelo Alves Macedo
Prefeito Universitário
Mat. SIAPE: 25692565

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS
EMITIDO EM 06/02/2018 09:55



Processo nº. 23074.058505/2017-51

Assunto: 036.1 - REQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (INCLUSIVE LICITAÇÕES)

DESPACHO

Prezado Sr,

Segue cópia da portaria, conforme despacho folha 271.

Atenciosamente,

(Autenticado digitalmente em 06/02/2018 09:55)

FERNANDO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA

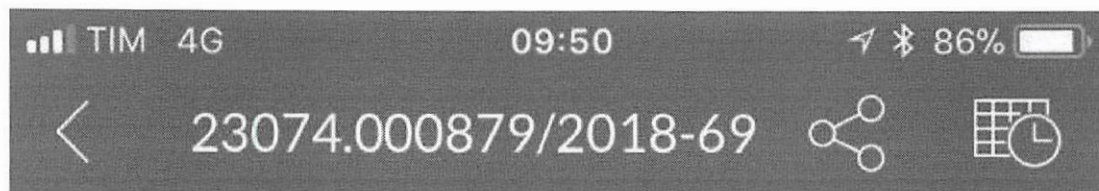
PRAPE - SUPERINTENDÊNCIA DE RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS (11.01.29.03)
SUPERINTENDENTE

SIPAC | STI - Superintendência de Tecnologia da Informação - | Copyright © 2005-2018 - UFRN - sistemas-
a.bbn.ufpb.br.sistemas-a

*à Procuradoria
jurídica para análise
e parecer.
Em 06.02.2018*

Jefersonberg
João Wanderberg Gonçalves Maciel
Pró-Reitor de Ass. e Prom. do Estudante
UFPB/SIAPE 1716297

EM BRANCO



Processo 23074.000879/2018-69

Diário	Diário Oficial Da União
Divulgação	Diário
Publicação	26/01/2018
Orgão	Seção 2
Vara	Ministério Da Educação
Comarca	Brasília

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PORTARIAS DE 18 DE JANEIRO DE 2018 A VICE-REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, resolve:

Nº 62-I Designar FERNANDO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA, Matrícula Siape 03361159, CPF Nº 41454545453, AUXILIAR DE LABORATORIO, regime de trabalho T-40, do quadro permanente de pessoal desta Universidade, com lotação na PRO-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO ESTUDANTIL, para exercer a função de Superintendente dos Restaurantes Universitários/CD-4. II Esta Portaria e seus efeitos financeiros entram em vigor na data de sua publicação. (Processo nº 23074.000879/2018-69).



Notícias



Publicações



Serviços



Jurisprudência



Menu

EM BRANCO



Relatório de Operações do SAPIENS:

As seguintes operações foram realizadas com sucesso:

Tarefa criada com sucesso no NUP 23074.058505/2017-51 para CARLOS HENRIQUE BENEDITO NITÃO LOUREIRO!

Tramitação criada com sucesso no NUP 23074.058505/2017-51!

EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EQUIPE NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PARECER n. 00088/2018/NLC/ENALIC/PGF/AGU

NUP: 23074.058505/2017-51

INTERESSADOS: UFPB - PU - GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. REGULARIDADE FORMAL DO PROCESSO. AQUISIÇÕES. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado à Equipe Nacional de Licitações e Contratos - ENALIC, para análise da regularidade jurídica da minuta do edital de pregão eletrônico, processado sob o Sistema de Registro de Preços, que tem por objeto a contratação eventual de empresa especializada no fornecimento de refeições, (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite) incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB.
2. Inicialmente, os presentes autos vieram instruídos com os seguintes documentos:
 - a) Termo de referência (fls. 2-69);
 - b) Cotação de preços (fl. 71; 76-79);
 - c) Justificativa e despacho de aprovação do procedimento licitatório e encaminhamento do Prefeito Universitário (fls. 80-81v);
 - d) Portaria de designação de pregoeiros (fl. 82).
 - e) Edital de pregão eletrônico e seus anexos (fls. 83-156)
3. Recebidos os autos pelo ENALIC, foi emitida a COTA n. 00028/2017/NLC/ENALIC/PGF/AGU, que apontou pendências na instrução processual (fls. 163-163v).
4. Em seguida, a área técnica juntou documento às fls. 166/170 contendo errata do termo de referência, bem como acostou o memorando UFPB/PU/CPL/MEMONº 095/2017, no qual a Administração apresentou as justificativas para a inclusão/alteração das cláusulas dos modelos de minutas disponibilizados pela AGU, e ainda informou que foram realizadas adaptações nos instrumentos de modo a torná-los compatíveis com as referidas minutas.
5. Contudo, não foram juntadas ao processo novas minutas de edital, termo de referência, contrato e ata de registro de preços a serem analisadas por esta ENALIC, com as devidas alterações mencionadas no Memorando acima citado e no documento de fls. 166/170, pelo que os autos foram novamente devolvidos por meio da COTA n. 00004/2018 /NLC/ENALIC/PGF/AGU (fl. 191).
6. Diante disse, a Administração promoveu a juntada de nova minuta de edital de pregão eletrônico e seus anexos (fls. 196-242v e 244-270), constando ainda da instrução a designação de servidor para a função de superintendente dos restaurantes universitários (fls. 273).
7. É o relatório.

DO ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À ENALIC

8. Inicialmente, cumpre registrar o que dispõe o art. 10 da Portaria PGF nº 263/2017 acerca do encaminhamento de processos a Equipe Nacional de Licitações e Contratos – ENALIC:

Art. 10. São requisitos para o encaminhamento de processos administrativos contendo consultas sobre licitações e contratos da área meio à ENALIC:

I - utilização de minutas padrão de termo de referência, edital de licitação, contrato e ata de registro de preços, conforme o caso, disponibilizados pela Advocacia-Geral da União;

II - utilização das listas de verificação (checklists) da instrução processual disponibilizados pela Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. As inclusões, modificações e exclusões em minutas padrão deverão ser expressamente comunicadas e previamente submetidas à apreciação da ENALIC, em manifestação apartada que indique as disposições alteradas e explice suas justificativas.

9. Sendo assim, nas hipóteses em que não forem observados os requisitos acima, incluindo a informação constante do parágrafo único, os processos serão devolvidos para adequação, sem prejuízo de que, desde logo, sejam feitas considerações a respeito da legalidade do procedimento e recomendações para regularização.

10. Ainda, destaca-se a necessidade de que seja verificada, pela chefia da unidade de execução da PGF (ou a quem lhe for delegada competência), se os processos encaminhados estão, de fato, instruídos com as minutas da AGU. Essa análise é importante para evitar a devolução dos autos e, por conseguinte, atraso na sua análise jurídica. Para tanto, sugere-se orientar o órgão competente para a responsabilização administrativa em caso de divergência de informação em relação ao uso das minutas.

11. Ressalte-se que a manifestação que se seguirá limitar-se-á aos **aspectos estritamente jurídicos**, sem adentrar em questões relativas à conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar questões de natureza eminentemente técnico-administrativa, econômico-financeira ou cálculos, dado o que dispõe o art. 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, c/c art. 11, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

12. A presente manifestação, portanto, toma por base os elementos constantes dos autos do processo administrativo em epígrafe.

DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS

13. Às fls. 80-81v, consta autorização para abertura do procedimento licitatório (art. 21, V, do anexo I do Decreto nº 3.555/2000 c/c art. 30, V, do Decreto nº 5.450/2005).

14. Como esta unidade da PGF/AGU atua em ambiente remoto, fora do ente assessorado, deve ser atestada, no processo, a obediência às regras internas de competência para autorização da presente contratação.

15. De igual modo, para atividades de custeio, deve a Administração Pública comprovar que foi obtida autorização para celebração de contrato prevista no art. 2º do Decreto nº 7.689/2012 dentro do prazo previsto pelo art. 4º, §1º, da Portaria MPOG nº 249/2012.

DA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO E DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

16. Vê-se que a escolha do Pregão Eletrônico, como modalidade de licitação, foi adequada, pois o bem a ser adquirido foi qualificado como comum pela unidade técnica (art. 1º da Lei nº 10.520/2002 c/c Orientação Normativa AGU nº 54/2014, item 1.3.1 do anexo VIII do edital). Destaque-se que, à luz do art. 4º, X, da Lei nº 10.520/2002, somente é possível licitar o presente objeto sob o tipo menor preço.

17. Quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, deve-se lembrar que tal procedimento é cabível nas hipóteses indicadas no art. 3º do Decreto nº 7.892, de 2013:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de

serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa (não se confundindo entrega parcelada dos produtos com entrega de parcelas do produto, nos termos do entendimento firmado no Acórdão TCU nº 125/2016 - Plenário);

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração (podendo a incerteza da demanda ser relacionada com a sua ocorrência ou com a quantidade de bens, conforme Acórdão TCU nº 2.197/2015-Plenário).

18. No caso, verifica-se que a Administração apresentou justificativa à utilização do SRP no Despacho de fls. 80-81v, cujo trecho abaixo vale a transcrição:

A escolha da licitação por Registro de Preços em um único processo proporciona economia processual para manter nossos estoques abastecidos pelo prazo de um ano, sem que se gaste tempo e recursos efetuando diversas aquisições em locais diferentes da Universidade ou até mesmo diversas licitações para aquisição destes itens em uma mesma Unidade.

As vantagens proporcionadas, em síntese, do Registro de Preços, são as seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da administração, reduzindo assim o desperdício de materiais em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da administração na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações.

19. Pelo exposto, considera-se cabível a adoção do SRP, até porque é o procedimento preferível para aquisições (art. 15, II, da Lei nº 8.666/93).

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Requisitos gerais

20. Durante a fase interna da licitação, a Administração Pública deverá atender aos requisitos abaixo:

a) demonstrar que o objeto a ser contratado atende às necessidades da Administração, definindo-se as unidades e quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa deverá ser obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação (art. 15, §7º, I e II, da Lei nº 8.666/1993, art. 8º, I, II e III, do Decreto nº 3.555/2000 e art. 9º, I e III, do Decreto nº 5.450/2005);

b) parcelar o objeto da contratação sempre que técnica e economicamente viável (art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993);

c) especificar o objeto de acordo com critérios de sustentabilidade ambiental;

d) elaborar o orçamento da contratação (no art. 40, §2º, II, da Lei nº 8.666/1993) a partir de pesquisa de preços fundada na IN SLTI/MPOG nº 05/2014;

e) juntar comprovação da designação do pregoeiro e da equipe de apoio (arts. 8º, I, e 9º, VI, do Decreto nº 5.450/2005);

f) juntar termo de referência datado, assinado e devidamente aprovado pela autoridade competente (art. 9º, II, do Decreto nº 5.450/2005).

Justificativa da necessidade da contratação

21. Quanto à satisfação da **alínea "a"**, para melhor justificar a necessidade da contratação, a Administração deverá juntar manifestação técnica que esclareça a metodologia utilizada para estimativa dos quantitativos a serem licitados, com a respectiva memória de cálculo e documentos (ex.: consumo de outras contratações, relatórios, dados sobre a demanda interna, gráficos, séries históricas), pois as informações trazidas aos autos estão pouco detalhadas. ✓

22. Recomenda-se, ainda, que o esclarecimento técnico contenha menção expressa aos documentos do processo que foram utilizados para o cálculo da estimativa de consumo.

Parcelamento da contratação e regra geral da necessária adjudicação por itens no SRP

23. O segundo requisito diz respeito à regra do parcelamento do objeto a ser contratado em licitações. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens (Súmula TCU nº 247). A despeito disso, o próprio Decreto nº 7.892/2013, em seu art. 8º, previu a possibilidade de divisão do objeto em lotes:

Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

24. Interpretando a regra da divisibilidade em lotes, o TCU adotou os seguintes entendimentos:

Enunciado: Em licitações para registro de preços, **é obrigatória a adjudicação por item como regra geral**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas. **A adjudicação por preço global é medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de ser incompatível com a aquisição futura por itens** (Acórdão nº 757/2015 - Plenário - Boletim de Jurisprudência 77/2015).

9.2.1. quando utilizar a adoção da adjudicação do menor preço global por grupo/ lote, concomitantemente com disputa por itens, somente o faça quando tal opção estiver baseada em robusta e fundamentada justificativa, que demonstre a vantajosidade dessa escolha comparativamente ao critério usualmente requerido de adjudicação por menor preço por item, em atenção aos arts. 3º, § 1º, I, 15, IV, e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei n. 8.666/1993; (Acórdão nº 2.695/2013 - Plenário).

25. Dada a orientação da Corte de Contas, **deve haver justificativa adequada para a agregação de todos os itens em a um único vencedor**. Nesse sentido, somente será possível haver esse agrupamento se essa escolha for a que melhor atenda ao comando do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93. Do contrário, deverá ser adotada a técnica da adjudicação por itens.

Critérios e práticas de sustentabilidade nas aquisições

26. Em relação à alínea “c”, as contratações governamentais devem estabelecer critérios e práticas que promovam o desenvolvimento sustentável (art. 2º do Decreto nº 7.746/2012), inclusive por meio da priorização de aquisições de produtos reciclados e/ou recicláveis (art. 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010).

27. Para tanto, deverão ser tomados três cuidados gerais à luz dos arts. 2º e 3º do Decreto nº 7.746/2012:


- a) definir os critérios e práticas objetivamente no instrumento convocatório como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial;
- b) justificar a exigência dos mesmos nos autos;
- c) verificar se os critérios e práticas preservam o caráter competitivo do certame.

28. Não obstante a redação atual do art. 2º do Decreto nº 7.746/2012 somente entre em vigor cento e oitenta dias após a data da publicação do Decreto nº 9.178/2017, reputamos que os cuidados gerais reportados acima representam apenas a aplicação de diretrizes decorrentes da interpretação da legislação já em vigor, a qual salvaguarda, com idêntico *status*, os princípios da competitividade, da motivação e do desenvolvimento sustentável nas licitações (art. 3º da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 50 da Lei nº 9.784/1999).

29. Não foi por outra razão que os arts 1º e 2º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 dispuseram que as especificações para aquisição de bens devem conter critérios de sustentabilidade ambiental, devendo a Administração Pública formular as exigências de forma a não frustrar a competitividade.

30. Posto isso, para definição dos critérios e práticas de sustentabilidade, recomendam-se as consultas ao art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, ao art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE) e ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/400787.

31. Especificamente quanto ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", sugere-se que a Administração Pública verifique se há algum ponto no índice do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU que mereça destaque, a saber:



AGROTÓXICOS. 8
APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL. 11
APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS. 15
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL. 17
ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - <i>Fabricação ou industrialização de produtos em geral</i> 17
ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - <i>Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos.</i> 19
INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL. 21
CONSTRUÇÃO CIVIL. 22
CONSTRUÇÃO CIVIL – <i>Resíduos.</i> 24
DETERGENTE EM PÓ.. 27
EMIÇÃO DE POLUENTES ATMOSFÉRICOS POR FONTES FIXAS. 28
FRASCOS DE AEROSOL EM GERAL. 29
LÂMPADAS FLUORESCENTES. 31
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.. 33
LIXO TECNOLÓGICO.. 36
MERCÚRIO METÁLICO.. 38
ÓLEO LUBRIFICANTE. 39
PILHAS OU BATERIAS. 41
PNEUS. 43
PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS. 44
PRODUTOS PRESERVATIVOS DE MADEIRA. 48
RESÍDUOS – <i>Serviços de saúde.</i> 51
RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS. 57
RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS – <i>Logística Reversa.</i> 61
RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS – <i>Resíduos perigosos.</i> 66
SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO.. 70
SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO – <i>Serviços de manutenção.</i> 73
TINTAS. 75
VEÍCULOS. 77

32. Se a Administração entender que os bens não se sujeitam aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

33. Feitas essas considerações, verifica-se que a Administração declarou que observou os critérios e práticas de sustentabilidade previstos pela legislação (fls. 173-173v).

Do orçamento da contratação

34. Quanto ao orçamento, foram estimados os custos unitários e total da contratação à fl. 79, sem que conste, porém, servidor devidamente identificado nos autos. De acordo com a referida planilha, é possível observar que os preços unitários se basearam na média dos preços coletados em fontes distintas.

35. Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar o valor de mercado do objeto contratual deixará de ser examinada pela Procuradoria, posto ser atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade.

36. Ressalta-se, contudo, que a **pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com a IN SLTI/MPOG nº 05/2014**. Em especial, **deverão ser cumpridas as orientações abaixo:**



- a pesquisa de preços deve contemplar bens cujas especificações guardam identidade com as daqueles efetivamente desejados, evitando a comparação entre bens que não sejam equivalentes;
- os fornecedores pesquisados devem ser devidamente identificados (ex.: nome da empresa, e-mail, endereço, CNPJ);
- os preços pesquisados devem ser examinados de forma crítica, por meio de manifestação técnica fundamentada, cumprindo à Administração o discernimento sobre os efetivamente aptos a comporem a planilha de preços, podendo até serem excluídos aqueles demasiadamente discrepantes dos demais;
- entre as fontes da pesquisa de preços, devem ser priorizadas o “painel de preços” e as “contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços” em detrimento da “pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo” e “pesquisa com os fornecedores”, cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar, conforme art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 27/6/2014 e Acórdão TCU nº 1.445/2015 - Plenário;
- a estimativa dos preços de mercado deverá levar em consideração todas as variáveis correlacionadas, como quantidade/volume de serviços/bens, propiciando que eventuais ganhos de escala, oriundos de grandes contratações, reflitam a redução nos preços obtidos pelas cotações prévias ao certame;
- somente em casos excepcionais, devidamente justificados, poderá haver a pesquisa em quantidade inferior a três preços (art. 2º, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 27/6/2014);
- justificar a metodologia para estimação dos custos da contratação (art. 2º, §§ 1º, 2º e 3º da IN SLTI/MPOG nº 05/2014).

37. No caso, foram apresentadas três propostas à Administração, sendo que duas delas aparentemente não levam em consideração variáveis como quantidade de serviço, ou seja, desprezando o efeito escala. Como não houve exame crítico das propostas, cumpre à **Administração Pública rever a pesquisa de preços ou esclarecer o contexto de obtenção das aludidas propostas, de modo a demonstrar que elas levaram em consideração à variáveis em questão.**

Designação formal do pregoeiro e da equipe de apoio

38. A exigência de designação do pregoeiro e sua equipe de apoio não foi cumprida, pois consta dos autos apenas a designação genérica dos pregoeiros para todas as contratações da UFPB, sem especificação do pregoeiro e da respectiva equipe para esta licitação (art. 3º, IV, da Lei nº 10.520/02 e art. 8º, VI, do Decreto nº 5.450/05), razão pela qual se recomenda a correção do vício.

39. Por sua especificidade e relevância, o conteúdo do termo de referência será analisado na seção a seguir.

TERMO DE REFERÊNCIA

40. Inicialmente, cumpre lembrar que o presente termo de referência deverá observar os modelos elaborados pela Advocacia-Geral da União, por se tratar de requisito de encaminhamento dos autos à ENALIC, conforme art. 10 da Portaria PGF 263/2017, sendo que “as inclusões, modificações e exclusões em minutas padrão deverão ser expressamente comunicadas e previamente submetidas à apreciação da ENALIC, em manifestação apartada que indique as disposições alteradas e explicita suas justificativas”.

41. Pelo exposto, é da responsabilidade da Administração Pública destacar, formalmente, todas as alterações realizadas no modelo de termo de referência da AGU.

42. Caso não tenham sido reportadas em manifestação fundamentada, deve-se reputar que a legalidade das

mesmas não foi examinada, ficando seu conteúdo sob responsabilidade exclusiva do gestor e demais servidores que compõem a equipe de planejamento da licitação.

43. No caso, o Termo de Referência de fls. 214-233v, embora, aparentemente, tenha se baseado no modelo disponibilizado pela AGU em seu sítio eletrônico, **não foi devidamente aprovado pela autoridade competente, o que demanda providências nesse sentido.**

44. Apenas para registro formal, destacamos que foram fixados preços unitários máximos para cada preço unitário no item 2.2 do edital (art. 40, X, da Lei nº 8.666/93, Súmula TCU nº 259, por analogia, e item 9.2.3 do Acórdão nº 7.021/2012 - 2ª Câmara). Não foram, ainda, exigidas amostras do licitante melhor classificado, razão pela qual se deixa de tecer considerações adicionais.

DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

45. Nos termos do art. 4º do Decreto nº 7.892/2013, a adoção do Sistema de Registro de Preços pressupõe, como regra geral, a divulgação da intenção de registro de preços perante possíveis órgãos participantes.

46. Assim, somente poderia haver a dispensa dessa divulgação se esse procedimento fosse inviável. Em todo caso, deveria haver a justificativa da decisão, pois o art. 4º, § 1º, assim dispõe: "A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada nos casos de sua inviabilidade, de forma justificada".

47. No caso, a área técnica justifica não ter havido a referida divulgação "devido à exiguidade do tempo" (81v).

PARTICIPAÇÃO DE ME, EPP E COOPERATIVAS

48. O Decreto nº 8.538/2015 prevê tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.

49. O art. 6º do referido decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00, a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte. A Orientação Normativa AGU nº 10/2009, por sua vez, pacifica a forma de aferição do valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

50. Por outro lado, prevê o art. 8º do Decreto nº 8.538/2015 que, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), **deverá** ser reservada cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Os órgãos e entidades contratantes poderão deixar de observar as cotas reservadas quando justificar a existência de prejuízo para a contratação do conjunto ou do complexo do objeto.

51. Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

- de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015;

- de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

52. Registre-se que os tratamentos diferenciados previstos no presente tópico também se aplicam às cooperativas com receita bruta equivalente a das empresas de pequeno porte, por força do art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

53. Por fim, os tratamentos diferenciados devem ser afastados quando incidente alguma das situações previstas no art. 10 do Decreto nº 8.540, de 2015, o que requer a devida justificativa.

54. Diante disso, verifica-se que, no caso, a estimativa do valor da contratação do grupos ultrapassa R\$ 80.000,00. Foi acertada, portanto, a não exigência da participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame.

DAS MINUTAS PADRONIZADAS DA AGU – EDITAL, CONTRATO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

55. Quanto ao uso das minutas padronizadas da AGU, o primeiro requisito a ser verificado é a existência da devida identificação do servidor responsável pela produção das minutas de edital e de seus anexos, dados os princípios da transparência e da responsabilização (*accountability*). **Esse requisito não foi cumprido.**

56. Dito isso, consta dos autos que foi utilizada a minuta-padrão disponibilizada pela Advocacia-Geral da União à fl. 195.

57. Acerca desse ponto, cabe dizer que o TCU, por meio do Acórdão nº 1.504/2005 - Plenário, entendeu que “a utilização de minutas-padrão não fere o dispositivo legal que impõe a prévia manifestação da assessoria jurídica sobre a regularidade das minutas dos editais e dos contratos”.

58. A padronização de modelos de editais e contratos, por outro lado, é medida de eficiência e celeridade administrativa. Já foi adotada no regime jurídico dos contratos de prestação de serviço (art. 29 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017) e há muito tempo vem sendo recomendada pela Consultoria-Geral da União, órgão de cúpula da atividade consultiva da Advocacia-Geral da União. Tal postulado foi registrado na quarta edição do seu Manual de Boas Práticas Consultivas, vazada no enunciado do BPC nº 06:

59. **A atuação consultiva na análise de processos de contratação pública deve fomentar a utilização das listas de verificação documental (check lists), do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e das minutas de editais, contratos, convênios e congêneres, disponibilizadas nos sítios eletrônicos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.**

60. No intuito de padronização nacional, **incumbe aos Órgãos Consultivos recomendar a utilização das minutas disponibilizadas pelos Órgãos de Direção Superior da AGU**, cujas atualizações devem ser informadas aos assessorados.

61. Convém ainda que os Órgãos Consultivos **articulem-se com os assessorados, de modo a que edições de texto por estes produzidas em concreto a partir das minutas-padrão sejam destacadas, visando a agilizar o exame jurídico posterior pela instância consultiva da AGU** (grifos nossos).

62. Assim, a utilização da minuta-padrão elaborada pela CGU/AGU, no presente caso, ao tempo em que revela ser medida de eficiência, acaba por restringir a análise jurídica a ser elaborada, tornando-se desarrazoada a revisão e a análise minuciosa de cada cláusula da minuta trazida, pois tal medida iria, na verdade, de encontro à finalidade pretendida com a padronização.

63. Sendo assim, por medida de eficiência e de atendimento aos pressupostos de padronização, a presente análise jurídica limitar-se-á à verificação das alterações destacadas e utilização do modelo adequado.

64. No documento de fls. 194-195, informou-se que foram realizadas alterações nas minutas, tendo sido apostas no edital notas explicativas para as alterações processadas. Atenta-se, por mero dever de ofício, que se, por alguma razão, houve alteração das minutas sem que tenha sido informada nos autos, a mesma deve ser considerada não analisada pela consultoria jurídica, devendo o gestor assumir a integral responsabilidade sobre sua compatibilidade com a ordem jurídica.

65. Quanto ao uso propriamente dito do modelo, não há ressalvas a fazer, pois foram adotados os modelos de minutas para pregão de serviços continuados sem dedicação de mão de obra exclusiva.

DA ADESÃO

66. Verifica-se, ainda, que a Administração optou por admitir a adesão de entidades não participantes, conforme item 3 da minuta de edital. Não justificou, contudo, a razão pela qual a admitiu.

67. Neste ponto, vale ressaltar que o Tribunal de Contas da União, no Acórdão n. 757/2015 - Plenário, entende que o **órgão gerenciador do Registro de Preço deve justificar eventual previsão edilícia de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes ("caronas") dos procedimentos iniciais**, uma vez que a adesão seria uma possibilidade

anômala e excepcional, e não uma obrigatoriedade a constar necessariamente em todos os editais e contratos regidos pelos Sistema de Registro de Preços.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO

68. Para contratação, é indispensável a indicação do crédito, como previsto no art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93, sendo cláusula necessária do contrato a que estabeleça “o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica”.

69. *In casu*, como a contratação somente ocorrerá futuramente, pressupõe-se que será realizado prévio empenho a cada negócio jurídico celebrado, o que garante a efetiva disponibilidade para realização da despesa em data anterior à formação do vínculo contratual.

70. Quanto à dotação orçamentária, deixo de exigí-la, pois é facultativa no Sistema de Registro de Preços (ON AGU nº 20/2009 c/c art. 7º, § 2º, do Decreto nº 7.892/2013).

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

71. De acordo com o art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011 c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto nº 7.724/2012, deverá haver disponibilização dos seguintes documentos e informações no sítio oficial do ente na internet:

- a) cópia integral do edital com seus anexos;
- b) resultado da licitação e a ata de registro de preços;
- c) contratos firmados e notas de empenho emitidas.

CONCLUSÃO

72. Considerando todo o acima exposto e, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, o parecer **APROVA COM RESSALVAS** a minuta de edital e anexos (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93), **desde que** cumpridas as observações lançadas ao longo deste parecer, em especial o disposto nos **itens 14, 15, 21, 25, 37, 38, 43, 67**.

À consideração superior.

Brasília, 17 de fevereiro de 2018.

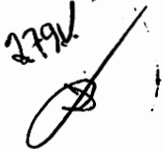
Diego Franco de Araújo Jurubeba
Procurador Federal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074058505201751 e da chave de acesso 9fadda68

Documento assinado eletronicamente por CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 109584147 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA. Data e Hora: 20-02-2018 10:03. Número de Série: 13956504. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Documento assinado eletronicamente por DIEGO FRANCO DE ARAUJO JURUBEBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 109584147 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DIEGO FRANCO DE ARAUJO JURUBEBA. Data e Hora: 18-02-2018 11:28. Número de Série: 101097. Emissor: Autoridade Certificadora da Presidencia da Republica v4.

2791





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO BRANCO JOÃO
PESSOA-PB. CEP: 58059-900

DESPACHO n. 00050/2018/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU

NUP: 23074.058505/2017-51

INTERESSADOS: UFPB - PU - GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Fundado na competência decorrente dos artigos 7º e 8º da PORTARIA/AGU/Nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, aprovo o PARECER n. 88/2018/NLC/ENALIC/PGF/AGU.

Com os cumprimentos de estilo, devolvam-se os autos à origem para, antes do prosseguimento do processo, atender ao contido nos parágrafos **14, 15, 21, 25, 37, 38, 43 e 67** da manifestação jurídica acima referida.

João Pessoa, 20 de fevereiro de 2018.

CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA
PROCURADOR FEDERAL
PROCURADOR-CHEFE DA PF/UFPB

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074058505201751 e da chave de acesso 9fadda68

Documento assinado eletronicamente por CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 110039995 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA. Data e Hora: 20-02-2018 10:03. Número de Série: 13956504. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Prefeitura Universitária
Gabinete do Prefeito



FOLHA DE DESPACHO
PROCESSO 23074.058505/2017-51

João Pessoa, 20 de fevereiro de 2018

À SUPERINTENDÊNCIA DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS - PRAPE

Encaminho o presente processo para análise do inteiro teor do despacho da Procuradoria Jurídica às fls. 275 a 280. Atentar especialmente aos parágrafos 21, 25 e 37 das páginas mencionadas, uma vez que compete a essa unidade o atendimento dos mesmos. O prazo para atendimento da presente solicitação é IMEDIATO, dada a necessidade urgente de prosseguimento do certame.

Atenciosamente,

PI 
JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO
Prefeito Universitário/UFPB
Mat. SIAPE: 2569256



PU/GP
CAMPUS I - JOÃO PESSOA/PB - ☎ 3216-7614

136
1

EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS
EMITIDO EM 21/02/2018 12:46



Processo nº. 23074.058505/2017-51

Assunto: 036.1 - REQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (INCLUSIVE LICITAÇÕES)

DESPACHO FAVORÁVEL

Prezado SR,

Diante do despacho solicitado pela AGU nas folhas 275 à 280 e do despacho da folha 281, nos itens 21, 25 e 37, seguem as justificativas elencadas:

Justificativa do Item 21, conforme despacho pagina 276.

Não poderemos informar a metodologia utilizada, nem mesmo juntar manifestação técnica a esclarecer quanto ao número de alimentações servidas, pois não participamos da elaboração da minuta, que à época, em 04 de setembro de 2017, o Superintendente era o Dr Cláudio Ruy Portela de Vasconcelos, Mat 3363340.

Conforme portaria definitiva para o Cargo de Superintendente do RU, constante na folha 273, datada de 26 de janeiro de 2018, na qual podemos mostrar gráficos de Dezembro de 2017 e Janeiro de 2018, com o quantitativo de refeições servidas:

Dez 17 / Jan 18	Almoço	Jantar
Campus I	12613	7351
Campus II	12530	9220
Campus III	11785	9337
Campus IV	347	224

Obs: As refeições servidas nesse período de dezembro 2017 e Janeiro 2018 não condizem com a realidade, haja visto que o calendário 2018.1 teve o seu início em 01 de fevereiro de 2018, entretanto passamos a informar o quantitativo de alunos que fazem jus ao uso do Restaurante Universitário, com as 3 refeições diárias no momento, alunos que participaram de editais junto a PRAPE, que são: Residência Universitária, Auxílio Moradia e Restaurante Universitário.

Dados retirados da base do SIGAA, módulo da Assistência Estudantil em 21.02.2018.

João Pessoa / Santa Rita – Campus I

Tipo de Auxílio

Quantidade de Beneficiários

Auxílio Moradia	1481
Restaurante Universitário	1209
Residência Universitária	377
Total	3067



Areia – Campus II

Tipo de Auxílio

Quantidade de Beneficiários

Auxílio Moradia	142
Restaurante Universitário	25
Residência Universitária	246
Total	413

Bananeiras – Campus III

Tipo de Auxílio

Quantidade de Beneficiários

Auxílio Moradia	219
Restaurante Universitário	106
Residência Universitária	135
Total	460

Rio Tinto / Mamanguape – Campus IV

Tipo de Auxílio

Quantidade de Beneficiários



Auxilio Moradia	439
Restaurante Universitário	11
Residência Universitária	17
Total	467

Total de Benefícios 4.407 x 2 = 8.814 (almoço e jantar)

Beneficiários do Café da Manhã e Lanche Noturno, só os Residentes Universitários: 775, dando um total de 1550 refeições diárias.

Total de refeições diárias 8.814 + 1550 = 10.364 refeições

Justificativa do item 25, pagina 276 V.

Como se está servindo refeição, nós estamos comprando o serviço. Não temos como desassociar os itens em separado, ou seja, se torna inviável haver mais de um vencedor, pois se trata de alimentação.

Justificativa do Item 37, página 277 V.

Como não participamos da elaboração da minuta, não temos como dirimir sua dúvida com relação a este quesito, uma vez que quem conduziu todo esse processo foi o Superintendente à época, em 04 de setembro de 2017, Dr Cláudio Ruy Portela de Vasconcelos, Mat 3363340. Uma vez que vim assumir a Superintendência na qualidade de Superintendente Substituto em 08 de Dezembro de 2017 e efetivado conforme portaria definitiva para o Cargo de Superintendente do RU, constante na folha 273, datada de 26 de janeiro de 2018.

Atenciosamente,

(Autenticado digitalmente em 21/02/2018 12:46)
FERNANDO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA
PRAPE - SUPERINTENDÊNCIA DE RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS (11.01.29.03)
SUPERINTENDENTE

FOLHA EM BRANCO

FOLHA EM BRANCO



Universidade Federal da Paraíba
Prefeitura Universitária
Comissão Permanente de Licitação



UFPB/PU/CPL/MEMO Nº 009/2018

JOÃO PESSOA, 23 DE FEVEREIRO DE 2018.

DE: **AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA**

PREGOEIRO/COORDENADOR DA CPL-PU

PARA: **PROF. DR. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO**

PREFEITO UNIVERSITÁRIO/AUTORIDADE COMPETENTE

Assunto: **Processo Administrativo nº 23074.058505/2017-51**

Pregão Eletrônico UFPB/CPL-PU/Nº 006/2018 (Restaurante Universitário)

Ressalvas Procuradoria Jurídica.

Senhor Prefeito Universitário,

Encaminhamos o presente memorando com as nossas considerações e em respeito ao Processo Administrativo identificado em preâmbulo, cuja análise foi concluída pela Assessoria Jurídica junto a UFPB, para as devidas providências.

Percebemos que o **Parecer Nº 00088/2018/NLC/ENALIC/PGF/AGU**, exarado entre as fls. 275 a 279v, conclui que a minuta do edital e seus anexos encontra-se **aprovada com ressalvas**.

Em sequência, o Sr. Procurador Chefe emite **Parecer Nº 00050/2018/DEPJUR/PFUFPB/PGF/AGU**, exarado às fls. 280, em que reitera a obrigatoriedade de atendimento das ressalvas contidas nos parágrafos nºs **14, 15, 21, 25, 37, 38, 43 e 67**.

Sendo assim, solicitamos de V.Sa que envie esforços e providências no sentido de dar atendimento ao que foi determinado, antes de prosseguirmos com a fase externa do certame.

Por oportuno, lembramos que há diversas folhas sem a aposição da devida assinatura, que ora solicitamos, bem como da ordem expressa para licitar, a ser emanada pela autoridade competente, nos moldes do parágrafo 14, fls. 275v, sem a qual não poderemos prosseguir com o feito.



A seguir, teceremos breves comentários referentes aos parágrafos em destaque:

ITEM 14

No processo, deve ser atestada obediência às regras internas de competência para autorização da presente contratação.

ITEM 15

Deve a Administração Pública comprovar que foi obtida autorização para celebração de contrato.

ITEM 21

Atendimento delegado à PRAPE. Para demonstrar que o objeto a ser contratado atende às necessidades da Administração, a mesma deverá juntar manifestação técnica que esclareça a metodologia utilizada para estimativa dos quantitativos a serem licitados, com a respectiva memória de cálculo e documentos (ex: consumo de outras contratações, relatórios, dados sobre a demanda interna, gráficos, série históricas, etc).

ITEM 25

Atendimento delegado à PRAPE. Deve existir uma justificativa adequada para a agregação de todos os itens a um único vencedor. Este tópico encontra-se justificado nos seguintes termos: *A disposição dos custos relacionados com cada campus reflete as condições de contratação, diferenciada de acordo com a região da prestação dos serviços, em insumos como, por exemplo, a aplicabilidade ou não do uso de vales-transportes e custos de refeições, e não como um item a ser licitado.*

Para a Administração, não há viabilidade em se contratar, para cada Campus, uma prestadora de serviços, tendo em vista que, apesar das características intrínsecas ao modus operandi de empresas de CONSTRUÇÃO CIVIL, determinados procedimentos poderão encontrar distinções entre uma e outra empresa especializada, trazendo enormes dificuldades para a fiscalização, gestão de contratos, medições e pagamentos.

A adjudicação por grupo é comumente adotada para a contratação de serviços de engenharia e de serviços terceirizados, uma vez que estes objetos são compostos por inúmeros itens, cujo cadastramento individualizado se mostra complexo e inviável. (Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU/Selip/Dilic, MANUAL DE PREGÃO ELETRÔNICO, PP 28 e 29).



Enquadra-se ainda nas exceções (grifadas) da Súmula Nº 247 do TCU:

SÚMULA Nº 247 - TCU

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A redação da súmula não se aplica ao nosso caso, uma vez que haverá prejuízo para o conjunto ou complexo. Além disso, verifica-se a ampla competição em certames dessa natureza, com cerca de 20 a 22 empresas que acorreram ao último pregão realizado por esta administração.

Demonstra-se, assim, a indivisibilidade do objeto, tornando-se imperativa a adoção de agrupamento dos itens.

ITEM 37

Atendimento delegado à PRAPE. A administração deve rever a pesquisa de preços ou esclarecer o contexto de obtenção das aludidas propostas, de modo a demonstrar que elas levaram em consideração, variáveis como a quantidade de serviço (ou seja, desprezando o efeito escala).

ITEM 38

A exigência de designação do pregoeiro e sua equipe de apoio não foi cumprida, pois consta nos autos apenas a designação genérica dos pregoeiros para todas as contratações da UFPB, sem especificação do pregoeiro e da respectiva equipe para esta licitação.

ITEM 43

O Termo de Referência demanda de aprovação pela autoridade competente. Aparentemente, baseou-se no modelo da AGU.



ITEM 67

O órgão gerenciador do Registro de Preços deve justificar eventual previsão editalícia de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes dos procedimentos iniciais.

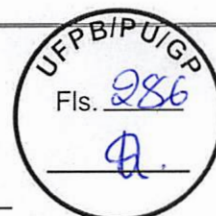
Aproveitamos para renovar votos de elevada estima e respeito.

Atenciosamente,

AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA
PREGOEIRO/COORDENADOR DA CPL-PU
Matrícula: 1655398



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Gabinete do Prefeito



FOLHA DE DESPACHO

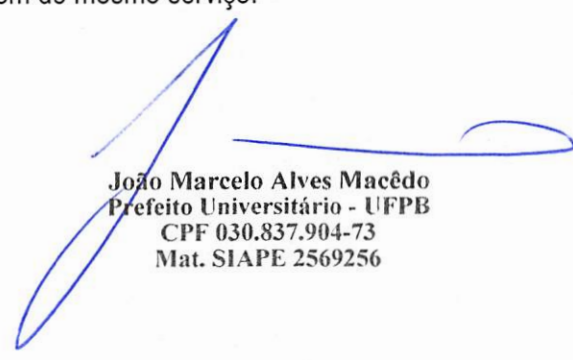
PROCESSO 23074.058505 / 2017 - 51

João Pessoa, 27 de fevereiro de 2018

DESPACHO

Após análise do Parecer 00088/2018 / NLC / ENALIC / PGF / AGU aprovado pelo Despacho 00050/2018/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU temos a justificar/relatar:

- a) Relativamente ao **parágrafo 15**, o Decreto 7.689/12 estabelece limites para assinatura de contrato nas entidades no âmbito federal, porém no processo em tela pugnamos pela realização de um Pregão no sistema de SRP – Sistema de Registro de Preços, dado que tal despesa ocorre por lastro do Plano Nacional de Assistência Estudantil (**PNAES**), desta forma, a programação de despesas decorre de repasse orçamentário, fazendo com que seja impreciso o volume total de contratação. Nesse sentido, tal autorização deverá ser obtida no momento de contratação e não na etapa do processo licitatório.
- b) Relativamente aos **parágrafos 14 e 43**, a aprovação do processo licitatório e das peças editalícias encontram-se nos demais despachos anexo.
- c) Relativamente ao **parágrafo 38**, Solicitamos a emissão da portaria designando a equipe para o referido processo licitatório, conforme Anexo;
- d) Relativamente ao **parágrafo 67**, a previsão de autorizações para caronas deve-se a dois fatores, primeiramente o carona poderá auxiliar num aumento da demanda e proporcionar uma maior concorrência das empresas que visam dispor de atas para fornecimentos em outros órgãos participantes da administração pública. No caso específico é uma contratação que encaixa-se perfeitamente a universidade na operacionalização do Plano Nacional de Assistência Estudantil (**PNAES**), bem como a hospitais, outras unidades educacionais em geral, que necessitem do mesmo serviço.


João Marcelo Alves Macêdo
Prefeito Universitário - UFPB
CPF 030.837.904-73
Mat. SIAPE 2569256



EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Gabinete do Prefeito



FOLHA DE DESPACHO
PROCESSO 23074.058505 / 2017 - 51

João Pessoa, 27 de fevereiro de 2018

A Sua Magnificência
Profa Dra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
Reitora / UFPB

Vossa Magnificência,

Encaminho o presente processo, ao qual ressaltamos o entendimento proferido pelos procuradores vinculados a ENALIC conforme Parecer 00088/2018 / NLC / ENALIC / PGF / AGU aprovado pelo Despacho 00050/2018/DEPJUR/PFUFPB/PGF/AGU afirmando que faz-se necessário a autoridade competente aprovar as minutas editalícias e o procedimento licitatório.

Dessa forma estamos remetendo a este gabinete para a ratificação da autorização para abertura do procedimento licitatório REQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (INCLUSIVE LICITAÇÕES) para fornecimento de refeições aos RU's dos Campi da UFPB, nas condições apresentadas no termo de referência, nas dependências do Campus I da UFPB em João Pessoa.

Informo ainda que na qualidade de ordenador de despesas da UASG 153066 – Prefeitura Universitária obedecemos todas as recomendações e seguimos a legislação aplicável ao presente processo e por isso recomendamos tal ratificação e assinamos em conjunto.

Após o pronunciamento de Vossa Magnificência solicitamos devolução do presente processo visando a continuação da fase interna do presente certame.

Atenciosamente,


JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO
Prefeito Universitário/UFPB
Mat. SIAPE: 2569256



EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Gabinete do Prefeito



PROCESSO 23074.001063/2018-52


ASSUNTO: REQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (INCLUSIVE LICITAÇÕES).

DESPACHO

Autorizo a abertura do procedimento de REQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (INCLUSIVE LICITAÇÕES) para fornecimento de refeições aos RU's dos Campi da UFPB, nas condições apresentadas no termo de referência, nas dependências do Campus I da UFPB em João Pessoa, na qualidade de ordenador de despesas da UASG 153066 – Prefeitura Universitária.

Aprovo as minutas constantes na versão final apresentada no presente processo.

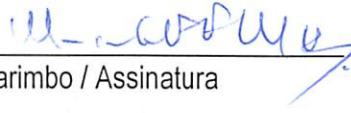
João Pessoa (PB), 27 de 02 de 2018


Carimbo / Assinatura
João Marcelo Alves Macêdo
Prefeito Universitário - UFPL
CPF 030.837.904-73
Mat. SIAPE 2569256

RATIFICAÇÃO

Ratifico o despacho acima, consubstanciado no pronunciamento do Prefeito Universitário e Ordenador de Despesas da UASG 153066.

João Pessoa (PB), 06 de março de 2018


Carimbo / Assinatura

Margareth de F. F. Melo Dini
Reitora UFPB



EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
Gabinete do Prefeito



PORTARIA/UFPB/PU Nº 010/2018


O PREFEITO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores: AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA, MAT. 1655398, ANDERLEY DIAS DA CUNHA, MAT. 2029947, SEVERINO CIDALINO DE ALMEIDA NETO, MAT. 2032177, LUIZ FELIPE PESSOA CUNHA, MAT. 2100579 e GISELLE DE MOURA ARANTES, MAT. 2076773 para, sob a Presidência do primeiro e nos seus impedimentos, do segundo, integrarem a Comissão de Licitações, para atuar no Processo 23074.058505/2017-51, cujo objeto é o Pregão Eletrônico SRP/UFPB/CPL-PU Nº 006/2018 (antigo Pregão Eletrônico SRP/UFPB/CPL-PU Nº 027/2017) – Fornecimento de Refeições para o Restaurante Universitário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

João Pessoa, 28 de fevereiro de 2018.



JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário
Mat. SIAPE nº. 25692565



EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Gabinete do Prefeito



FOLHA DE DESPACHO
PROCESSO 23074.058505/2017-51

João Pessoa, 06 de março de 2018

Ao Eng.
Augusto Temoteo
CPL/PU

Prezado Coordenador,

Após analisar o processo, a receber todas as justificativas, bem como de sanar as pendências apontadas pela procuradoria, encaminho o presente processo para continuidade do certame licitatório.

Atenciosamente,



JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO
Prefeito Universitário/UFPB
Mat. SIAPE: 2569256



EM BRANCO



PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/CPLPU/Nº 006/2018

PROCESSO Nº 23074.058505/2017-51

CHECK-LIST – ANEXO I

ORIENTAÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 2, DE 06 DE JUNHO DE 2016

1. O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico? **SIM**
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? **SIM**
3. Encontra-se prevista a exigência de amostra ou prova de conceito para algum item? **NÃO**
 - 3.1. A exigência está clara, precisa e acompanhada de metodologia de análise? **N/A**
 - 3.2. A exigência está prevista na fase de aceitação, após a etapa de lances, e apenas para o vencedor? **N/A**
4. A autoridade competente da unidade demandante justificou a necessidade da contratação e aprovou o Termo de Referência? **SIM**
 - 4.1. No caso de contratação por registro de preços, a autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013? **SIM.**
5. A autoridade competente da unidade demandante definiu o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara? **SIM**
6. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório? **SIM**



7. A autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio? **SIM – A SER DESIGNADA ON-LINE**

7.1. A equipe de apoio é formada, na sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público, preferencialmente, na entidade promotora da licitação? **SIM**

8. No caso de licitação para registro de preços a Administração realizou o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados? **NÃO**

8.1. No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP há justificativa do órgão gerenciador? **SIM**

8.2. No caso de existir órgãos ou entidades participantes, a Administração consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização? **N/A**

8.3. A Administração confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, preços estimados e termo de referência? **N/A**

9. Foi realizada ampla pesquisa de preços do objeto da licitação baseada em critérios aceitáveis na forma prevista na IN SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014? **SIM.**

9.1. Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação? **SIM.**

9.2. Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade nas licitações de bens e serviços, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I



(Portal de Compras Governamentais) e III (contratações similares de outros entes públicos) do art. 2º da IN SLTI/MP nº 5, de 2014? **SIM.**

10. O procedimento licitatório possui a indicação do recurso próprio para a despesa, caso não seja SRP? **N/A**

11. Há minuta de Edital e anexos? **SIM.**

11.1. Termo de Referência; **SIM.**

11.2. Contrato ou documento assemelhado; **SIM.**

11.3. Ata de Registro de Preços, se for o caso; **SIM.**

11.4. Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, se for o caso (serviço). **SIM.**

12. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico? **N/A**

13. O Edital prevê a forma de apresentação da proposta comercial, com a indicação precisa de como o valor deve ser ofertado (total ou por item), incluindo, caso necessário, a apresentação da planilha de custos? **SIM.**

14. O Edital estabelece prazo razoável de validade das propostas comerciais compatível com a duração do certame e dentro dos prazos previsto na legislação vigente? **SIM.**

15. O Edital fixa o prazo de envio de documentos complementares à habilitação de acordo com a IN nº 1, de 26 de março de 2014 (mínimo 120 minutos), pela ferramenta de convocação de anexo? **SIM.**

16. Foram consultados os decretos que dispõem sobre margem de preferência? **SIM**

17. Foi prevista a aplicação dos benefícios dispostos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e seu regulamento, o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015? **SIM.**



18. Os autos foram instruídos com parecer jurídico? SIM.

18.1. Houve alteração sugerida pela assessoria jurídica, bem como o retorno dos autos para parecer conclusivo, caso aquela tenha requerido?

SIM

18.2. Houve algum ponto em que não foi aceita a recomendação da assessoria jurídica com a devida justificativa para tanto? NÃO

19. O prazo definido para publicação é adequado ao objeto da licitação, considerando a complexidade do objeto, em respeito aos princípios da publicidade e da transparência? SIM

19.1. Quanto ao âmbito de publicação houve obediência ao disposto no art. 17 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e IV, §1º, art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? N/A

PREGOEIRO OFICIAL:

AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA

EQUIPE DE APOIO:

DEFINIDA ON-LINE



RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2018-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (DESJEJUM), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus I.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 112800

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 564000

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (112800)

Grupo: G1

2 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (ALMOÇO), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus I.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 480000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 2400000

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (480000)

Grupo: G1

3 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (JANTAR), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus I.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 240000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 1200000

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (240000)

Grupo: G1

4 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (LANCHE DA NOITE), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus I.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 112800

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 564000

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (112800)

Grupo: G1



5 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (DESJEJUM), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus II.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 72000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 360000

Local de Entrega (Quantidade): Areia/PB (72000)

Grupo: G1

6 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (ALMOÇO), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus II.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 144000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 720000

Local de Entrega (Quantidade): Areia/PB (144000)

Grupo: G1

7 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (JANTAR), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus II.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 120000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 600000

Local de Entrega (Quantidade): Areia/PB (120000)

Grupo: G1

8 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (LANCHE DA NOITE), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus II.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 72000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 360000

Local de Entrega (Quantidade): Areia/PB (72000)

Grupo: G1

9 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (DESJEJUM), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus III.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 72000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 360000

Local de Entrega (Quantidade): Bananeiras/PB (72000)

Grupo: G1

10 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (ALMOÇO), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus III.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 144000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 720000

Local de Entrega (Quantidade): Bananeiras/PB (144000)

Grupo: G1

**11 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces**

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (JANTAR), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus III.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 120000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 600000

Local de Entrega (Quantidade): Bananeiras/PB (120000)

Grupo: G1

12 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (LANCHE DA NOITE), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus III.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 60000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 300000

Local de Entrega (Quantidade): Bananeiras/PB (60000)

Grupo: G1

13 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (ALMOÇO), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus IV (MAMANGUAPE e RIO TINTO).

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 72000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 360000

Local de Entrega (Quantidade): Mamanguape/PB (72000)

Grupo: G1

14 - Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces

Descrição Detalhada: Fornecimento de refeições (JANTAR), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências do Campus IV (MAMANGUAPE e RIO TINTO).

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 60000

Unidade de Fornecimento: UND

Quantidade Máxima para Adesões: 300000

Local de Entrega (Quantidade): Mamanguape/PB (60000)

Grupo: G1

2 - Composição dos Grupos**Grupo 1**

Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
1	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	112800	UND
2	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	480000	UND
3	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	240000	UND
4	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	112800	UND
5	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	72000	UND
6	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	144000	UND

7	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	120000	UND
8	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	72000	UND
9	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	72000	UND
10	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	144000	UND
11	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	120000	UND
12	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	60000	UND
13	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	72000	UND
14	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	60000	UND



**EDITAL Nº 14, DE 8 DE MARÇO DE 2018
PRORROGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

A Reitora da Universidade Federal da Paraíba resolve prorrogar, por 01 (um) ano, a contar de 04/05/2018, a validade do resultado do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Educação, Campus IV, na área de Filosofia Geral, objeto do Edital nº 108, de 28/12/2016, publicado no DOU nº 250, de: 29/12/2016, Seção 03, págs. 62 a 64, cujo resultado foi homologado pelo Edital nº 41, publicado no DOU nº 85, de 05/05/2017, Seção 03, págs. 80 a 81, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 6.944, de 21/08/2009.

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

**EDITAL Nº 15, DE 8 DE MARÇO DE 2018
RESULTADO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO**

A Reitora da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos termos da Lei nº 8.745/93, combinada com a Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013 e com a Resolução nº 07/2017 do CONSEPE, torna público o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto do Departamento de Mediações Interculturais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, conforme Edital de abertura nº 02, de 19/01/2018, publicado no DOU nº 15, de 22/01/2018, seção 03, págs. 56 a 58, discriminado no quadro abaixo:

Departamento Respon-sável	Área de Conhecimento e Área(s)	Classe e Denominação	Nº de Vagas	Regime de Trabalho	Nome	Classificação	Mé-dia/Pon-tos
Mediações Interculturais	LEA-Tradução/Língua Espanhola	Classe A / Denominação Auxiliar A	01	T-20	1º lugar - Pedro Paulo Nunes da Silva	Aprovado e Classificado	89,80
					2º lugar - Scarlet Augusta de Andrade Echeverria	Aprovada	55,86

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

RETIFICAÇÃO

No Edital nº 13, de 06 de março de 2018, publicado no DOU nº 45, de 07 de março de 2018, seção 03, págs. 69 e 71, Onde se lê:

Classe	Nível	Regime de Trabalho	Vencimento básico (R\$)	Retribuição por Titulação (comprovada e não cumulativa) (R\$)				Taxa de Inscrição
				Aperfeiçoamento	Especialização ou RSC-I + Graduação	Mestrado ou RSC-II + Especialização	Doutorado ou RSC-III + Mestrado	90,00
DI	I	Dedicação Exclusiva	4.455,22	409,88	753,82	2.172,36	5130,63	

Leia-se:

Classe	Nível	Regime de Trabalho	Vencimento básico (R\$)	Retribuição por Titulação (comprovada e não cumulativa) (R\$)				Taxa de Inscrição
				Aperfeiçoamento	Especialização ou RSC-I + Graduação	Mestrado ou RSC-II + Especialização	Doutorado ou RSC-III + Mestrado	90,00
DI	I	Dedicação Exclusiva	4.455,22	409,76	753,71	2.172,21	5130,45	

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA CAMPUS I**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2018 - UASG 153066**

Número do Contrato: 1/2017.
Nº Processo: 23074016300201707.
PREGÃO SRP Nº 12/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - CNPJ Contratado: 07442731000136. Contratado: JMT SERVICOS DE LOCAÇÃO DE MAO DE-OBRA LTDA. Objeto: Alterar a cláusula terceira do contrato primitivo, subitem 3.1, para se prorrogar o prazo de sua vigência por 12 (doze) meses, a partir de 06/03/2018, devendo a contratada, no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da assinatura do presente termo, providenciar a renovação da garantia de execução contratual, que deve ter validade durante a execução do contrato e 90 dias após o término da vigência contratual. Fundamento Legal: LEI 8.666/93. Vigência: 06/03/2018 a 05/03/2019. Data de Assinatura: 05/03/2018.

(SICON - 09/03/2018) 153066-15231-2018NE000003

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº 4/2018 - UASG 153066**

Número do Contrato: 2/2017.
Nº Processo: 23074016300201707.
PREGÃO SRP Nº 19/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - CNPJ Contratado: 07442731000136. Contratado: JMT SERVICOS DE LOCAÇÃO DE MAO DE-OBRA LTDA. Objeto: Alterar a cláusula Terceiro Contrato Primitivo, sub-item 3.1, para se prorrogar o prazo de sua vigência por 12 (doze) meses, a partir de 06/03/2018, devendo a contratada, no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da assinatura do presente termo aditivo, providenciar a renovação da garantia de execução contratual, que deve ter validade durante a execução do contrato e 90 dias após o término da vigência contratual. Fundamento Legal: LEI 8.666/93. Vigência: 06/03/2018 a 05/03/2019. Data de Assinatura: 05/03/2018.

(SICON - 09/03/2018) 153066-15231-2018NE000003

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 6/2018 - UASG 153066**

Nº Processo: 23074058505201751. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPR, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificações, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital. Total de Itens Licitados: 00014. Edital: 12/03/2018 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Campus I - Cidade Universitária Castelo Branco - JOAO PESSOA - PB ou www.comprasnet.gov.br/edital/153066-05-6-2018. Entrega das Propostas: a partir de 12/03/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/03/2018 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

JOAO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário

(SICON - 09/03/2018) 153066-15231-2018NE000004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2018 - UASG 153808**

Número do Contrato: 40/2015.
Nº Processo: 23075058902201551.
PREGÃO SISPP Nº 37/2015. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - CNPJ Contratado: 86915691000179. Contratado: NOSSA SERVICO TEMPORARIO E GESTAO-DE PESSOAS LTDA. Objeto: Repactuação dos valores, por conta do reajuste dos salários e benefícios amparados pela CCT 2017/2017, SINTELL. Reajustando o valor máximo estimado da contratação R\$ 3.458.211,72 para R\$ 3.462.075,60, por prestação de serviços de terceirização de porteiros e telefonistas para atender ao Complexo Hospital de Clínicas da UFPR (LCS). Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Valor Total: R\$3.863,88. Fonte: 6153000300 - 2018NE800140. Data de Assinatura: 27/02/2018.

(SICON - 09/03/2018) 153808-15232-2018NE000014

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 18/2018 - UASG 153079**

Nº Processo: 202286/2017-44. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de divisórias tipo drywall para os diversos Campi da Universidade Federal do Paraná. Total de Itens Licitados: 00006. Edital: 12/03/2018 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Rua XV de Novembro, 1299 Centro - CURITIBA - PR ou www.comprasnet.gov.br/edital/153079-05-18-2018. Entrega das Propostas: a partir de 12/03/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/03/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

EDIVAN BUBINSKI LINHARES
Pregoeiro

(SICON - 09/03/2018) 153079-15232-2018NE800047

**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PESSOAL****EDITAL Nº 58, DE 5 DE MARÇO DE 2018**

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, e por delegação de competência do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, conforme Portaria nº 2.590 de 26/09/97, torna público que estarão abertas as inscrições para a seleção de PROFESSOR SUBSTITUTO DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, nos termos das Leis 8.745/93, 9.849/99, 12.425/11 e 12.772/12 e suas alterações, a partir da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial da União, conforme abaixo:

1 - DO PROCESSO SELETIVO
1.1 - Setor: Tecnologia
1.1.1 - Departamento: Engenharia de Produção
Área de Conhecimento: Engenharia de Produção
Matérias Específicas: Logística, Pesquisa Operacional e Tecnologia da Decisão III
Processo: 23075.217455/2017-41
Número de Vagas: 01 (uma)
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032018031200067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EM BRANCO



PREFEITURA UNIVERSITÁRIA CAMPUS I

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2018

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 12/03/2018 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPR, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificações, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital. Total de Itens Licitados: 00014 Novo Edital: 15/03/2018 das 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Campus I - Cidade Universitária Castelo Branco - JOAO PESSOA - PB. Entrega das Propostas: a partir de 15/03/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/04/2018, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

JOAO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário

(SIDEI - 14/03/2018) 153066-15231-2018NE000004

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS
AGRÁRIAS-CAMPUS III - BANANEIRASAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2018 - UASG 153074

Nº Processo: 23074002543201831. Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de Gás para atender as necessidades do CAVN/CCHS/UFPR. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 15/03/2018 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h59. Endereço: Campus Iii- Cidade Universitaria - Bananeiras/pb BANANEIRAS - PB ou www.comprasgovernamentais.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 15/03/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/03/2018 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
Diretora de Centro

(SIDEI - 14/03/2018) 153074-15231-2018NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2018 - UASG 153074

Nº Processo: 23074001795201842. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Água Mineral e Garrafas a fim de suprir as necessidades do CCHS/UFPR. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 15/03/2018 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Campus Iii- Cidade Universitaria - Bananeiras/pb BANANEIRAS - PB ou www.comprasgovernamentais.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 15/03/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/03/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
Diretora de Centro

(SIDEI - 14/03/2018) 153074-15231-2018NE000001

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2018 - UASG 153808

Nº Processo: 23075178785201711. PREGÃO SRP Nº 103/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - CNPJ Contratado: 01772798000233. Contratado: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA. Objeto: Aquisição parcelada, em regime de consignação, conforme necessidade, de materiais orteses e próteses para atender ao Complexo Hospital de Clínicas da UFPR. (LCS). Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 22/02/2018 a 21/02/2019. Valor Total: R\$7.000,00. Fonte: 6153000300 - 2018NE000426. Data de Assinatura: 22/02/2018.

(SICON - 14/03/2018) 153808-15232-2018NE000014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2018 - UASG 153808

Nº Processo: 23075178785201711. PREGÃO SRP Nº 103/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - CNPJ Contratado: 01645409000390. Contratado: AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. Objeto: Aquisição parcelada, em regime de consignação, conforme necessidade, de materiais orteses e próteses para atender ao Complexo Hospital de Clínicas da UFPR. (LCS). Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 22/02/2018 a 21/02/2019. Valor Total: R\$68.400,00. Fonte: 6153000300 - 2018NE000427. Data de Assinatura: 22/02/2018.

(SICON - 14/03/2018) 153808-15232-2018NE000014

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032018031500067

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2018 - UASG 153808

Nº Processo: 23075178785201711. PREGÃO SRP Nº 103/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - CNPJ Contratado: 33100082000367. Contratado: E TAMUSSINO E CIA LTDA. Objeto: Aquisição parcelada, em regime de consignação, conforme necessidade, de materiais orteses e próteses para atender ao Complexo Hospital de Clínicas da UFPR. (LCS). Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 22/02/2018 a 21/02/2019. Valor Total: R\$165.828,00. Fonte: 6153000300 - 2018NE000428. Data de Assinatura: 22/02/2018.

(SICON - 14/03/2018) 153808-15232-2018NE000014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2018 - UASG 153808

Nº Processo: 23075178785201711. PREGÃO SRP Nº 103/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - CNPJ Contratado: 00260485000152. Contratado: LUIZ FERNANDO ZIMER - EIRELI. Objeto: Aquisição parcelada, em regime de consignação, conforme necessidade, de materiais orteses e próteses para atender ao Complexo Hospital de Clínicas da UFPR. (LCS). Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 22/02/2018 a 21/02/2019. Valor Total: R\$76.800,00. Fonte: 6153000300 - 2018NE000429. Data de Assinatura: 22/02/2018.

(SICON - 14/03/2018) 153808-15232-2018NE000014

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 30/2018 - UASG 153079

Nº Processo: 23075002757201805. Objeto: Taxa de Inscrição para participação em curso de Licitação, contratação, gestão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, nos dias 14, 15 e 16 de Março em Curitiba/PR Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Despesas com esta UASG. Declaração de Inexigibilidade em 12/03/2018. SERGIO MICHELOTTI BRAGA, Superintendente de Infraestrutura. Ratificação em 12/03/2018. FERNANDO MARINHO MEZZADRI, Pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças. Valor Global: R\$ 11.670,00. CNPJ CONTRATADA - 07.777.721/0001-51 MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA.

(SIDEI - 14/03/2018) 153079-15232-2018NE000047

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 35/2018 - UASG 153808

Nº Processo: 176075/2017-49. Objeto: Aquisição de peças que serão utilizadas em 23 (vinte e três) mesas cirúrgicas da marca Barrfab, pertencentes aos Centros Cirúrgicos do CHC da UFPR/EBSERH. Total de Itens Licitados: 00016. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 13/03/2018. MONICA EVELISE SILVEIRA, Gerente Administrativa. Ratificação em 13/03/2018. CLAUDETE REGGIANI, Superintendente Chefe da Ufpr. Valor Global: R\$ 19.233,50. CNPJ CONTRATADA - 02.555.047/0001-47 RHOMA PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI.

(SIDEI - 14/03/2018) 153808-15232-2018NE000014

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2018

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U. em 05/03/2018. Objeto: Pregão Eletrônico - Implantação de sistema registro de preços, com vigência de doze meses para aquisição parcelada, conforme necessidade, de insumos laboratoriais (conjugado FITC anti-globulina humana total e outros). O objeto atenderá o Complexo Hospital de Clínicas da UFPR, conforme especificações detalhadas constantes em edital e anexos.

ROSELEIR NEUCI FARIAS
Progeicoira

(SIDEI - 14/03/2018) 153808-15232-2018NE000014

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 24/2018

Restou vencedora a empresa RODTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI-ME, CNPJ 09.626.863/0001-43, item 01, no valor total de R\$ 2.802,00.

EVERALDO JOSÉ DOS SANTOS
Progeicoira

(SIDEI - 14/03/2018) 153079-15232-2018NE000047

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 29/2018

Restaram vencedoras as empresas: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA-EPP, CNPJ 01.648.513/0001-76, item 01, no valor total de R\$ 4.856,00; PLASTFAG INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS PLASTICOS EIRELI, CNPJ 02.852.423/0001-65, item 45, no valor total de R\$ 4.375,00; ADEFERR REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, CNPJ 03.253.645/0001-24, item 44, no valor total de R\$ 13.410,00; MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA-ME, CNPJ 05.075.962/0001-23, itens 38, 40 e 42, no valor total de R\$ 2.876,00; K&K PAPELARIA E INFOMATICA LTDA, CNPJ 06.064.658/0001-43, item 46, no valor total de R\$ 206,00; VALPLASTIC COMERCIO-EIRELI-ME, CNPJ 07.851.888/0001-15, itens 33 e 47, no valor total de R\$ 184.962,00; PAPELARIA DIMENSIONAL LTDA-ME, CNPJ 13.970.625/0001-28, item 13, no valor total de R\$ 516,00; BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME, CNPJ 14.534.916/0001-36, item 12, no valor total de R\$ 800,00; VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI-ME, CNPJ 72.131.402/0001-36, item 14, no valor total de R\$ 4.335,00; MAPU DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA, CNPJ 81.715.427/0001-78, itens 04, 05, 06, 08, 09, 10, 11, 15, 16, 32, 35, 36, 37, 39 e 41, no valor total de R\$ 14.430,00; SATELITE COMERCIAL EIRELI-EPP, CNPJ 82.629.072/0001-67, item 43, no valor total de R\$ 500,00.

EVERALDO JOSE DOS SANTOS
Progeicoira

(SIDEI - 14/03/2018) 153079-15232-2018NE000047

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PESSOAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços objetivando aquisição parcelada, conforme necessidade, de materiais e produtos de limpeza para abastecer os 04 (quatro) Restaurantes Universitários dos Campi Curitiba da UFPR. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 146/2017. Processo: 23075.20896/2017-36. Ata nº 045/2018, CNPJ: 21.424.240/0001-93, PACTO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - ME, itens 01 ao 59, Total R\$ 1.258.744,00. Ata nº 046/2018, CNPJ: 82.482.837/0001-89, TANIA LUCIA SACCHETTO KRUKLIS - ME, item 60, Total R\$ 8.388,00. Data de assinatura: 06/03/2018. Vigência: 06 (seis) meses a partir da data de assinatura.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018

Extrato de Termo Aditivo nº 01/2018 à Ata de Registro de Preços. Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 250/2017 objetivando registrar novo valor unitário a ser praticado, em decorrência de reequilíbrio econômico-financeiro para o item 1, R\$ 5,83 (cinco reais e oitenta e três centavos). Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 028/2017. Processo: 150831/2017-81. CNPJ: 61.602.199/0157-30, COMPANHIA ULTRAGAZ S/A. Data de assinatura: 28/02/2018.

EDITAL Nº 63, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do processo seletivo para contratação de PROFESSOR SUBSTITUTO DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, de que trata o Edital nº 012-18-PROGEPE, publicado no D.O.U. de 30/01/2018, Seção 3, página 49, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a seguir discriminado:

Cotadas			
Setor: Ciências Exatas			
Departamento: Expressão Gráfica			
Área de Conhecimento: Expressão Gráfica			
Matéria Específica: Geometria Descritiva e Projeções			
Processo: 23075.219873/2017-72			
Número de Vagas: 01 (uma)			
N.º	DE	OR- NOME	MÉDIA
DEM			
01		William John Hirt	7,65
02		Thays Gruber	7,50
03		Drielle Sanches Leitner	7,35

DOUGLAS ORTIZ HAMERMÜLLER

EDITAL Nº 64, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, e por delegação de competência do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, conforme Portaria nº 2.590 de 26/09/97, torna público que estarão abertas as inscrições para a seleção de PROFESSOR SUBSTITUTO DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, nos termos das Leis 8.745/93, 9.849/99, 12.425/11 e 12.772/12 e suas alterações, a partir da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial da União, conforme abaixo:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EMERANCO



9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os temas para as Escrita e Didática, as referências bibliográficas e as demais datas das etapas do processo seletivo, serão informados no ato da inscrição.

9.2. O resultado final de cada seleção será publicado no Diário Oficial da União, obedecida a classificação em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 6.944/2009 e anexo II.

9.3. Em caso de empate a Comissão Examinadora utilizará os critérios de desempate conforme Resolução nº 4.959/2017, Art. 31.

9.4. Os candidatos aprovados assinarão o contrato junto à PROGEF imediatamente após a data de resultado;

9.5. O prazo de validade dos Processos Seletivos será de 01 (um) ano a contar da data de sua homologação no D.O.U.

9.6. O processo Seletivo seguirá as orientações da Resolução 4.198/2011 do CONSEPE.

9.7. Este Edital estará disponível na página Eletrônica www.progef.ufpa.br

GILMAR PEREIRA DA SILVA

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Vice-Reitor da Universidade Federal do Pará no uso de suas atribuições legais torna pública a prorrogação do período de inscrição até o dia 03/04/2018, referente ao Edital nº 35 de 12/03/2018, Publicado em 13/03/2018, para o tema: Comunicação e Cultura do Instituto de Letras e Comunicação.

GILMAR PEREIRA DA SILVA

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO AO VESTIBULAREDITAL Nº 31- UNIFESSPA, DE 7 DE MARÇO DE 2018
RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 31/2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ, torna pública a retificação do subitem 4.8 do Edital nº 031/2018 - UNIFESSPA, de 07 de março de 2018, publicado no D.O.U. Nº 46, de 08 de março de 2018, Seção 3, pp. 78-82, conforme especificado a seguir, permanecendo inalterados os demais itens do referido edital.

onde se lê:

4.8 Da Prova Subjetiva (Médico Veterinário)

4.8.1 A Prova Subjetiva terá caráter classificatório e eliminatório e valerá 10 pontos e será aplicada no mesmo dia e horário da prova objetiva. Consistirá em simulação das atividades realizadas no cotidiano do trabalho do profissional e tem como objetivo verificar habilidades compatíveis do candidato com o cargo pleiteado diante de situações problema.

4.8.1.1 Para os cargos de Médico Veterinário/Área: Clínica e Cirurgia de Grandes Animais e Médico Veterinário/Área: Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais, consistirá na análise de dois casos clínicos.

4.8.1.2 Para o cargo de Médico Veterinário/Área: Clínica de Pequenos Animais, consistirá na análise de dois casos clínicos.

4.8.2 Somente serão corrigidas as provas subjetivas de candidatos não eliminados na Prova Objetiva, de acordo com o estabelecido nas alíneas "a" e "b" do subitem 5.1 deste edital.

leia-se:

4.8 Da Prova Discursiva (Médico Veterinário)

4.8.1 A Prova Discursiva terá caráter classificatório e eliminatório e valerá 10 pontos e será aplicada no mesmo dia e horário da prova objetiva. Consistirá em duas questões analítico-discursivas que têm como objetivo verificar a habilidade do candidato diante de casos clínicos ou cirúrgicos realizados no cotidiano do trabalho do profissional e tem como objetivo verificar habilidades compatíveis do candidato com o cargo pleiteado diante de situações problema.

4.8.1.1 Para os cargos de Médico Veterinário/Área: Clínica e Cirurgia de Grandes Animais e Médico Veterinário/Área: Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais, consistirá na análise de dois casos clínicos.

4.8.1.2 Para o cargo de Médico Veterinário/Área: Clínica de Pequenos Animais, consistirá na análise de dois casos clínicos.

4.8.1.3 Na Prova Discursiva será avaliado: a) correta conduta dos casos clínicos ou cirúrgicos, compreensão e conhecimento do tema, desenvolvimento e adequação da argumentação, objetividade, clareza, sequência lógica de pensamento e utilização correta da linguagem técnica e das normas gramaticais.

4.8.2 Somente serão corrigidas as provas discursivas de candidatos não eliminados na Prova Objetiva, de acordo com o estabelecido nas alíneas "a" e "b" do subitem 5.1 deste edital.

4.8.3 Os candidatos deverão responder a Prova Discursiva no Formulário-Resposta de Questões Analítico-Discursivas, obedecendo no limite máximo de 30 linhas para escrever a resposta de cada questão, com letra legível, utilizando caneta de tinta preta ou azul esferográfica, confeccionada em material transparente.

4.8.4 As provas que descumprirem o estabelecido no subitem anterior não serão consideradas pela banca examinadora e lhes será atribuída nota ZERO.

4.8.5 O Formulário-Resposta de Questões Discursivas será o único documento considerado para a correção da Prova Discursiva. O boletim contendo a prova deve ser usado apenas como rascunho e não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção pela banca examinadora.

4.8.6 O Formulário-Resposta de Questões Discursivas é de inteira responsabilidade do candidato e não deverá ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. O Formulário-Resposta de Questões Discursivas só será substituído em caso de erro de impressão.

4.8.7 A grade de correção da Prova Discursiva estará disponível até 72 horas após a realização da prova no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2017 - UASG 153065

Nº Processo: 23074087590201765. INEXIGIBILIDADE Nº 328/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CNPJ Contratado: 0895865800012. Contratado: GABMASTER MATERIAIS HOSPITALARES - EIRELI. Objeto: Contratação de empresa especializada para transformação de máquina envelopadora rotativa de compromissos em uma máquina automática rotativa para embalagem de sachês. Fundamento Legal: Lei 8666/93, art 25, caput. Vigência: 29/12/2017 a 28/12/2018. Valor Total: R\$86.268,00. Fonte: 112000000 - 2017NE06200. Data de Assinatura: 29/12/2017.

(SICON - 22/03/2018) 153065-15231-2018NE00001

CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS

EDITAL Nº 3, DE 21 DE MARÇO DE 2018

RESULTADO FINAL DO CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGO DE PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

O Diretor do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução 74/2013 do CONSEPE/UFPA, considerando o Decreto nº 7.485, de 18/05/2011, atualizado pelo Decreto nº 8.259, de 29/05/2014, publicado no DOU de 30/05/2014, e em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, a Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013, com o Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, publicado no DOU de 24/08/2009, com a Portaria MEC nº 243, de 03/03/2011, publicada no DOU de 04/03/2011, torna público o Resultado Final do Concurso de Provas e Títulos para provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, do Departamento de Medicina Interna, aberto pelo Edital nº 06, de 07/02/2018, publicado no DOU nº 29, de 09/02/2018, seção 03, págs. 71 a 74, conforme discriminado no quadro abaixo:

Departamento Responsável	Área de Conhecimento e área(s) afim(ns)	Classe de Ingresso	Nº de Vagas	Regime de Trabalho	Nome	Classificação	Média
Medicina Interna	Módulo MIV28 - Doenças Prevalentes do Sistema Endócrino/Interno	Classe A / Denominação Assistente A	01	T-40	NÃO HOUVE CANDIDATOS INSCRITOS		

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº 3/2018 - UASG 153808

Número do Contrato: 17/2015. Nº Processo: 049552/2014-51. PREGÃO SISPP Nº 137/2014. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - CNPJ Contratado: 97371470000101. Contratado: QUIMITEC QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA - Objeto: Prorrogação da vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, sem reajuste de preços, para coleta e análise de água do Hospital de Clínicas da UFPR(VT). Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 01/04/2018 a 31/03/2019. Valor Total:

R\$19.800,00. Fonte: 6153000300 - 2018NE800875. Data de Assinatura: 19/03/2018.

(SICON - 22/03/2018) 153808-15232-2018NE800014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2018 - UASG 153079

Nº Processo: 004309/2018-38. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição parcelada, conforme necessidade, de reagentes químicos destinados a diversas unidades da Universidade Federal do Paraná. Total de Itens Licitados: 00043. Edital: 23/03/2018 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Rua XV de Novembro,

EDITAL Nº 24, DE 8 DE MARÇO DE 2018
PRORROGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS
E TÍTULOS PARA PROFESSOR DO MAGISTÉRIO
SUPERIOR

A Reitora da Universidade Federal da Paraíba resolve prorrogar, por 01 (um) ano, a contar de 10/08/2018, validade do resultado do Concurso Público para Professor do Magistério Superior do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, na área de Sociologia Geral, objeto do Edital Reitor nº 32/2017, publicado no DOU nº 67, de 06/04/2017, Seção 03, págs. 53 a 56, cujo resultado foi homologado pelo Edital nº 05, de 31/07/2017, publicado no DOU nº 152, de 09/08/2017, seção 03, p. 69, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 6.944, de 21/08/2009.

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA CAMPUS I

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2018

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 12/03/2018. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPA, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital.

JOAO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário

(SÍDEC - 22/03/2018) 153066-15231-2018NE000004

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Universitária da UFPA, no uso das suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo 23074.049605/2016-14, torna público e a quem interessar possa, especialmente RENATA DOS SANTOS ROCHA, CPF: 022.103.414-50, gestora do serviço de "Reprografia" nas imediações do CENTRO DE TECNOLOGIA, que esteja a referida senhora NOTIFICADA quanto aos débitos existentes, que atualizado até 09/03/2018, soma o montante de R\$ 7.019,23 (sete mil e noventa reais e vinte centavos), podendo a permissionária apresentar comprovantes de pagamento e quitação dos referidos valores ou contestação dos mesmos em até 10 (dez) dias a contar da data de publicação desta notificação, respeitando o contraditório e ampla defesa; uma vez que a mesma não pôde ser notificada pessoalmente, pois o endereço que consta no Termo de Permissão de Uso Nº 05/2001 não foi encontrado; a não quitação do débito acarretará a inscrição do mesmo na DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.

Em 22de março de 2018.
JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário

EDUARDO SÉRGIO SOARES SOUSA

1299 Centro - CURITIBA - PR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153079-05-54-2018.

Entrega das Propostas: a partir de 23/03/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/04/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

EVERALDO JOSE DOS SANTOS
Pregoeiro

(SÍDEC - 22/03/2018) 153079-15232-2018NE800047

EM BRANCO



De: "Marcio Fernando Sueth da Silva" <marcioms@tce.pb.gov.br>

Para: cplpu@prefeitura.ufpb.br

Enviadas: Terça-feira, 13 de março de 2018 17:46:10

Assunto: Pregão Eletrônico 6/2018

Prezado Senhor Prefeito,

Em consulta ao edital do Pregão Eletrônico 6/2018, publicado no dia 12/3/2018, observamos que a licitação será constituída por um único grupo (item 2.1 do edital) e que a proposta deverá ser ofertada pelo valor global anual por grupo (item 7.5.1 do edital), embora envolva a prestação de serviços nestas quatro localidades/campi:

QUANTITATIVO MÁXIMO ESTIMADO DE REFEIÇÕES											
REFEIÇÕES	CAMPI / LOCALIDADES							QUANTIDADES MÁXIMAS ESTIMADAS	CUSTO UNITÁRIO MÁXIMO	CUSTO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	CUSTO TOTAL ANUAL MÁXIMO ESTIMADO
	CAMPUS I			CAMPUS II	CAMPUS III	CAMPUS IV					
	Castelo Branco Residências	CTDR Mangabeira	CCJ Santa Rita	CCA	CCHSA	CCAE Rio Tinto	CCAE Mamanguape				
	A	B	C	D	E	F	G				
								$H = \sum (A: G)$	I	$J = H \times I$	$K = J \times 200$
DESJEJUM	564,00	-	-	360,00	360,00	-	-	1.284,00	7,54	9.681,36	1.936.272,00
ALMOÇO	2.400,00	-	-	720,00	720,00	360,00	-	4.200,00	14,26	59.892,00	11.978.400,00
JANTAR	1.200,00	-	-	600,00	600,00	300,00	-	2.700,00	13,88	37.476,00	7.495.200,00
LANCHE NOTURNO	564,00	-	-	360,00	300,00	-	-	1.224,00	7,29	8.922,96	1.784.592,00
TOTAL GERAL ANUAL MÁXIMO ESTIMADO (R\$)											23.194.464,00

Sobre o assunto, verifica-se que a presunção legal é de que o aumento da competitividade favorece a redução de preços, conforme o art. 37, incisos XXI, da Constituição Federal, combinado com o art. 3º, § 1º, inc. I; art. 15, inc. IV; art. 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

Este entendimento também está pacificado por esta Corte de Contas, conforme os termos da Súmula TCU 247, verbis:



"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Assim, solicitamos informar, caso julgue oportuno, as justificativas que subsidiaram a decisão pelo não parcelamento do objeto da presente licitação, uma vez que tal constatação pode vir a prejudicar a competitividade entre os possíveis licitantes interessados.

Atenciosamente,

Marcio Sueth

Tribunal de Contas da União

Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba

Secretário

(83) 3533-4060 * marcioms@tcu.gov.br

De : Comissão Permanente de Licitação
<cplpu@prefeitura.ufpb.br>

Ter, 13 de mar de 2018 23:14

Assunto : Re: Pregão Eletrônico 6/2018

Para : Marcio Fernando Sueth da Silva <marcioms@tcu.gov.br>

JUSTIFICATIVA

A disposição dos custos relacionados com cada campus reflete as condições de contratação, diferenciada de acordo com a região da prestação dos serviços, em insumos como, por exemplo, a aplicabilidade ou não do uso de vales-transportes e custos de refeições, e não como um item específico a ser licitado.

Para a Administração, não há viabilidade em se contratar, para cada Campus, uma prestadora de serviços, tendo em vista que, a despeito das características intrínsecas ao modus operandi de empresas de fornecimento de refeições, determinados procedimentos poderão encontrar distinções entre uma e

outra empresa especializada, trazendo enormes dificuldades para a fiscalização, gestão de contratos, medições e pagamentos.

A adjudicação por grupo é comumente adotada para a contratação de serviços de serviços terceirizados, uma vez que estes objetos são compostos por inúmeros itens, cujo cadastramento individualizado se mostra complexo e inviável. (Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU/Selip/Dilic, MANUAL DE PREGÃO ELETRÔNICO, PP 28 e 29).

Enquadra-se ainda nas exceções (grifadas) da Súmula Nº 247 do TCU:

SÚMULA Nº 247 - TCU

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A redação da súmula não se aplica ao nosso caso, uma vez que **haverá prejuízo para o conjunto ou complexo**.

Além disso, verifica-se a ampla competição em certames dessa natureza, **com cerca de 20 a 22 empresas que acorreram ao último pregão realizado por esta administração**.

Demonstra-se, assim, a indivisibilidade do objeto, tornando-se imperativa a adoção de agrupamento dos itens.

Att.

CPLPU



Prezado Dr. Márcio Fernando Sueth da Silva

Cópia ao Dr. Aderaldo Tiburtino Leite;

Após debatermos o assunto internamente, apresentamos as justificativas do setor demandante (arquivo anexo em pdf), corroborada pela manifestação já proferida pela CPL/PU, enviada anteriormente e que relembramos abaixo:

JUSTIFICATIVA

A disposição dos custos relacionados com cada campus reflete as condições de contratação, diferenciada de acordo com a região da prestação dos serviços, em insumos como, por exemplo, a aplicabilidade ou não do uso de vales-transportes e custos de refeições, e não como um item específico a ser licitado.

Para a Administração, não há viabilidade em se contratar, para cada Campus, uma prestadora de serviços, tendo em vista que, a despeito das características intrínsecas ao modus operandi de empresas de fornecimento de refeições, determinados procedimentos poderão encontrar distinções entre uma e outra empresa especializada, trazendo enormes dificuldades para a fiscalização, gestão de contratos, medições e pagamentos.

A adjudicação por grupo é comumente adotada para a contratação de serviços de serviços terceirizados, uma vez que estes objetos são compostos por inúmeros itens, cujo cadastramento individualizado se mostra complexo e inviável. (Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU/Selip/Dilic, MANUAL DE PREGÃO ELETRÔNICO, PP 28 e 29).

Enquadra-se ainda nas exceções (grifadas) da Súmula Nº 247 do TCU:

SÚMULA Nº 247 – TCU

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível,

desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A redação da súmula não se aplica ao nosso caso, uma vez que haverá prejuízo para o conjunto ou complexo. Além disso, verifica-se a ampla competição em certames dessa natureza, com cerca de 20 a 22 empresas que acorreram ao último pregão realizado por esta administração.

Demonstra-se, assim, a indivisibilidade do objeto, tornando-se imperativa a adoção de agrupamento dos itens.

Acrescido a essa situação, o público atendido pelo programa de Restaurantes Universitários é oriundo de situações de vulnerabilidade, e essa ação é importante para sua permanência na UFPB, desta forma, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (**Pnaes**), que conforme descrito no Portal do MEC almeja manutenção de estudantes com essa característica:

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição. Criado em 2008, o programa recebeu, no seu primeiro ano, R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2009, foram



R\$ 203,8 milhões, a serem investidos diretamente no orçamento das Ifes. Para 2010, a previsão é de que sejam destinados R\$ 304 milhões.

Acrescenta-se o cuidado de nossa instituição em tentar buscar padronizar a refeição oferecida e o cardápio, que já se encontra descrito no processo, almejando que não exista distinção entre os campi, em especial, na capital, campus sede e as demais unidades e campi no interior. Bem como que exista o atendimento aos critérios nutritivos desse, motivo pelo qual, inicialmente buscamos o critério de homologação por proposta global.

Diante das exposições efetuadas pela Superintendência de Restaurantes Universitários e pela CPL/PU, apresentamos a esta SECEX as justificativas.

Ressaltamos que por precaução e decorrente do Apagão da quarta a tarde e demandas da auditoria da CGU no dia de ontem resolvemos pelo DOU de hoje suspender o certame, até que se resolva a melhor forma de sua condução.

Atenciosamente,

João Marcelo Alves Macêdo

Prefeito Universitário

----- Mensagem encaminhada -----

Assunto: Justificativa TCU

Data: Wed, 21 Mar 2018 08:38:30 -0300

De: Cristiano Mota <cristiano.mota@gmail.com>

Para: joamarcelo@prefeitura.ufpb.br, fernandoamedeiross@gmail.com

Bom Dia!

Segue justificativa TCU retificado:

Onde lê-se:



Campus IV

Residentes: 314

Aux Moradia: 106

Restaurante Universitário: 8

Leia-se:

Campus IV

Residentes: 8

Aux Moradia: 314

Restaurante Universitário: 106

O quantitativo é o mesmo, muda apenas a ordem.

Cristiano de Sousa Mota



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE – PRAPE
SUPERINTENDÊNCIA DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS - SRU

João Pessoa, 20 de março de 2018.

Prezado Sr Prefeito da UFPB
João Marcelo

No edital 06/2018, que consta a contratação de serviços de refeições nos Restaurantes Universitários Campi I, II, III e IV da UFPB, quando é interpelado pelo TCU no item 2.1 e no item 7.5.1, embora envolva a prestação de serviços nessas quatro unidades, o mesmo sugere que seja individualizado.

De acordo com a súmula do TCU de nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Diante do cenário apresentado pela TCU, a UFPB tem hoje o seguinte quantitativo de beneficiários abaixo:

Campus I

Residentes: 372

Aux Moradia: 1.451

Restaurante Universitário: 1.413

Campus II

Residentes: 259

Aux Moradia: 197

Restaurante Universitário: 88

Campus III

Residentes: 134

Aux Moradia: 197

Restaurante Universitário: 66

Campus IV

Universidade Federal da Paraíba
Superintendência dos Restaurantes Universitários
Cidade Universitária – Campus I – João Pessoa, Paraíba, 58051-900
Fone: (83) 3216-7231



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE – PRAPE
SUPERINTENDÊNCIA DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS - SRU



Residentes: 8
Aux Moradia: 314
Restaurante Universitário: 106

Diante do exposto, vemos uma disparidade de cenário, no Campus I – João Pessoa. Temos 3.036 beneficiários, dos quais 372 fazem jus a 4 refeições pelo novo pregão, em detrimento aos demais.

Rio Tinto/Mamanguape – Campus IV, temos 444 beneficiados, dos quais 16 residentes que fazem jus as 4 refeições, pelo novo pregão e assim para os demais Campus II e III.

Teoricamente aonde temos o maior número de discentes, teremos uma melhor proposta de valores das refeições, aonde se lê o menor número de quantitativo de discentes, teoricamente, diante de políticas de mercado, terá um valor a maior que os demais, e assim sucessivamente.

Bem como se fala na súmula 247, **“para que não haja prejuízo para a instituição”**, o valor agregado, teoricamente teremos uma proposta com valor a menor, que atendam todos os Campi.

Para que a empresa venha atuar no Campus I, quantos funcionários a mesma deva ter para atender esse número de discentes?

Logo veremos que a empresa que participar para o menor número de discentes, teoricamente irá colocar tudo isso nos custos, o que irá onerar a UFPB. Onerando a UFPB em média de 20%, significa dizer que a Instituição terá que obrigatoriamente cortar 20% do número de auxílios oriundo do PNAES, desta feita, se faz necessário que seja feito em bloco.

Da forma que o TCU solicita que seja feita em separado, a Instituição teria que fazer com que todos os Campi do interior realizem seu processo licitatório, tendo que demandar tempo, funcionário, alteração de resoluções da UFPB no que concerne a Superintendente dessas unidades de outros Campi, gerando novos custos.

É importante ainda ressaltar que, hoje estamos operando com o pregão 13/2017, pregão este emergencial de 180 dias, com prazo para encerramento em maio de 2018.

Em resposta a indagação do Sr Prefeito Universitário João Marcelo, pela indagação feita pelo TCU, mantemos nosso entendimento como preconiza a lei 8.666/93, que seja adquirido o serviço de qualidade e menor custo, que mantenhamos o que já está disposto no edital 06/2018, ou seja, que continue em bloco para diminuição do custo final.

Este é nosso parecer, salvo melhor entendimento do ordenador de despesas.

Fernando Augusto Medeiros da Silva
Superintendente dos RU's
Siape 3361159



Prezado Sr. Prefeito João Marcelo,

Primeiramente agradeço a toda equipe dessa UFPB a consideração e pronta resposta aos nossos questionamentos. Tais apontamentos, como dito desde o início, foram no sentido de mitigar eventuais riscos do certame em tela, assim como de colaborar para que o processo de contratação seja amparado nos princípios da economicidade, competitividade e julgamento objetivo.

A ação desta Secex-PB, até o presente momento, buscou colaborar preventivamente com o processo licitatório que está sendo realizado, ficando sob a discricionariedade dessa Instituição prosseguir com o Pregão 06/2018 na forma que entender mais correta e conveniente.

Analisando, exclusivamente, as últimas justificativas para o não parcelamento da licitação, apresentadas no documento em anexo, parece não haver elementos, por ora, para uma ação imediata de iniciativa desta Secretaria.

Ademais, importante salientar que a decisão aqui expressada não representa o posicionamento do TCU, o qual é representado pelos seus Ministros, e se manifesta por meio de decisões tomadas por seus Relatores, Câmaras e Plenário.

De igual forma, merece destaque que os argumentos e alegações levantados e defendidos no decorrer desse debate não podem ser utilizados futuramente como elemento de justificativa uma vez que o assunto aqui tratado não pode ser objeto de Consulta por não preencher os requisitos exigidos art. 264 do Regimento Interno/TCU.

Por fim, esclareço que a Secex-PB seguirá acompanhando a licitação em epígrafe, conforme seu poder dever fiscal.

Sem mais para o momento, reitero votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Marcio Sueti

Tribunal de Contas da União

Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba

Secretário

☎ (83) 3533-4060 ✉ marcioms@tcu.gov.br

À
Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária (CPL-PU)
Universidade Federal da Paraíba

Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)

Edital de Pregão Eletrônico SRP UFPB/CPL-PU nº 006/2018
Processo Administrativo nº 23074.058505/2017-51

COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA., sociedade empresária sediada em Belo Horizonte MG, na Avenida Raja Gabaglia, nº 285, bairro Cidade Jardim, CEP 30380-103, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o número 16.654.626/0001-51, neste ato representada por seu sócio administrador, nos autos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 006/2018, vem respeitosamente à presença de V.Sa., fulcrada no art. 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, art. 41º, §1º da Lei 8.666/93 e item 24 e seguintes do Edital apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

com base nas matérias de fato e de direito a seguir esposadas, para ao final requerer a suspensão do procedimento licitatório em curso e modificação do item editalício impugnado:

I – DO CABIMENTO DO PEDIDO E TEMPESTIVIDADE:

Nos termos do art. 5º, XXXIV da Constituição Federal:

Art. 5º - XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Neste sentido, prever o item 24 e seguintes do Edital:

24.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Tendo em vista que a abertura da sessão pública está marcada para o dia 02/04/2018 (segunda-feira), o prazo para impugnar o ato convocatório encerra-se em 27/03/2018 (terça-feira), levando-se em consideração o feriado nacional do dia 30/03/2018.



Tempestiva, pois, a presente impugnação.

II – OMISSÃO RELEVANTE - DA INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE AVERBAÇÃO DO(S) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA – ITEM 9.6.2 DO EDITAL – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO - ILEGALIDADE

A presente impugnação dirige-se contra a **falta de previsão no edital do devido registro na entidade profissional no(s) atestado(s)** que comprova a aptidão para o fornecimento de alimentação, cujo cumprimento **é obrigatório** como determina o art. 30, § 1º, da Lei 8.666/93, na prática, fragilizando a execução do serviço e do ponto de vista formal, trazendo **nulidade ao certame**.

Neste sentido, veja-se o que o edital prever no item 9.6.2 e subitens, como requisito para habilitação:

9.6.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, inclusive a qualificação técnica exigida no Termo de Referência (Anexo I), por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.6.2.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante declaração da contratante.

9.6.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.6.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

Todavia, o art. 30, §1º da Lei 8.666/93 determina **expressamente** que a comprovação de aptidão e serviços, será feita por **atestados devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, neste caso, o Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), *in verbis*:

Art.30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação,



bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§1º. A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (...). (g.n)

Como se vê, a lei é clara e evidencia a necessidade (e não faculdade) de registro do atestado no órgão fiscalizador do exercício da atividade licitada, exigência que restou omissa no edital em comento.

Portanto, exigir os atestados de capacidade técnica sem o devido registro na entidade profissional competente (CRN) **implica em manifesta violação ao texto legal supratranscrito.**

Tal ausência fere de morte os princípios norteadores da Administração Pública, especialmente o princípio da eficiência (art. 37, da CF), na medida em que, **possibilita a participação de pessoa jurídica inabilitada para executar a atividade**, que por sua vez é devidamente regulamentada pelo poder público. Fere, ainda, o princípio da legalidade, em que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Registre-se de logo que as atividades de fornecimento de alimentação são devidamente regulamentadas por **Autarquia Federal (Conselho Federal de Nutricionistas¹**, no exercício das competências previstas na Lei nº 583, de 20 de outubro de 1978, que dita normas relacionadas ao setor.

Assim, operando dentro de sua competência delegada (Federal), o Conselho Federal de Nutricionistas expediu a Resolução nº 380/2005, e com fundamento no Inciso VIII, do Artigo 3º, e incisos III, IV, VII e VIII do Artigo 4º da Lei nº 8.234/91, estabeleceu uma série de exigências atinentes à natureza da atividade, inclusive impondo às empresas que operam no setor uma série de exigências, com o nítido objetivo de garantir a segurança e a qualidade da execução de serviço altamente delicado, como o de alimentação.

¹ O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) foi criado pela Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, e regulamentado pelo Decreto nº. 84.444, de 30 de janeiro de 1980. É uma autarquia federal sem fins lucrativos, de interesse público, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades da profissão de nutricionista em todo o território nacional, em defesa da sociedade. É um órgão central do Sistema CFN/CRN.



Dentre as exigências mencionadas, está a obrigatoriedade de averbação dos atestados de capacidade, para fins de licitação, como preceitua a Resolução CFN nº 510/2012, art. 1º:

Art. 1º. O registro de Atestado para a Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividade nas áreas de Alimentação e Nutrição, previsto na lei geral de licitações, para fins de demonstração de qualificação técnica decorrente do desempenho de atividades, será feito no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) com jurisdição no local onde os serviços foram executados. (g.n)

Ocorre que o Edital impugnado não traz qualquer exigência técnica (habilitação técnica) compatível com a norma licitatória (art. 30, §1º da Lei nº 8.666/93), ou mesmo que ATENDA AS EXIGÊNCIAS PRÓPRIAS DAS NORMAS REGULADORAS DA ATIVIDADE. Ou seja, **o Edital, neste ponto, é ilegal.**

O registro na entidade profissional é exigido porque confere confiabilidade ao atestado. Somente com a averbação há a certeza de que o licitante apresentou documentação idônea, apta a comprovar que os serviços atestados foram realizados de modo compatível com as exigências da entidade controladora do exercício profissional.

Sabe-se que a Administração não goza, jamais gozou de discricionariedade para afastar exigência prescrita em lei. O procedimento licitatório desenvolve-se mediante atividade vinculada, significando ausência de liberdade para o Administrador.

Transcrevemos abaixo, a título de exemplificação, a obrigatoriedade de averbação dos atestados de capacidade técnica, no bojo de editais que também licitaram o fornecimento de refeições, incluindo várias Universidades Federais, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de Goiânia (UFG):

a) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 285/2016 PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

8.1.1, E. Cópia da chancela para registro de Atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividades (emitido por empresa da mesma jurisdição do CRN), conforme Resolução do CFN Nº510/2012.

b) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2017 PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

a) No mínimo, 01 (um) Atestado (ou declaração) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, registrado no Conselho Regional de Nutrição;

c) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 061/2016 PROMOVIDO PELO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

12.2.1 "ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, ESTABELECIDA NO BRASIL, QUE COMPROVE A ATUAÇÃO NO RAMO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR, COM CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADES EQUIVALENTES AO OBJETO DESTA LICITAÇÃO, DEVIDAMENTE AVERBADO NO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS, NA FORMA ESTABELECIDA NA RESOLUÇÃO Nº 510/2012 DO CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO".

d) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0020/13 PROMOVIDO PELA CASA DA MOEDA DO BRASIL

"4.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, PREENCHIDO(S) CONFORME MODELO DO ANEXO IX, DEVIDAMENTE AVERBADO(S) NO CRN (CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS) DA JURISDIÇÃO ONDE FORAM EXECUTADAS AS ATIVIDADES, bem como CRN4 (4ª Região – Rio de Janeiro), expedido(s) por Pessoa(s) Jurídica(s) de Direito Público ou Privado, que na condição de cliente(s) final(is), comprove(m) de forma individualizada, que a licitante tem experiência bem sucedida, em fornecimentos similares ao objeto desta licitação, demonstrando ter capacidade de preparar e servir refeições no próprio local, no mínimo de 80% do total de refeições (almoço e jantar)/mês servidas na CMB, conforme previsto no subitem "1.20" do ANEXO I, parte integrante deste Edital, podendo a CMB diligenciar quanto a veracidade dos Atestados."

e) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 16/2016 PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES, HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ

"10 DA HABILITAÇÃO - 10.2.2 Um Atestado (ou declaração) de Capacidade Técnica, ou mais, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, que comprove experiência compatível com o objeto desta licitação (Art. 30, lei 8.666/93)."

Como visto, exercendo o seu mister, inúmeras são as entidades – incluindo outras Universidades Federais - que se valem da garantia legal da fiscalização exercida pela autarquia federal, no caso presente, do Conselho Federal de Nutricionistas, possibilitando-os a contratar com empresas que têm por objeto o preparo e fornecimento de alimentação, de forma segura e confiável.

Ilmo.(a) Pregoeiro(a), não bastasse se tratar de uma exigência determinada pela lei, a qual a ilustre comissão de licitação da Universidade Federal da Paraíba está vinculada, não se pode olvidar da essencialidade da averbação do Conselho. Isto



porque, é dever da Administração garantir que as empresas participantes tenham um mínimo de documentação técnica e que possam sofrer fiscalização de órgãos técnicos e sanitários, quanto à prestação de serviços de risco à saúde humana, como é o caso em tela.

Neste sentido, importante atentarmos para a descrição do objeto licitado, constante no item 2.1 do Edital:

2.1. O presente processo tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital e todos os seus anexos.

Trata-se, pois, de serviço complexo, de grande relevância e que possui alto risco, uma vez que o gerenciamento inadequado no processo de elaboração, transporte e distribuição pode gerar danos irreparáveis à saúde de alunos, servidores e visitantes.

Pois bem, ao suprimir completamente a exigência de averbação dos atestados de capacidade técnica no CRN, a Universidade Federal da Paraíba encontra-se fragilizada e propensa a contratar com qualquer licitante, inclusive aquele que não atende as condições mínimas para executar um serviço tão sério de prestação de serviços de alimentação e nutrição para seus alunos, servidores e terceiros.

Nesse aspecto Adilson Dallari² de modo contundente também afirma que a Constituição não autoriza nem "*estimula o aventureirismo*", a concorrência selvagem, em detrimento da qualidade do objeto contratado e da segurança do contrato, sendo inquestionável a constitucionalidade do art. 30 da Lei nº 8.666/93, que estabelece o que pode ser exigido como elemento comprobatório da qualificação técnica de cada proponente.

O Edital, por todo o exposto, **está em desacordo com a lei** pelo fato de não exigir que o(s) atestado de capacidade técnica do licitante proponente esteja(m) registrado na entidade profissional competente, descumprindo, assim, o que determina o §1º do art. 30 da Lei 8.666/93.

Sobre a exigência, os doutrinadores ensinam que:

"A prova de capacitação técnica, nos termos do inciso II do art. 30 da Lei Federal das Licitações e Contratos da Administração Pública, deverá ser feita mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme explicitado no §1º desse artigo.

² DALLARI, Adilson de Abreu. Licitação – comprovação de capacidade técnico-operacional. *Revista trimestral de direito público*. São Paulo: Malheiros, n. 09/1995, p. 149.



Esses atestados deverão ser registrados nas entidades de fiscalização do exercício profissional, como é o caso do CREA em relação a obra e serviço de engenharia. Esse dispositivo (art. 30, §1º) ao prescrever impositivamente, que a comprovação da aptidão técnica será feita por tais atestados devidamente registrados nas entidades tornou obrigatório o atendimento dessas determinações. Não se trata, pois, de faculdade. Sendo assim, não pode a Administração Pública licitante aceitar, sob pena de nulidade quaisquer atestados das pessoas públicas ou privadas sem que estejam devidamente registrados no órgão fiscalizador do exercício da atividade profissional relativa ao objeto licitado. (...)

Assim esses proponentes devem apresentar os atestados exigidos, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, ainda que o Instrumento Convocatório seja, quanto a esse registro, silente. (in BLC 10/96, pág. 516)" – (grifamos)

O certo é que a principal função do agente que faz aquisição de bens para a Administração é zelar pelo correto investimento do dinheiro público e a segurança de seus usuários e funcionários.

Necessário ressaltar que a exigência, ora ausente, de forma alguma afronta qualquer dos princípios que regulam a licitação, notadamente, o da competitividade. Isso porque se trata de requisito corriqueiro, normal nesse ramo de atividade, exigido na maior parte dos certames, além do que, todos os Conselhos Regionais de Nutricionistas registram sem qualquer dificuldade os atestados de capacidade técnica.

A maioria esmagadora dos entes públicos incluem a exigência de registro dos atestados nos editais para garantir que as empresas participantes tenham um mínimo de documentação técnica e que possam sofrer fiscalização de órgãos técnicos e sanitários, quanto à prestação de serviços de risco à saúde humana.

Diante do exposto, o item 9.6.2 ora impugnado contraria dispositivo legal, devendo ser revisto, para então prever a obrigatoriedade da averbação do(s) atestado(s) de capacidade técnica na entidade profissional competente (Conselho Regional de Nutricionistas), conforme art. 30, §1º, da Lei 8.666/93.

III - OMISSÃO RELEVANTE – DA INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE QUANTITATIVO MÍNIMO NOS ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – ITEM 9.6.2 DO EDITAL

Outra questão que deve ser reanalisada pela Douta Comissão de Licitação, diz respeito à omissão dos quantitativos mínimos de refeições que devem estar contemplados nos atestados de capacidade técnica.

Pela leitura dos itens 9.6.2 e seguintes do Edital, verifica-se que o Instrumento exige a comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da



apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A omissão do Ato Convocatório reside justamente em identificar a compatibilidade quantitativa das refeições já executadas pelos licitantes, com a quantidade ora licitada.

Conforme item 4.4.6 do Termo de Referência, a estimativa de refeições a serem fornecidas diariamente é de 9.409 (nove mil, quatrocentos e nove) refeições, abrangendo desjejum, almoço, jantar e lanche noturno.

Como se vê, são quase dez mil refeições diárias, quantidade muito elevada, que exige do futuro contratado a comprovação de experiência anterior em fornecimentos de grande vulto.

Ocorre que o Edital não detalha o que seria compatibilidade quantitativa com o objeto licitado, ou seja, o Regulamento não fixa os quantitativos mínimos já executados pelos licitantes, omissão esta que deixa margem para que sejam apresentados atestados com quantidades insignificantes de refeições.

Diante desta lacuna, o Edital deve ser revisto para prever a participação de licitantes que comprovem a execução do quantitativo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado, por meio da somatória de atestados, o que seria absolutamente lícito.

Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União tem recomendado que os quantitativos máximos exigidos no edital possam chegar a 50% do objeto, conforme se infere do seguinte julgado:

"9.4.4 - exigência excessiva de apresentação de atestados, por parte das licitantes, comprovando a execução de, no mínimo, 437,63 TR num único contrato, tendo em vista que, no Senac Tiradentes, unidade que exige maior qualificação técnica, são necessários apenas 213,8 TR, **sendo suficiente que, em consonância com o entendimento deste Tribunal, a participante do certame demonstre ter capacidade para executar 50% dos serviços exigidos** na unidade de Tiradentes, ou seja, 106 TR, vez que a exigência de comprovação da qualificação técnica deve ser pertinente e compatível com o objeto da licitação ou da contratação direta e indispensável ao cumprimento do objeto" (TCU. Acórdão nº 1.695/2011 – Plenário). (Grifos nossos)

Ademais, o tema foi objeto da Súmula nº 263/2011 do TCU:

"Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, **é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes**, devendo essa exigência



guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado." (Grifo nosso)

Portanto, o parâmetro de 50% do objeto licitado, encontra total respaldo na legislação atinente (inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93) e jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme demonstrado, e deve ser estabelecido no Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2018, com o único propósito de afastar do certame empresas sem as devidas qualificações técnicas requeridas para a execução do serviço, preocupação obrigatória do gestor que zela pela correta e eficiente aplicação dos recursos públicos.

Outrossim, cumpre-nos transcrever abaixo editais elaborados por diversos órgãos da Administração Pública Federal, visando a contratação do fornecimento de refeições, contendo a fixação de quantitativos mínimos nos atestados de capacidade técnica:

a) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 285/2016, PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS

F) Qualificação técnica, mediante a apresentação, em uma única via, de cópias autenticadas, ou cópias acompanhadas dos originais, de no mínimo dois atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, de, **no mínimo, 50% do número estimado de refeições**. Nos atestados deverá constar o nome da pessoa para contato com seu respectivo telefone/fax, endereço e e-mail.

b) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2017, PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

8.1.7.1.5 Serão considerados aceitos, atestados e/ou somatórios que equivalham a pelo menos **50% (cinquenta por cento) do objeto desta licitação**.

c) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2016, PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

9.7.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços, por meio da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **que comprove que o licitante já forneceu refeições transportadas com quantidade mínima de 1.000.000 refeições/ano para o Lote 01 (Fortaleza), 100.000 refeições/ano para o Lote 02 (Sobral) e 70.000 refeições/ano para o Lote 03 (Quixadá)**, de forma semelhante ao objeto da presente licitação, devidamente (s) registrado(s) no Conselho Regional de Nutricionistas.

d) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016, PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



15.5.3.3. Deverá comprovar que tenha executado contrato **com um mínimo de 50% (cinquenta por cento)** do número de postos de trabalho a serem contratados (mínimo de 7 postos) (§ 7º do art. 19 da IN n.º 06/2013 que alterou a IN n.º 02/2008 da SLTI);

Portanto, é imprescindível a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados.

Desta forma, devem ser acolhidos os termos desta Impugnação, alterando-se o item 9.6.2 e subitens do Edital, passando-se a constar que somente serão considerados aceitos, atestados e/ou somatórios que equivalham **a pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos do objeto desta licitação.**

IV - OMISSÃO RELEVANTE - DA INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 3 (TRÊS) ANOS - ITEM 9.6.2 DO EDITAL – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO – DETERMINAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2008 MPOG E TCU

Ainda em relação à qualificação técnica, verifica-se outra omissão a ser sanada, desta feita, quanto à ausência de previsão de que o(s) atestado(s) de capacidade técnica comprove(m) que o licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos no objeto desta licitação.

Referida exigência é comumente utilizada pela Administração Pública em licitações para contratações de serviços continuados – como é o caso - e estão de acordo com orientações constantes do Acórdão nº 1214/2013, do Tribunal de Contas da União, e com o previsto na Instrução Normativa nº 02, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme trechos citados a seguir:

"INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO:

Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber:

§ 5º Na contratação de serviços continuados, a Administração Pública poderá exigir do licitante:

I - Comprovação de que tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado por **período não inferior a 3 (três) anos;** e

§ 6º Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos prevista no inciso I do § 5º, será aceito o somatório de atestados."



Neste sentido, veja a ementa do Acórdão 2.939/2010-Plenário TCU:

“É compatível com o inciso II do art. 30 da Lei 8.666/1993 a exigência de requisito temporal de atuação do licitante na área do serviço de natureza contínua licitado, desde que por período inferior ao prazo de 60 (sessenta) meses previsto no inciso II do art. 57 daquela Lei.”

Extraí-se do Voto do Ministro Relator do Acórdão 1214/2013-Plenário-TCU, que *requerer experiência mínima de 3 anos na prestação dos serviços, evita a contratação de empresas inexperientes, novas no mercado. Essa exigência objetiva minimizar os riscos de a administração contratar empresas que acabem não conseguindo cumprir o contrato durante todo o seu período, o que vem acontecendo com frequência.*

Portanto, em se tratando de contratação que pode perdurar por até 3 (três) anos, conforme prever item 17.1 do Edital, a exigência temporal de experiência mínima no mercado do objeto é imprescindível, já que o tempo de atuação é critério relevante para avaliar a solidez do futuro fornecedor e, com isso, assegurar boa execução do objeto.

Desta feita, requer seja acolhida a presente Impugnação para que seja incluído no item 9.6.2 do Edital a exigência de comprovação de que o licitante já executou serviços compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, sendo aceito o somatório de atestados.

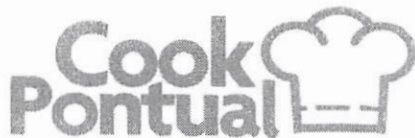
Por isso, o Edital combatido deve ser retificado para serem extirpadas as nulidades e omissões apontadas.

V - DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer seja a presente Impugnação recebida, com fundamento no direito de petição insculpido no art. 5º, XXXIV da Constituição Federal, bem como no item 24 do Edital e **julgada procedente**, de acordo com os supracitados motivos, adequando o procedimento licitatório e consequentemente o Edital impugnado ao comando legal e à realidade da prestação efetiva de seu objeto, para que:

(i) Seja incluída no item 9.6.2 do Edital a previsão de que o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica seja(m) devidamente **averbado(s) no Conselho Regional de Nutricionistas** da jurisdição onde foram executadas as atividades, na forma estabelecida na Resolução nº 510/2012 do Conselho Federal de Nutrição, conforme **determinação expressa do art. 30, § 1º, da Lei 8.666/93.**

(ii) Seja incluído no item 9.6.2 do Edital que os licitantes comprovem, por meio dos atestados de capacidade técnica, a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, **de, no mínimo, 50% do número estimado de refeições, previstas no item 4.4.6 do Termo de Referência.**



(iii) Ainda no item 9.6.2, seja incluída a exigência de que o licitante deverá comprovar, através dos Atestado(s) de Capacidade Técnica, **experiência mínima de 03 (três) anos na execução de objeto semelhante ao desta contratação**, sendo permitido o somatório de atestados, de acordo com as determinações do Egrégio Tribunal de Contas e do Ministério do Planejamento.

Termos em que
Pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 20 de março de 2018.

COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA.
Jair Gonçalves Bastos Filho – Representante legal





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 006/2018.

JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO
PEDIDO ENCAMINHADO VIA E-MAIL

A Empresa COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA., sociedade empresária sediada em Belo Horizonte (MG), na Avenida Raja Gabaglia, nº 285, bairro Cidade Jardim, CEP 30.380-103, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o número 16.654.626/0001-51, apresentou manifestação de Impugnação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 006/2018 (vide teor no endereço eletrônico: http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_SRP_006_2018_Impugnacao_Edital.zip), nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A licitação estava originalmente convocada para o dia 02/04/2018, findando em 27/03/2018 o prazo para apresentação de Recursos de Impugnação, nos termos do Art. 41, § 2º da Lei 8666/93. Assim, esta impugnação é tempestiva, impondo-se seu conhecimento.



2.

RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação visa SUSPENDER o procedimento licitatório em epígrafe ante o reconhecimento da necessidade da correção de desarmonias apresentadas em razões de recurso, quais sejam: a) a inexistência de exigência de averbação do(s) atestado(s) de capacidade técnica, no item 9.6.2 do edital; b) inexistência de exigência de quantitativo mínimo nos atestado de capacidade técnica, no item 9.6.2 do instrumento convocatório e c) inexistência da exigência de experiência mínima de 3 (três) anos no item 9.6.2 do edital (exigências para habilitação), conforme determinação do Art. 19, § 3º, alínea "I" da I.N. nº 02/2008 MPDG, corroborada pelo Acórdão 2.939/2010-TCU/Plenário.

A impugnante apresenta como ponto de inconformidade a alegação de que as omissões das exigências observadas nas cláusulas citadas anteriormente, ferem o disposto no o §1º do art. 30 da LLCA, colacionando excertos de Doutrina e Jurisprudência, além de diversos fragmentos de Editais semelhantes publicados por diversas instituições da Administração Pública.

Acrescenta, ainda, que, concernente à quantidade mínima a ser exigida para os citados atestados, o Tribunal de Contas da União tem recomendado que os quantitativos máximos exigidos no edital possam chegar a 50% do objeto, conforme se infere do Acórdão nº 1.695/2011 TCU-Plenário, e também da Súmula nº 263/2011 da mesma Corte de Contas, em trechos transcritos em suas razões de impugnação.

Reforça ainda mais o argumento da quantidade máxima a ser exigida com fulcro no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93.

Como terceiro ponto de argumentação, a Impugnante, ainda em relação à qualificação técnica, reclama da ausência de previsão de que o(s) atestado(s) de capacidade técnica comprove(m) que a licitante interessada possua experiência mínima

de 3 (três) anos no objeto ora licitado, com fulcro no Acórdão TCU-Plenário nº 1214/2013 e também na Instrução Normativa nº 02, do MPDG, em seu Art. 19, § 5º, alínea "I".



Solicita, por fim, a suspensão do certame – até que sejam julgadas as alegações apontadas, adequando o Edital às determinações jurídicas supramencionadas.

É este o breve relato.

3. RAZÕES E CONCLUSÃO DO PREGOEIRO:

O Pregoeiro da CPL-PU conclui que o pedido procede em parte, acatando parcialmente as razões da Impugnante, submetendo as seguintes alterações ao Edital do Pregão:

Inserir errata na Cláusula 9.6.2 do Edital:

Onde se lê:

9.6.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, inclusive a qualificação técnica exigida no Termo de Referência (Anexo I), por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Leia-se:

9.6.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, inclusive a qualificação técnica exigida no Termo de Referência (Anexo I), por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público



ou privado, devidamente averbado(s) no Conselho Regional de Nutricionistas da Jurisdição onde foram executadas as atividades, na forma estabelecida na Resolução nº 510/2012 do Conselho Federal de Nutrição.

Será acrescentada Cláusula 9.6.2.1, com a seguinte redação:

9.6.2.1 O somatório dos Atestados deverá comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, deverá **totalizar no mínimo, 50% (cinquenta por cento)** do número estimado de refeições, previstas no item 4.4.6 do Termo de Referência, conforme quadro a seguir:

LOTE DO QUAL DESEJA PARTICIPAR	LOCALIDADE	TOTAL MÁXIMO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS	QUANTIDADE DIÁRIA MÍNIMA A SER COMPROVADA PELA SOMA DOS ATESTADOS
1	CAMPUS I	4.728,00	2.364,00
2	CAMPUS II	2.040,00	1.020,00
3	CAMPUS III	1.980,00	990,00
4	CAMPUS IV	660,00	330,00

Será acrescentada Cláusula 9.6.2.2, com a seguinte redação:

9.6.2.2 Os Atestados deverão comprovar, ainda, que o licitante detém experiência mínima de 03 (três) anos na execução de objeto semelhante ao deste Certame, sendo permitido, para este fim, o somatório de atestados.


4. CONCLUSÃO:

É O JULGAMENTO DO RECURSO:

Promover as alterações propostas acima, alterar a forma da classificação das propostas da licitação para ITENS ao invés de GRUPO, mantendo as

demais condições originais do Edital, com data e hora de abertura da sessão pública previstas para 19/04/2018, às 09:30h, horário de Brasília.

João Pessoa – PB, 04 de Abril de 2018.


ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA
Pregoeiro Oficial
(Original Assinado)



Ratifico a decisão:

PROF. DR. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário – Autoridade Competente
(Original Assinado)

EMERSON



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2018 - UASG 153065

Nº Processo: 23074002768201897. Objeto: Serviços Bancários com contratação de câmbio para pagamento de despesas com publicação de artigos científicos dos programas de Pós-Graduação da UFPA em revistas e periódicos internacionais. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Conforme Memo 01/2018/UFPA/PROPEQ e Nota nº 0147/2018/UFPA/PGF/AGU. Declaração de Dispensa em 03/04/2018. ISAC ALMEIDA DE MEDEIROS, Pró-reitor da Propeq. Ratificação em 03/04/2018. ALUISIO MARIO LINS SOUTO, Pró-reitor de Administração. Valor Global: R\$ 13.000,00. CNPJ CONTRATADA: 00.000.000/4299-45 BANCO DO BRASIL SA.

(SIDE - 03/04/2018) 153065-15231-2018NE800187

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2018 - UASG 153065

Nº Processo: 23074002777201888. Objeto: Revisão e/ou edição de manuscritos redigidos na língua inglesa, tradução de manuscritos redigidos na língua portuguesa para a língua inglesa e tradução ou revisão de contratos e outros documentos relacionados diretamente à Pesquisa, à Criação, à Inovação, à Pós-Graduação e/ou à Internacionalização da UFPA, redigidos na língua portuguesa ou inglesa para a língua portuguesa respectivamente. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Conforme Memo 01/2018/UFPA/PROPEQ, Contrato 19/2015/PRAe Nota nº 0146/2018/UFPA/PGF/AGU Declaração de Inexigibilidade em 03/04/2018. ISAC ALMEIDA DE MEDEIROS, Pró-reitor da Propeq. Ratificação em 03/04/2018. ALUISIO MARIO LINS SOUTO, Pró-reitor de Administração. Valor Global: R\$ 58.000,00. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro AMERICANJOURNAL EXPERTS.

(SIDE - 03/04/2018) 153065-15231-2018NE800187

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA CAMPUS I

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2018

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 23074058505201751, publicada no D.O.U. de 12/03/2018. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPA, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificações, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital. Novo Edital: 04/04/2018 das 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Campus I - Cidade Universitária Castelo Branco - JOAO PESSOA - PB Entrega das Propostas: a partir de 04/04/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/04/2018, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

JOAO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário

(SIDE - 03/04/2018) 153066-15231-2018NE000004

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS AGRÁRIAS-CAMPUS III - BANANEIRAS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2018

A Comissão Permanente de Licitação do CCHSA/UFPA, no uso de suas atribuições, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico SRP Nº 01/2018, que trata da Aquisição de Gás GPL, em cilindros de 13kg, de acordo com as normas da ABNT 8640, para uso geral no CCHSA e CAVN da UFPA, Campus III, Bananeiras - PB. Foi vencedora a Empresa: Kelsen Lima Costa, CNPJ Nº 20.295.354/0001-18, do item 01, do Edital do Pregão SRP 01/2018.

TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
Diretora do CCHSA

(SIDE - 03/04/2018) 153074-15231-2018NE800001

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2018

A Comissão Permanente de Licitação do CCHSA/UFPA, no uso de suas atribuições, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico SRP Nº 02/2018, que trata da Aquisição de Água Mineral e Garra fôca, a fim de suprir as necessidades do CCHSA/CAVN/UFPA. Foi vencedora a Empresa: Kelsen Lima

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032018040400079

COSTA, CNPJ Nº 20.295.354/0001-18, dos itens 01 e 02 do Termo de Referência do Edital 02/2018.

TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
Diretora do CCHSA

(SIDE - 03/04/2018) 153074-15231-2018NE800001

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3045/2018 - UASG 153079

Nº Processo: 006014/2018-04. Objeto: Aquisição por meio de importação de APAR.EQUIP.UTENS.MED., ODONT., LABOR.HOSPIT para projeto de pesquisa com recursos de convênio com a Fundação Araucária. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Aquisição para pesquisa por meio de convênio entre a UFPR e a Fundação Araucária Declaração de Dispensa em 02/04/2018. FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA, Pró-reitor da Prppg. Ratificação em 02/04/2018. ANDRE LUIZ FELIX RODACKI, Coordenador de P&Pg. Valor Global: R\$ 30.000,00. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro ADVANCEDBIOPROCESS, LLC.

(SIDE - 03/04/2018) 153079-15232-2018NE800047

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3041/2018 - UASG 153079

Nº Processo: 010109/2018-14. Objeto: Compra de material laboratorial e químico para projeto Fundação Araucária. Total de Itens Licitados: 00003. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Compra para projeto de pesquisa com recursos do convênio 062/2017, projeto 48014 entre a UFPR e Fundação Araucária. Declaração de Inexigibilidade em 28/03/2018. FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA, Pró-reitor da Prppg. Ratificação em 02/04/2018. ANDRE LUIZ FELIX RODACKI, Coordenador de Pós. Valor Global: R\$ 10.240,18. CNPJ CONTRATADA: 68.204.312/0001-50 CITOGEM-BIOTECNOLOGIA LTDA.

(SIDE - 03/04/2018) 153079-15232-2018NE800047

EDITAL Nº 97, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do processo seletivo para contratação de PROFESSOR SUBSTITUTO DA CARREIRA DE MAGISTERIO SUPERIOR, de que trata o Edital nº 004/18-PROGEPE, publicado no D.O.U. de 22/01/2018, Seção 3, páginas 59 e 60, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a seguir discriminado:

Sector: Ciências da Saúde
Departamento: Odontologia Restauradora
Área de Conhecimento: Prótese Dentária
Matéria Específica: Prótese Parcial Removível e Pacientes com Necessidades Especiais na Odontologia
Processo: 23075.212769/2017-57
Número de Vagas: 01 (uma)

N.º DE ORDEM	NOME	MÉDIA
01	Anderson Petruskas	8,50

DOUGLAS ORTIZ HAMERMÜLLER

EDITAL Nº 98, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do processo seletivo para contratação de PROFESSOR SUBSTITUTO DA CARREIRA DE MAGISTERIO SUPERIOR, de que trata o Edital nº 031/18-PROGEPE, publicado no D.O.U. de 19/02/2018, Seção 3, página 72, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a seguir discriminado:

Sector: Ciências da Saúde
Departamento: Odontologia Restauradora
Área de Conhecimento: Dentística
Matéria Específica: Dentística Operatória
Processo: 23075.218241/2017-91
Número de Vagas: 01 (uma)

N.º DE ORDEM	NOME	MÉDIA
01	Antônio Setsuo Sakamoto Junior	8,19
02	Ana Paula Gebert de Oliveira Franco	7,73

DOUGLAS ORTIZ HAMERMÜLLER

EDITAL Nº 99, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do processo seletivo para contratação de PROFESSOR SUBSTITUTO DA CARREIRA DE MAGISTERIO SUPERIOR, de que trata o Edital nº 394/17-PROGEPE, publicado no D.O.U. de 06/11/2017, Seção 3, página 62, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a seguir discriminado:

Sector: Ciências da Saúde
Departamento: Clínica Médica
Área de Conhecimento: Nefrologia
Matéria Específica: Nefrologia
Processo: 23075.179342/2017-30
Número de Vagas: 01 (uma)
Não houve candidatos inscritos.

DOUGLAS ORTIZ HAMERMÜLLER

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



Publicado em: 04/04/2018 | Edição: 64 | Seção: 3 | Página: 79
Órgão: Ministério da Educação / Universidade Federal da Paraíba

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2018

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 23074058505201751, publicada no D.O.U de 12/03/2018. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital. Novo Edital: 04/04/2018 das 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Campus I - Cidade Universitária Castelo Branco - JOAO PESSOA - PB Entrega das Propostas: a partir de 04/04/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/04/2018, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

JOAO MARCELO ALVES MACEDO

Prefeito Universitario

(SIDECA - 03/04/2018) 153066-15231-2018NE000004

100-443886-100



Licitação

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Grupos da Licitação

04/04/2018 09

Esta consulta reflete a licitação de acordo com o último evento aplicado.

Órgão

26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

UASG Responsável

153066 - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA DA UFPB

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação

00006/2018

Forma de Realização

Eletrônico

Característica

Registro de Preço (SRP)

Nº da IRP

00001/2018

Nº do Grupo	Justificativa	Tipo de Benefício	Margem de Preferência (%)	Quantidade de Itens	Valor Total Estimado do Grupo (R\$)	Consistente?	Ação
1	Formação do item "CAMPUS I"	-	-	4	11.848.824,0000	Sim	Visualiza Itens
2	Formação do item "CAMPUS II"	-	-	4	4.786.800,0000	Sim	Visualiza Itens
3	Formação do item "CAMPUS III"	-	-	4	4.699.320,0000	Sim	Visualiza Itens
4	Formação do item "CAMPUS IV"	-	-	2	1.859.520,0000	Sim	Visualiza Itens

4 registros encontrados, exibindo todos os registros.

[Licitação](#)

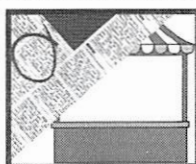
[Edital / Relação de Itens](#)

[Itens](#)

[Nova Pesquisa de Licitações](#)

END CRANCO

Enrico



P. COMERCIAIS P/ VENDER

BEIRA RIO

Prédio na Beira Rio, funciona uma Loja com aluguel de R\$ 11.000,00. Oportunidade p/ investidor. R\$ 2.000.000,00 IMOB. PIONEIRA C. 178J 98780-2848/ 99165-8874

5071135

CENTRO

Prédio c/ 3 pavimentos, loja funcionando, térreo c/ elev, 15 salas, ideal p/ vários empreendimentos, na Rua Santos Dumont R\$ 3.200.000,00 IMOB. PIONEIRA C. 178J 98780-2848 / 99165-8874

5071128

EPITÁCIO PESSOA

Prédio comercial c/ 640m de área const, ótima Prédio comercial c/ 640m de área const, ótima localização, terr. 10x50. R\$ 3.900.000,00 troco p/ imóvel menor valor, facilito pgto. IMOB. PIONEIRA C. 178J 98780-2848/ 99680-2265

5071126

JAGUARIBE

Prédio comercial, bem localizado c/ 8 salas serv. servindo para diversos segmentos (clínicas, bancos, etc) cruzamento das ruas 1º de Maio c/ Floriano Peixoto R\$ 4.999,00 Imóv. Pioneira. C.178J 3241-8727 3241-8727

5084516

3076 / 99190.0001 C 5828-F

5014956

BAYEUX - Locação de Galpões, 300m², 500m², 800m², 1.000m², 1.500m², 2.500m², a partir de R\$ 3.000,00 (9132-3076 / 9190.0001 C.5828-F

5014954

5086842

JARDIM VENEZA - Alugo galpão 300m² de área, bem localizado, R\$ 3.000,00 aluguel mais R\$ 500,00 de condomínio Marleide Farias c.2799 F. (83)98822-7107/ 98829-8557

5026424

3045.1300 / 98809-8537

5086937

BESSA

BESSA - 42 M2, TÉRREO, COM WC, EMPRESARIAL JOÃO JOSÉ MOREIRA NETO. R\$ 900,00 93 988729166

5090851

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PREFEITURA UNIVERSITÁRIA PROCESSO Nº 23074.058505/2017-51

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018

O Prefeito Universitário da Universidade Federal da Paraíba, leva ao conhecimento das empresas interessadas que será realizado através do endereço eletrônico abaixo identificado, o Pregão Eletrônico de nº 006/2018, cujo Edital encontra-se disponível no site WWW.COMPRASNET.GOV.BR, a partir de 04/04/2018. Outras informações serão prestadas no horário de expediente, pelo telefone (83) 3216-7091 ou pelo e-mail cpipu@prefeitura.ufpb.br.

Pedidos de Esclarecimentos deverão ser encaminhados até as 17:00h do dia 16/03/2018, preferencialmente por e-mail.

Pedidos de Impugnação deverão ser encaminhados até as 17:00h do dia 17/03/2018, preferencialmente por e-mail.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 006/2018
DATA ABERTURA: 19 de abril de 2018.
HORA: 09:30h (horário de Brasília)

OBJETO: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPA, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital e todos os seus anexos.

JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário
João Pessoa, 09 de abril de 2018.

5092000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SIG Nº 23539.005900/2018-27, Pregão Eletrônico n.º 09/2018 Licitação: SRP - Sistema Registro de Preços Tipo: Menor Preço por itens Objeto: Produtos para Saúde (Linha de Sangue), Quantidades de itens 18 Edital a partir de 11/04/2018 Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley - Rua Tabeirão Estanislau, S/N Castelo Branco Cidade Universitária -

O
Zona Sul,
como pe
15555253
matrícula
QUADRA
responsat
portador
para fins
vencidos.
4.238,98,
efetivo pa
As
situado n
discrimin
S4 cientifi
consolidar
termos de

O
Zona Sul,
como pe
15555253
matrícula
QUADRA
responsat
portador
para fins
vencidos.
4.454,43,
efetivo pa
As
situado n
discrimin
S4 cientifi
consolidar
termos de

Enrico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



DESPACHO Nº 8202 / 2018 - PU - CPL (11.01.12.17)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PE, 16 de Abril de 2018

DESPACHO FAVORÁVEL

De ordem, faço apensar os processos nº 23074.019982/2018-82 e nº 23074.017712/2018-37 ao Processo nº 23074.058505/2017-51.

(Assinado digitalmente em 16/04/2018 15:02)

GISELLE DE MOURA ARANTES
AUX EM ADMINISTRACAO
Matrícula: 2076773

Processo Associado: 23074.058505/2017-51

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 8202, ano: 2018, tipo: DESPACHO, data de emissão: 16/04/2018 e o código de verificação: 914831dbe0

EMERSON



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

TERMO DE JUNTADA POR APENSAÇÃO Nº 293 / 2018 - PRAPE - SRU (11.01.29.03)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 15 de Abril de 2018

Em 16/04/2018 às 14:50, atendendo o despacho do(a) AUX EM ADMINISTRACAO, GISELLE DE MOURA ARANTES (2076773), faço apensar ao presente processo nº 23074.058505/2017-51 o(s) processo(s) nº(s) 23074.019982/2018-82 e 23074.017712/2018-37.

(Assinado digitalmente em 16/04/2018 15:03)

GISELLE DE MOURA ARANTES
AUX EM ADMINISTRACAO
Matrícula: 2076773

Processo Associado: 23074.058505/2017-51

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 293, ano: 2018, tipo: TERMO DE JUNTADA POR APENSAÇÃO, data de emissão: 16/04/2018 e o código de verificação: 2483ab9913

EM BRANCO



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO
23074.019982/2018-82

Cadastrado em 03/04/2018



Processo disponível para recebimento com
código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):

PRAPE - SUPERINTENDÊNCIA DE RESTAURANTES
UNIVERSITÁRIOS

E-mail:

ru.ufpb@hotmail.com

Identificador:

11012903

Tipo do Processo:
SOLICITAÇÃO

Assunto do Processo:
992 - COMUNICADOS E INFORMES

Assunto Detalhado:

Unidade de Origem:
PU - GABINETE DO PREFEITO (11.00.39.13)

Criado Por:
JOAO MARCELO ALVES MACEDO

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

[illegible]

EM RECANCO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRAPE - SUPERINTENDÊNCIA DE RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 19/2018 - PRAPE - SRU (11.01.29.03)
(Identificador: 201850785)

Nº do Protocolo: 23074.019982/2018-82

João Pessoa-PB, 03 de Abril de 2018.

PU - GABINETE DO PREFEITO

Título: RE.: Manifestação sobre impugnação ao Pregão 06/2018 (alimentação RU)

Assunto: 992 - COMUNICADOS E INFORMES

Prezado Sr Prefeito Universitário João Marcelo,

Em atendimento ao memorando eletrônico Nº 68/2018 - PU, no que se refere ao recurso impetrado pela empresa COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA, CNPJ/MF 16.654.626/0001-51, referente ao pregão 06/2018, ao considerarmos os termos apresentados, decidimos ACATAR O PEDIDO, para que seja revisado o item que faz referência para alteração: **"prever a participação de licitantes que comprovem a execução do quantitativo correspondente a 50% do objeto licitado"**. Diante do exposto, esse é o nosso entendimento, salvo melhor juízo do ordenador de despesas.

(Autenticado em 03/04/2018 12:57)
FERNANDO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA
SUPERINTENDENTE - TITULAR
Matrícula: 336115

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA



MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 68/2018 - PU (11.00.39)
(Identificador: 201850713)

Nº do Protocolo: 23074.019702/2018-36

João Pessoa-PB, 02 de Abril de 2018.

PRAPE - SUPERINTENDÊNCIA DE RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS

CC:
PU - GABINETE DO PREFEITO

Título: Manifestação sobre impugnação ao Pregão 06/2018 (alimentação RU)

Assunto: 992 - COMUNICADOS E INFORMES

Ilmo. Superintendente dos RU's Fernando Augusto Medeiros da Silva,

Ao tempo em que o cumprimento, solicito que o senhor se manifeste em relação ao recurso impetrado pela COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA., CNPJ 16.654.626/0001-51, que segue em anexo e se refere ao atestado de capacidade técnica que foi solicitado no Pregão 06/2018.

Certo da atenção que V.sa. dispensará ao nosso pedido, antecipamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

(Autenticado em 02/04/2018 17:10)
JOAO MARCELO ALVES MACEDO
PREFEITO - TITULAR
Matrícula: 2569256

EM BRANCO



**Universidade Federal da Paraíba
Prefeitura Universitária
Comissão Permanente de Licitação**



UFPB/PU/CPL/MEMO Nº 017/2018

JOÃO PESSOA, 04 DE ABRIL DE 2018.

**DE: AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA
PREGOEIRO/COORDENADOR DA CPL-PU**

**PARA: PROF. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
PREFEITO UNIVERSITÁRIO**



Assunto: Processo Administrativo nº 23074.019982/2018-82

Considerações sobre a Impugnação de Edital oferecida pela Cook Pontual

Senhor Prefeito Universitário,

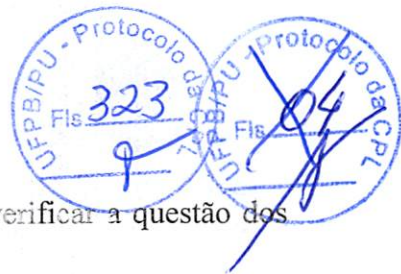
Em atendimento ao despacho exarado pela Superintendência de Restaurantes Universitários, informamos que a matéria já foi tratada e respondida há dias.

A síntese do Recurso de Impugnação impetrado pela Empresa COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA., CNPJ Nº 16.654.626/0001-51, que provocou a suspensão do Pregão Eletrônico SRP UFPB/CPL-PU/Nº 006/2018, apresentou os seguintes pontos de inconformismo, quais sejam:

- a) a inexistência de exigência de averbação do(s) atestado(s) de capacidade técnica, no item 9.6.2 do edital;
- b) inexistência de exigência de quantitativo mínimo nos atestado de capacidade técnica, no item 9.6.2 do instrumento convocatório, e
- c) inexistência da exigência de experiência mínima de 3 (três) anos no item 9.6.2 do edital (exigências para habilitação), conforme determinação do Art. 19, § 5º, alínea "I" da I.N. nº 02/2008 MPDG, corroborada pelo Acórdão 2.939/2010-TCU/Plenário.



EM BRANCO



Como V.Sa poderá concluir, não se tratava apenas de verificar a questão dos 50% dos atestados.

Na análise do mérito do pedido emanado, decidimos acatar parcialmente as razões apresentadas, adotando as seguintes providências:

1. Inserir errata na Cláusula 9.6.2 do Edital:

Onde se lê:

9.6.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, inclusive a qualificação técnica exigida no Termo de Referência (Anexo I), por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Leia-se:


9.6.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, inclusive a qualificação técnica exigida no Termo de Referência (Anexo I), por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no Conselho Regional de Nutricionistas da jurisdição onde foram executadas as atividades, na forma estabelecida na Resolução nº 510/2012 do Conselho Federal de Nutrição.

2. Acrescentar a Cláusula 9.6.2.1, com a seguinte redação:

9.6.2.1 O somatório dos Atestados deverá comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, deverá totalizar no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número estimado de refeições, previstas no item 4.4.6 do Termo de Referência, conforme quadro a seguir:



EM BRANCO



LOTE DO QUAL DESEJA PARTICIPAR	LOCALIDADE	TOTAL MÁXIMO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS	QUANTIDADE DIÁRIA MÍNIMA A SER COMPROVADA PELA SOMA DOS ATESTADOS
1	CAMPUS I	4.728,00	2.364,00
2	CAMPUS II	2.040,00	1.020,00
3	CAMPUS III	1.980,00	990,00
4	CAMPUS IV	660,00	330,00

3. Acrescentar a Cláusula 9.6.2.2, com a seguinte redação:

9.6.2.2 Os Atestados deverão comprovar, ainda, que o licitante detém experiência mínima de 03 (três) anos na execução de objeto semelhante ao deste Certame, sendo permitido, para este fim, o somatório de atestados.

V. Sa poderá verificar o inteiro teor do **Recurso de Impugnação** em http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_SRP_006_2018_Impugnacao_Edital.zip, e o inteiro teor do **Julgamento do Recurso** em http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_SRP_006_2018_Julgamento_Impugnacao.zip.

Aproveitamos a oportunidade para informá-lo que a retomada do citado Pregão está agendada para o dia **19/04/2018**, às **09:30h**, horário de Brasília, conforme excerto do DOU em anexo.

Por fim, aproveitamos para renovar votos de estima e respeito.

Atenciosamente,



ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA
PREGOEIRO/COORDENADOR DA CPL-PU
Matrícula Siape: 1655398



EM BRANCO



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/04/2018 | Edição: 64 | Seção: 3 | Página: 79
Órgão: Ministério da Educação / Universidade Federal da Paraíba



AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2018

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 23074058505201751, publicada no D.O.U de 12/03/2018. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme especificidades, exigências, quantidades e condições de execução constantes em Edital. Novo Edital: 04/04/2018 das 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Campus I - Cidade Universitária Castelo Branco - JOAO PESSOA - PB Entrega das Propostas: a partir de 04/04/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/04/2018, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

JOAO MARCELO ALVES MACEDO

Prefeito Universitário

(SIDECA - 03/04/2018) 153066-15231-2018NE000004

EN BRANCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PU



PROCESSO 23074.019982/2018-82


JOÃO PESSOA (PB), 12 DE ABRIL DE 2018

À: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PU

Prezada Comissão,

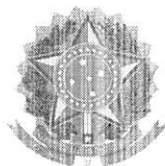
Após análise do presente procedimento administrativo, devolvo o mesmo para anexar ao processo do Pregão.

Atenciosamente,



João Marcelo Alves Macedo
Prefeito Universitário
Mat. SIAPE: 25692565

EM BRANCO



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

PROCESSO
23074.017712/2018-37

Cadastrado em 22/03/2018



Processo disponível para recebimento com
código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):

PRAPE - SUPERINTENDÊNCIA DE RESTAURANTES
UNIVERSITÁRIOS

E-mail:

ru.ufpb@hotmail.com

Identificador:

11012903

Tipo do Processo:

SOLICITAÇÃO

Assunto do Processo:

991 - APRESENTAÇÃO. RECOMENDAÇÃO

Assunto Detalhado:

RESPOSTA AO PREFEITO UNIVERSITÁRIO E TCU

Unidade de Origem:

REITORIA - SECRETARIA GERAL DAS ASSESSORIAS (11.01.50)

Criado Por:

CONCEICAO WENDNA DE HOLANDA PEREIRA COSTA

Observação:

-

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
22/03/2018	PU - GABINETE DO PREFEITO (11.00.39.13)		

Am. Div. CO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE – PRAPE
SUPERINTENDÊNCIA DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS - SRU



João Pessoa, 20 de março de 2018.

Prezado Sr Prefeito da UFPB
João Marcelo

No edital 06/2018, que consta a contratação de serviços de refeições nos Restaurantes Universitários Campi I, II, III e IV da UFPB, quando é interpelado pelo TCU no item 2.1 e no item 7.5.1, embora envolva a prestação de serviços nessas quatro unidades, o mesmo sugere que seja individualizado.

De acordo com a súmula do TCU de nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Diante do cenário apresentado pela TCU, a UFPB tem hoje o seguinte quantitativo de beneficiários abaixo:

Campus I

Residentes: 372
Aux Moradia: 1.451
Restaurante Universitário: 1.413

Campus II

Residentes: 259
Aux Moradia: 197
Restaurante Universitário: 88

Campus III

Residentes: 134
Aux Moradia: 197
Restaurante Universitário: 66

Campus IV

Universidade Federal da Paraíba
Superintendência dos Restaurantes Universitários
Cidade Universitária – Campus I - João Pessoa, Paraíba, 58051-900
Fone: (83) 3216-7231

SUBMITIDO AO
PROF. DR. JOÃO MARCELO
PRAT. SEGUIA AS
DETERMINAÇÕES
DO TCU
Margareth de F. F. Melo Din.
Reitora UFPB
22.03.2018

EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE – PRAPE
SUPERINTENDÊNCIA DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS - SRU



Residentes: 8
Aux Moradia: 314
Restaurante Universitário: 106

Diante do exposto, vemos uma disparidade de cenário, no Campus I – João Pessoa. Temos 3.036 beneficiários, dos quais 372 fazem jus a 4 refeições pelo novo pregão, em detrimento aos demais.

Rio Tinto/Mamanguape – Campus IV, temos 444 beneficiados, dos quais 16 residentes que fazem jus as 4 refeições, pelo novo pregão e assim para os demais Campus II e III.

Teoricamente aonde temos o maior número de discentes, teremos uma melhor proposta de valores das refeições, aonde se lê o menor número de quantitativo de discentes, teoricamente, diante de políticas de mercado, terá um valor a maior que os demais, e assim sucessivamente.

Bem como se fala na súmula 247, “para que não haja prejuízo para a instituição”, o valor agregado, teoricamente teremos uma proposta com valor a menor, que atendam todos os Campi.

Para que a empresa venha atuar no Campus I, quantos funcionários a mesma deva ter para atender esse número de discentes?

Logo veremos que a empresa que participar para o menor número de discentes, teoricamente irá colocar tudo isso nos custos, o que irá onerar a UFPB. Onerando a UFPB em média de 20%, significa dizer que a Instituição terá que obrigatoriamente cortar 20% do número de auxílios oriundo do PNAES, desta feita, se faz necessário que seja feito em bloco.

Da forma que o TCU solicita que seja feita em separado, a Instituição teria que fazer com que todos os Campi do interior realizem seu processo licitatório, tendo que demandar tempo, funcionário, alteração de resoluções da UFPB no que concerne a Superintendente dessas unidades de outros Campi, gerando novos custos.

É importante ainda ressaltar que, hoje estamos operando com o pregão 13/2017, pregão este emergencial de 180 dias, com prazo para encerramento em maio de 2018.

Em resposta a indagação do Sr Prefeito Universitário João Marcelo, pela indagação feita pelo TCU, mantemos nosso entendimento como preconiza a lei 8.666/93, que seja adquirido o serviço de qualidade e menor custo, que mantenhamos o que já está disposto no edital 06/2018, ou seja, que continue em bloco para diminuição do custo final.

Este é nosso parecer, salvo melhor entendimento do ordenador de despesas.

Fernando Augusto Medeiros da Silva
Superintendente dos RU's
Siape 3361159

Universidade Federal da Paraíba
Superintendência dos Restaurantes Universitários
Cidade Universitária – Campus I - João Pessoa, Paraíba, 58051-900
Fone: (83) 3216-7231

EM BRANCO

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
36.	Alves Gonçalves	8112094
37.	Juarez Gomes de Almeida	81400643
38.	Alves Gomes de Almeida	81400643
39.	Alves Gomes de Almeida	81101116
40.	Alves Gomes de Almeida	20170033197
41.	Alves Gomes de Almeida	811101272
42.	Alves Gomes de Almeida	81301113
43.	Alves Gomes de Almeida T. Rellen	811501739
44.	Alves Gomes de Almeida	81112094
45.	Alves Gomes de Almeida	8011100235
46.	Alves Gomes de Almeida	20140160737
47.	Alves Gomes de Almeida	81500000
48.	Alves Gomes de Almeida	2016043303
49.	Alves Gomes de Almeida A	201600004
50.	Alves Gomes de Almeida	81402338
51.	Alves Gomes de Almeida	20170001474
52.	Alves Gomes de Almeida	20170167730
53.	Alves Gomes de Almeida	20160129109
54.	Alves Gomes de Almeida	20160158862
55.	Alves Gomes de Almeida	20160158862
56.	Alves Gomes de Almeida	20160158862
57.	Alves Gomes de Almeida	20160158862
58.	Alves Gomes de Almeida	81400061
59.	Alves Gomes de Almeida	81500066
60.	Alves Gomes de Almeida	138381
61.	Alves Gomes de Almeida	20160158862
62.	Alves Gomes de Almeida	20160158862
63.	Alves Gomes de Almeida	20160158862
64.	Alves Gomes de Almeida	201701638
65.	Alves Gomes de Almeida	20170005035
66.	Alves Gomes de Almeida	81301113
67.	Alves Gomes de Almeida	2017000691
68.	Alves Gomes de Almeida	8011126
69.	Alves Gomes de Almeida	81221038
70.	Alves Gomes de Almeida	
71.	Quem comeno RU é viado	
72.	menos eu	
73.	menos eu	
74.	Menor eu	
75.	Menor eu	
76.	Menor eu	
77.	Menor eu	
78.	Menor eu	
79.	Menor eu	
80.	Menor eu	
81.	DAVI CORREIO DE OLIVEIRA	20170006520

EM BRANCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS IV	
NOME COMPLETO	MATRÍCULA
36. [illegible]	81400872
37. [illegible]	81401411
38. [illegible]	81402562
39. [illegible]	81314295
40. [illegible]	0159222
41. [illegible]	40533
42. [illegible]	201700014211
43. [illegible]	20170161730
44. [illegible]	8121038
45. [illegible]	20140005996
46. [illegible]	20130124253
47. [illegible]	2016034320
48. [illegible]	20130141625
49. [illegible]	2000170642
50. [illegible]	20170005031
51. [illegible]	20170006655
52. [illegible]	
53. [illegible]	
54. [illegible]	20170000941
55. [illegible]	101011010011
56. [illegible]	20170016002
57. [illegible]	20170008519
58. [illegible]	20160136589
59. [illegible]	
60. [illegible]	81403231
61. [illegible]	20170000037
62. [illegible]	
63. [illegible]	20170000037
64. FOLHA TOME 2	20170000037
65. FOLHA TOME 2	20170000037
66. MATRÍCULA	20170000037
67. [illegible]	
68. [illegible]	8121008
69. Paulo Domingues	523456
70. [illegible]	
71. [illegible]	81311303
72. [illegible]	81400858
73. [illegible]	81400858
74. [illegible]	81401737
75. [illegible]	81401737
76. [illegible]	81400177
77. MARCUS VINÍCIUS F. A.	81401823
78. [illegible]	81311207
79. Steven Soares Apolinário	81405869
80. [illegible]	81402971
81. [illegible]	81211363

Primo Soares

2017010645

2



EM BRANCO

NOME COMPLETO		MATRICULA
82. Augusto Alente Alago		83233342
83. Sônia Sampaio		81501739
84. Karina		81400964
85. Mariana		81400156
86. Lúcia		81401795
87. Ana S. Paga		8140372
88. Luciana Brito		81501311
89. Hugo		81401725
90. Kelli		81312057
91. Carlos Roberto		2016020955
92. André Siqueira		81401277
93. Ana Paula		81211165
94. João		90160423665
95. Hugo		20160106113
96. Liane Cardoso		20170049658
97. Paulo		
98. Liane		
99. Liane		
100. Alana Mizeira		
101. Liane		
102. Liane		
103. Pedro Carlos		20170050610
104. Emerson Raimundo Santos Silva		2017022354
105. Emerson Medeiros		20170050755
106. Emerson Medeiros		20170051534
107. Danilo Soares		20170122333
108. Liane		20170050755
109. Ronaldo Nery		20170061973
110. Ana Paula Lima		20170048837
111. Liane		20170047894
112. Douglas Amelino		2017006334
113. Tânia Lora Miranda		20170002918
114. DAVI COPPEIA JOE CRUZ		
115. Liane		
116. Liane		81500124
117. Mirella Gino		81500436
118. Romário		81500980
119. Maria Augusta		81500907
120. Griz V. B. Souza		81501473
121. Cristiane Oliveira		81500509
122. Liane		81500209
123. Redy		81500542
124. Alvaro		20170069550
125. Eduardo F. L.		
126. Liane		107.248 7349
127. Liane		81501474
Marcos Vinícius		20170036291
D. R. R. R.		81500849
Ygor Kohn Wier		81400891

332
8

FLS

UFPB

23.02.18
UFPB

LEWIS & CLARK

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PU



PROCESSO 23074.017712/2018-37

JOÃO PESSOA (PB), 13 DE ABRIL DE 2018

À: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PU



Prezada Comissão,

Após análise do presente procedimento administrativo, encaminho o mesmo para apensar ao processo da Licitação.

Atenciosamente,



João Marcelo Alves Macedo
Prefeito Universitário
Mat. SIAPE: 25692565

EM BRANCO

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A)



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23074.058505/2017-51

OBJETO: Registro de preço preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III e IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 19/04/2018 às 09:30.

MARMITARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.472.693/0026-99, com matriz na Praça Victorio Costacurta, nº. 20, Centro, em Sales Oliveira/SP, CEP nº. 14.660-000, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, oferecer **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018**, nos termos do artigo 18 do Decreto Federal nº. 5450/2005, pelas razões de fato e de direito a seguir.

1- DOS FATOS

A Universidade Federal da Paraíba – UFPB, por meio da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária, tornou público que realizará licitação para Registro de Preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica,



do tipo menor preço global anual por grupo, cujo objeto é o registro de preço para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III e IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba.

Todavia, após análise do ato convocatório e seus anexos, foram encontrados alguns equívocos que, involuntariamente, macularam o edital, necessitando de alteração e consequente reabertura do prazo para apresentação da documentação e propostas.

2- PRELIMINARMENTE

2.1- DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, oportuno assinalar que a presente impugnação é tempestiva, pois foi protocolada mais de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qual seja 19 de abril de 2018.

2.2 - DA LEGITIMIDADE

Nos termos do artigo 41, §1º da Lei nº. 8.666/93, "*qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação (...)*".

Nesse mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça preconiza que a legitimidade para impugnar edital licitatório é conferida a qualquer cidadão ou pessoa jurídica.

Vejamos tal entendimento:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO
REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO.
SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE BANCA DE



ADVOGADOS.IMPUGNAÇÃO DO EDITAL. ESCRITÓRIO NÃO PARTICIPANTE DO CERTAME. IRRELEVÂNCIA. LEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA. ART. 41, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRECEDENTES DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA ADEQUADAMENTE FIXADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.1. Extrai-se do art. 41, § 1º, da Lei 8.666/93, que a legitimidade ativa para impugnar edital licitatório é conferida a qualquer cidadão ou pessoa jurídica. 2. A lei adotou e não poderia ser diferente, critério mais alargado de legitimidade ativa para contestar a validade do instrumento convocatório. Afinal, em se tratando de processo licitatório, estão em jogo não só os interesses jurídicos e econômicos imediatamente aferíveis, mas, sobretudo, a observância do princípio da legalidade e do interesse público envolvido. Nesse sentido: AgRg no MS 5963/DF, Primeira Seção, Rel. p/ acórdão Min. JOSÉ DELGADO, DJ 3/9/2001).3. A fixação da verba honorária está, no caso concreto, em harmonia com as balizas elencadas no art. 20, § 3º, do CPC.4. Agravo regimental não provido".(STJ, AgRg no Ag 1414630/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 11/02/2014).

Assim, não há dúvidas quanto a legitimidade.

3- DAS RAZÕES QUE MOTIVARAM A IMPUGNAÇÃO

3.1 – DA DATA INCORRETA DA SESSÃO PÚBLICA

No site www.prefeitura.ufp/cpl/pregaoEletronico.html consta que a data da licitação é 19/04/2018, entretanto, no Edital consta a data 02/04/2018.

Assim, pode haver lesão a competitividade, visto que empresas podem deixar de participar da licitação acreditando que já ocorreu, em razão da previsão de data antiga no Edital.



Portanto, a data do Edital deve ser retificada, afim de prever a data correta 19/04/2018, permitindo a participação de todos os licitantes interessados e observando a competitividade.

3.2 - VEDAÇÃO DE OFERECIMENTO DE PREÇO UNITÁRIO SUPERIOR ÀQUELES ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA CADA ITEM DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (QUADRO 01), CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) – Item 2.2 do Edital.

A vedação em questão não encontra respaldo no artigo 48, inciso II da Lei nº. 8.666, visto que só podem ser desclassificadas as propostas com valor global superior ao limite estabelecido.

Nesse sentido, cabe transcrever o seguinte excerto, extraído do Voto condutor do Acórdão n. 159/2003 – Plenário/TCU, da lavra do Ministro Benjamin Zymier:

"O inciso II claramente trata da desclassificação de propostas apresentadas com preços globais acima do limite estabelecido no edital. Este dispositivo, assim como os outros, não menciona custos ou preços unitários. Ou seja, é possível, açodadamente, concluir que a desclassificação de proposta formada por valor global aceitável e custos unitários superfaturados não possui respaldo legal. Não me parece, no entanto, que esta seja a melhor interpretação. Explico.

Há de se distinguir os graus de discrepância existentes entre os custos unitários ofertados pelos licitantes e os custos unitários cotados pela Administração. Em uma licitação onde o objeto é composto pela execução de vários serviços – como é o caso das adutoras do Alto Sertão e Sertaneja –, é evidente que alguns deles apresentarão preços unitários acima dos fixados pela Administração. O ponto, então, é saber a magnitude dessa diferença, e, ainda, os seus reflexos sobre a execução. Nos casos em que a discrepância é razoável, normal, não há de se falar em



desclassificação de propostas. Não fosse assim, quer dizer, se qualquer sobrepreço em custos unitários autorizasse a desclassificação das propostas, seria difícil para a Administração contratar obras de grande porte, formadas pela execução de numerosos serviços. É tendo por bases esses casos, os de discrepância razoável em custos unitários, que a Lei nº 8.666/93, por meio dos artigos que citei, não estabelece a obrigatoriedade de desclassificação em virtude de custos unitários."

Portanto, tal vedação deveria ser retirada do Edital.

Entretanto, caso esse não seja o entendimento, o item em questão deve, pelo menos, ser interpretado à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, em conjunto com os outros dispositivos do instrumento convocatório e com a Lei n. 8.666/1993, segundo a qual:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Nesse sentido, a jurisprudência:

TC-025.560/2011-5

Natureza: Representação.

Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.

Interessada: JM Terraplenagem e Construções Ltda. (CNPJ n. 24.946.352/0001-00).



SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTE. DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DA EMPRESA REPRESENTANTE. OITIVA DA ENTIDADE E DA LICITANTE DECLARADA VENCEDORA. PROCEDÊNCIA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA A ANULAÇÃO DO ATO IMPUGNADO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES.

1. Não obstante a necessidade de fixação de critérios de aceitabilidade de preços unitários em licitação do tipo menor preço global, a desclassificação de proposta com base nesses critérios deve-se pautar pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. É indevida a desclassificação, fundada em interpretação extremamente restritiva do edital, de proposta mais vantajosa para a Administração, que contém um único item, correspondente a uma pequena parcela do objeto licitado, com valor acima do limite estabelecido pela entidade.

Assim, não obstante o item em questão estabeleça que é vedado o oferecimento de preço unitário superior àqueles estimados pela Administração para cada item da planilha, isso não significa que tal desclassificação deve ser automática.

Portanto, pelo exposto, que seja excluída a vedação de oferecimento de preço unitário superior àqueles estimados pela Administração para cada item da Planilha de Formação de Preços, visto que não encontra respaldo no artigo 48, inciso II da Lei nº. 8.666/93, ou, subsidiariamente, caso não seja adotado tal entendimento, que a desclassificação por esse motivo não seja feita de modo automático, mas sim observando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3.3 – “CABERÁ AO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES NELA



ESTABELECIDAS, OPTAR PELA ACEITAÇÃO OU NÃO DO FORNECIMENTO, DESDE QUE ESTE FORNECIMENTO NÃO PREJUDIQUE AS OBRIGAÇÕES ANTERIORMENTE ASSUMIDAS COM O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES" (Item 3.2 do Edital).

O artigo 22, parágrafo 2º do Decreto nº. 7.892/2013 prevê que:

"Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador e órgãos participantes".

Assim, o Item em questão deve ser retificado, substituindo o termo "obrigações anteriormente assumidas (...)" por "obrigações presentes e futuras decorrentes da ata", para que fique em consonância com a legislação, sem deixar brechas para eventuais questionamentos ou interpretações variadas.

3.4 – "COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO, OU COM O ITEM PERTINENTE, INCLUSIVE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS FORNECIDOS POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, DEVIDAMENTE AVERBADO(S) NO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTA DA JURISDIÇÃO ONDE FORAM EXECUTADAS AS ATIVIDADES, NA FORMA ESTABELECIDADA NA RESOLUÇÃO Nº. 510/2012 DO CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO" (Item 9.6.2 do Edital).

Apesar de ser devidamente cabível a exigência em questão, o termo Averbação não foi utilizado corretamente, visto que se tratando do Conselho Regional de Nutricionista da jurisdição onde foram executadas as atividades, o termo deveria ser Registro.



Nesse sentido, o artigo Artigo 1º da Resolução nº. 510/2012 do Conselho Federal de Nutrição:

Art. 1º. O registro de Atestado para a Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividade nas áreas de Alimentação e Nutrição, previsto na lei geral de licitações, para fins de demonstração de qualificação técnica decorrente do desempenho de atividades, será feito no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) com jurisdição no local onde os serviços foram executados.

Sendo que o termo Averbação é utilizado em referência a locais em que os serviços não foram executados, ou seja, não é o caso previsto no Edital, que se refere ao CRN da jurisdição onde foram executadas as atividades.

Portanto, no Item 9.6.2 do Edital perfeitamente cabível a substituição do termo Averbação (referente a locais em que os serviços não foram executados) por Registro (referente a jurisdição onde foram executadas as atividades), afim de sanar tal contradição, que pode gerar a desclassificação indevida de licitantes.

3.5 – “OS REFERIDOS ATESTADOS DEVERÃO COMPROVAR, AINDA, QUE O LICITANTE DETÉM EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) ANOS NA EXECUÇÃO DE OBJETO SEMELHANTE AO DESTE CERTAME, SENDO PERMITIDO, PARA ESTE FIM, O SOMATÓRIO DOS ATESTADOS”.

“OS REFERIDOS ATESTADOS REFERIR-SE-ÃO A CONTRATOS JÁ CONCLUÍDOS OU JÁ DECORRIDO NO MÍNIMO UM ANO DO INÍCIO DE SUA EXECUÇÃO, EXCETO SE HOUVER SIDO FIRMADO PARA SER EXECUTADO EM PRAZO INFERIOR, APENAS ACEITO MEDIANTE DECLARAÇÃO DA CONTRATANTE” (Itens 9.6.2.2 e 9.6.2.3 do Edital).

Quanto a exigência de comprovação da empresa licitante possuir experiência mínima de três anos e de atestados que comprovem o mínimo de



um ano de execução, a lei é taxativa ao vedar limitações de tempo, no artigo 30, §1º, inciso I e §5º, da Lei nº. 8.666/93, vejamos:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação".

Ainda, no mesmo artigo é previsto que a documentação relativa a qualificação técnica limita-se à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (artigo 30, inciso II da Lei nº. 8.666/93).



Assim, por tratar-se de objeto que será executado em doze meses, é desproporcional exigir-se a demonstração de aptidão referente a três anos, ou seja, três vezes maior do que o prazo do objeto da licitação.

Portanto, tais exigências ferem ao princípio da legalidade, pois contrariam o previsto na Lei 8.666/93, não podendo a Administração exigir algo não previsto em lei.

Outrossim, há restrição do caráter competitivo da licitação, excluindo licitantes que poderiam cumprir o objeto do certame perfeitamente, afrontando o artigo 3º, §1º, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, in verbis:

"§1º - É vedado aos agentes públicos:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº. 8.248, de 23 de outubro de 1991".

Não obstante, tais requisitos também ferem o Princípio da Isonomia, pois dá preferência a empresas antigas, boicotando as novas.

Só para efeito de elucidação, tal princípio é previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:



XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Portanto, deve-se reconhecer que tais exigências ferem os princípios da legalidade, da isonomia e restringem o caráter competitivo da licitação.

Assim, é imprescindível que não sejam mais exigidos atestados de contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano de sua execução, bem como comprovação da licitante possuir experiência mínima de 3 (três) anos.

3.6 – “O LICITANTE ENQUADRADO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL QUE PRETENDA AUFERIR OS BENEFÍCIOS DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 123, DE 2006, ESTARÁ DISPENSADO (A) DA PROVA DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE CONTRIBUÍNTES ESTADUAL E MUNICIPAL E (B) DA APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO” (Item 9.7 do Edital).

É previsto no artigo 1.179, parágrafo 2º do Código Civil que o pequeno empresário estaria dispensado da exigência de seguir um sistema de contabilidade e levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Sendo oportuno mencionar que a figura do pequeno empresário é também considerado Microempreendedor Individual – MEI, ou empresário individual, nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar 123/06.



Entretanto, apesar da dispensa expressa no parágrafo 2º do art. 1.179 do Código Civil, pelo princípio da especificidade, para fins de habilitação em licitação, aplicam-se as disposições constantes da Lei 8.666/93, que não dispensa a apresentação do balanço patrimonial.

Desse modo, embora o Microempreendedor Individual possa adotar modelo de contabilidade simplificada, o dispositivo legal citado não dispensa a apresentação do balanço patrimonial para fins de habilitação em licitações.

A única exceção se dá para os casos de habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, conforme prevê o art. 3º do Decreto 8.538/2015:

"Art. 3º Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social."

Assim, devemos observar o estabelecido no § 4º do art. 40. da Lei 8.666/93, que considera compra para entrega imediata aquelas com prazo de entrega de até trinta dias:

"§ 4º Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta, poderão ser dispensadas"

Sendo oportuno dizer que não há como enquadrar Registro de Preços como fornecimento de pronta entrega ou entrega imediata, já que as licitações realizadas dessa maneira têm por objeto a realização de contratações futuras, conforme verifica-se das definições trazidas pelos incisos I e II do art. 2º do Decreto nº 7.892/2013:



"I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;"

Deve-se ainda observar que, nos termos do art. 12 do Decreto 7.892/2013, o prazo de validade da Ata pode ser de até doze meses, o que combinado com as hipóteses de adoção do Sistema de Registro de Preços, definidas no art. 3º do Decreto 7.892/2013, especialmente nos incisos I e II (contratações frequentes e entregas parceladas), acaba por inviabilizar a ideia de considerar as contratações efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços como pronta entrega ou entrega imediata.

A impossibilidade de efetuar de registro de preços para contratação de pronta entrega ou entrega imediata pode ser corroborada pelo entendimento do TCU nos Acórdãos 113/2014 e 2241/2013, ambos do Plenário:

"Atenta contra os princípios da razoabilidade e da finalidade o ente público ("órgão gerenciador", nos termos do art. 1º, parágrafo único, III, do Decreto Federal nº 3.931/2001) valer-se do sistema de registro de preços para celebrar contrato com objeto absolutamente idêntico ao da ata que lhe deu origem, isto é, constituir uma ata de registro de preços para simplesmente firmar contrato pela totalidade do valor da ata" (Acórdão 113/2014 – Plenário).

"atente para as condições expressas no art. 2º do Decreto nº 3.931/2001, de forma a não utilizar sistema de registro de preços quando as peculiaridades do objeto a ser executado, sua



localização e ambiente de implementação indiquem que só será possível uma única contratação" (Acórdão 2241/2013-Plenário).

Portanto, se não é possível firmar um único contrato para adquirir a totalidade do objeto registrado, não há como considerar a contratação como sendo de pronta entrega ou entrega imediata.

Assim, por todo o exposto, o Item 9.7 do Edital deve ser retificado, afim de exigir a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício para Microempreendedor Individual.

3.7 – "CASO A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA SEJA OFERTADA POR MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU SOCIEDADE COOPERATIVA EQUIPARADA, E UMA VEZ CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE ALGUMA RESTRIÇÃO NÃO-FISCAL, A MESMA SERÁ CONVOCADA PARA, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, APÓS A DECLARAÇÃO DO VENCEDOR, COMPROVAR A REGULARIZAÇÃO. O PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUANDO REQUERIDA PELO LICITANTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA" (Item 9.12 do Edital).

O artigo 42 da Lei Complementar 123/2006 prevê que:

"Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato".

Assim, onde está prevista restrição não-fiscal, deve ser feita uma retificação pois trata-se de restrição fiscal, nos termos do artigo supracitado, afim de evitar futuras alegações de licitantes para se beneficiarem de tal controvérsia.

3.8 – "APRESENTAR PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DEVIDAMENTE AJUSTADA AO LANCE VENCEDOR, EM

CONFORMIDADE COM O MODELO ANEXO A ESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO" (Item 12.1.2 do Edital).

De acordo com o item em questão, a empresa vencedora deverá apresentar planilha de custo e formação de preços, conforme modelo em anexo, entretanto no Edital não há qualquer modelo.

Existe apenas uma planilha em que são previstos os preços cotados pela Administração (Anexo XIII), sendo inclusive tal planilha abrangida no Modelo de Carta Proposta (Anexo VII).

Assim, deveria ser previsto modelo de planilha de custos e formação de preços, nos termos do Item 12.1.2 do Edital.

3.9 - DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NA RESIDÊNCIA FEMINA UNIVERSITÁRIA ELISABETH TEIXEIRA (Item 4.3.2 e Tabela de Quantitativo Máximo Estimado de Refeições - Anexo I - Termo de Referência).

No Item 4.3.2 do Anexo I - Termo de Referência é previsto que:

"As refeições de desjejum e lanche noturno dos discentes das Residências Universitárias dos Campus I serão elaboradas nas dependências da CONTRATANTE, sendo as refeições produzidas nos Restaurantes Universitárias e depois transportadas para serem distribuídas nas respectivas Residências:

Residência Universitária Masculina e Feminina - (RUMF), situada na Cidade Universitária, S/N - Castelo Branco - João Pessoa - PB - CEP: 58.051-900.

Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET), localizada na Rua Diogo Velho, nº. 231, Centro, João Pessoa - PB - CEP: 58013-110".

Q



Entretanto, na Tabela de Quantitativo Máximo Estimado de Refeições não há qualquer previsão quanto a Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira, muito menos quanto ao seu número de comensais.

Assim, tal questão dificulta a elaboração da proposta, visto que não há qualquer previsão quanto tal local e o seu número de comensais.

Portanto, deve ser prevista a quantidade de comensais referente a Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET), afim de possibilitar a devida elaboração da proposta.

3.10 - DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS UNIDADES DE CTDR MANGABEIRA, CCJ SANTA RITA E CCAE MAMANGUAPE (Itens 4.3.4 e 4.3.5 e Tabela de Quantitativo Máximo Estimado de Refeições – Anexo I – Termo de Referência).

No Item 4.3.4 do Anexo I – Termo de Referência é previsto que:

"A contratante poderá solicitar a implantação de fornecimento de refeições transportadas (almoço e jantar) para as Unidades Acadêmicas de Mangabeira e Santa Rita, sendo estas produzidas no Restaurante Universitário do Campus I".

No Item 4.3.5 do Anexo I – Termo de Referência é previsto que:

"A contratante poderá, também, solicitar fornecimento de refeições para Unidade Acadêmica de Mamanguape. O serviço dar-se-á por produção e distribuição no Restaurante Universitário de Mamanguape, ou por refeições transportadas, produzidas no Restaurante Universitário do Campus IV- Unidade Acadêmica de Rio Tinto".

Entretanto, na Tabela de Quantitativo Máximo Estimado de Refeições não há qualquer previsão quanto ao número de comensais dos locais supracitados.

Assim, tal condição dificulta a elaboração da proposta, visto que não há qualquer previsão quanto ao número de comensais, bem como sua frequência.

Ainda, sequer pode haver tal fornecimento, em razão da previsão "poderá".

Portanto, deve ser prevista a quantidade de comensais e a frequência referentes as unidades de CTDR Mangabeira, CCJ Santa Rita e CCAE Mamanguape, afim de possibilitar a devida elaboração da proposta.

3.11 – "ATUALMENTE O CAMPUS IV – UNIDADE DE RIO TINTO ATENDE AOS ESTUDANTES SOMENTES NAS REFEIÇÕES DE ALMOÇO E JANTAR, AS DEMAIS REFEIÇÕES SERÃO INSERIDAS IMEDIATAMENTE APÓS A IMPLANTAÇÃO DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA" (Item 4.5.2 do Termo de Referência – Anexo I).

A previsão acima causa incerteza no momento da elaboração da proposta, visto que não é informada uma previsão de quando haverá a implantação da Residência Universitária e uma estimativa de comensais que serão abrangidos nesse caso.

Assim, deveria ser prevista uma estimativa do início de tal serviço, bem como uma estimativa da quantidade de comensais que abrangerá, afim de possibilitar a devida elaboração da proposta.

3.12 – "RESPONSABILIZAR-SE PELA AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA DE FUNCIONAMENTO DE CADA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, EM NOME DA LICITANTE E EXPEDIDO PELA AUTORIDADE SANITÁRIA COMPETENTE" (Item 7.6 do Anexo I–Termo de Referência).



A exigência em questão somente mostra-se razoável quando a contratante já apresenta condições locais possíveis de autorização sanitária, ou seja, quando apenas necessitam-se de algumas reparações, não reformas drásticas.

Entretanto, os locais em questão apresentam diversas irregularidades sanitárias, que provavelmente acarretarão na impossibilidade de obtenção de Autorização Sanitária de Funcionamento.

Sendo oportuno ressaltar, que atualmente sequer há informações sobre a existência de alvarás dos locais.

Assim, o Item 7.6 deve ser revisado/excluído, em razão da impossibilidade de obtenção de Autorização Sanitária de Funcionamento, não podendo a contratada se responsabilizar por grandes reformas e mudanças de engenharia no prédio da contratante.

3.13 – DA INEXISTÊNCIA DO ANEXO X – QUADRO MÍNIMO DE PESSOAL PARA CADA UNIDADE (Item 7.15.1 do Anexo I – Termo de Referência).

O Item 7.15.1 do Edital prevê:

" Manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo, de modo a cumprir plenamente as obrigações contratuais assumidas, conforme determinação legal, e em número suficiente para suprir a quantidade de refeições produzidas e atender ao desenvolvimento de todas as atividades descritas na Termo de Referência, conforme recomendação do ANEXO X – QUADRO MÍNIMO DE PESSOAL PARA CADA UNIDADE".

Entretanto, no Anexo X, a que faz referência esse Item, é previsto o "Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto".



Assim, deveria ser suprida tal omissão prevendo efetivamente o Anexo X, nos termos do Item 7.15.1 ou retirando tal previsão do Item em questão.

3.14 – DA OBSCURIDADE EM RELAÇÃO AO TERMO “ÁREA EXTERNA”, REFERENTE A HIGIENIZAÇÃO (Item 7.19.4 do Anexo I – Termo de Referência).

No Item 7.19.4 do Edital é previsto:

“Proceder à higienização adequada da área interna (pisos, ralos, paredes, janelas, etc.) e área externa, inclusive instalações sanitárias dos empregados, bem como, dependências vinculadas ao serviço”.

O Item em questão deixa dúvidas em relação ao dimensionamento da área externa. O que seriam dependências vinculadas aos serviços? A área externa abrange mais especificamente quais locais?

Assim, deve ser devidamente esclarecido o dimensionamento e quais locais são abrangidos pela área externa, prevista no Item 7.19.4, afim de permitir a devida elaboração do custo referente à sua higienização.

3.15 – DA INEXISTÊNCIA DO ANEXO X (Item 9.10 do Anexo I – Termo de Referência).

No Item 9.10 do Anexo I – Termo de Referência é previsto:

“Os cardápios para cada refeição deverão ser elaborados de acordo com composição e especificações relacionados nos quadros abaixo e conforme Anexo X.

Entretanto, no Anexo X, a que faz referência esse Item, é previsto o “Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto”.



Assim, deveria ser suprida tal omissão prevendo efetivamente o Anexo X, nos termos do Item 9.10 ou retirando tal previsão do Item em questão.

3.16 – DA EXIGÊNCIA DE 02 OPÇÕES DE PRATO PROTÉICO NO ALMOÇO E NO JANTAR PARA QUE USUÁRIO OPTE POR UMA DELAS (Relação de gêneros e produtos alimentícios – Páginas 28 e 29 do Anexo I – Termo de Referência).

O Edital prevê que deverão ser disponibilizadas duas opções de prato proteico, diariamente, no almoço e no jantar, sendo uma preparação cozida e outra, frita ou assada, devendo o usuário optar por uma delas.

Ocorre que, devem ser disponibilizadas as duas opções a todos os usuários e a opção não escolhida deverá ser descartada, caracterizando sem dúvidas um desperdício desnecessário.

Assim, sugerimos que nesse caso, seja feita uma apuração da escolha dos comensais preliminarmente, por exemplo com algum tipo de lista, para que possam ter as duas opções, mas evitar o desperdício da opção que não for escolhida.

3.17 – DA CONTRADIÇÃO ENTRE OS “PER CAPITAS” E AS FREQUÊNCIAS PREVISTAS NA RELAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E QUADRO DE PLANEJAMENTO SEMANAL DE CARNES (PÁGINAS 31/ 34 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA) E NA RELAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (ANEXO XIV).

Analisando-se os “per capita” e as frequências previstas na Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e Quadro de Planejamento Semanal de Carnes (Páginas 31/34 do Anexo I – Termo de Referência) e as previstas na Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios (Anexo XIV), constata-se que elas estão diferentes.



Por exemplo, na página 32 do Anexo I – Termo de Referência o “per capita” do coxão mole bovina é 150g, enquanto na página 1 do Anexo XIV o “per capita” do bife de carne bovina é 80g, enquanto a frequência de um é 2X por semana e a do outro 6X de frequência máxima mensal.

Assim, deve ser esclarecido quais “per capitas” e frequências devem ser considerados diante da contradição da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e Quadro de Planejamento Semanal de Carnes (Páginas 31/34 do Anexo I – Termo de Referência) e da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios (Anexo XIV).

3.18 – DA CONTRADIÇÃO EM RELAÇÃO AOS DIAS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - RELAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E QUADRO DE PLANEJAMENTO SEMANAL DE CARNES (PÁGINAS 31/ 34 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA) E PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (ANEXO XIII).

Ao analisar a frequência prevista na Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e Quadro de Planejamento Semanal da Carnes é possível chegar à conclusão que as refeições serão fornecidas 7X nas semanas.

Entretanto, na Planilha de Custos e Formação de Preços é previsto que o ano letivo compreende 200 dias.

Assim, deve ser esclarecido e devidamente previsto no Edital qual a quantidade de dias deve ser considerada: 5 dias ou 7 dias na semana, afim de possibilitar a elaboração do custo.

3.19 – QUE SEJA PREVISTA DE MANEIRA MAIS CLARA COMO SERÁ REALIZADO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS.

O Item 7.20.1 do Edital prevê:



"Assinar, assim que iniciar a prestação do serviço, recibo relativo a todo material disponibilizado pela CONTRATANTE: mobiliários, equipamentos e utensílios conforme discriminação do inventário elaborado pela CONTRATANTE".

Entretanto, também é previsto no Edital que a contratada deve ser responsabilizar por equipar os refeitórios com mobiliário, bem como disponibilizar alguns utensílios (Itens 7.20.4 e 7.20.5 do Anexo I – Termo de Referência).


Assim, deveria ser prevista de maneira mais clara, a descrição dos mobiliários, equipamentos e utensílios que a Contratante irá disponibilizar, afim de permitir a elaboração do custo.

3.20 – DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO NO CRN DA REGIÃO EM QUE O CONTRATO IRÁ VIGORAR NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO (Item 15.2.3 do Edital).

A exigência de apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato irá vigorar no momento da contratação do serviço, está em desacordo com o previsto na Resolução CFN nº. 510/2012 do CRN. Vejamos.

No artigo 8º, parágrafo 2º, inciso II da CFN nº. 510/2012 do CRN é previsto que:

Art. 8º Quando a pessoa jurídica necessitar participar de licitação, na jurisdição de CRN em que não desenvolve atividade, não se exigirá seu registro no CRN do local da realização da licitação. O atestado poderá ser averbado no CRN do local onde os serviços serão executados, se o Edital assim o exigir, com chancela na forma constante do Anexo V.





§ 2º. A pessoa jurídica que venha a vencer a licitação fica obrigada a, no prazo máximo 30 (trinta) dias:

II - Tratando-se de pessoa jurídica não registrada no Conselho Regional de Nutricionistas do local onde se realizarão os serviços, deverá providenciar a sua regularização junto a esse CRN, na forma das normas do CFN;

Assim, a exigência de apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato irá vigorar só pode ser requerida pela pessoa jurídica que vencer a licitação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ora há todo um procedimento interno com prazos determinados pelo CRN para aquisição do referido documento. Assim, a exigência do edital do documento no momento da contratação se mostra inviável tendo em vista que não há tempo hábil, devendo estar descrito no Edital que deve ser apresentado depois dos prazos estabelecidos pelo CRN.

Portanto, o Item 15.2.3 deve ser retificado, afim de exigir a apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato vigorar apenas após o prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, parágrafo 2º, inciso II da CFN nº. 510/2012 do CRN.

3.21 – DEMAIS DOCUMENTOS DESCRITOS EM ITEM PRÓPRIO DO EDITAL (Item 15.2.5 do Anexo I -Termo de Referência).

Não resta claro quais são os demais documentos descritos em Item Próprio do Edital, acarretando dúvidas aos licitantes, que podem deixar de apresentar documentos necessários e serem desclassificados indevidamente em razão de tal previsão obscura.

Portanto, devem ser previstos quais são os "demais documentos descritos em item próprio do Edital" de maneira clara.



3.22 – ESCLARECIMENTOS REFERENTES A MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (ANEXO XI).

Deve ser esclarecido se a Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira (Anexo XI) será apresentada no momento da habilitação ou no momento da contratação.

Ademais, deve ser esclarecido se há exigência de algum banco específico referente a tal Anexo.

3.23 – ESCLARECIMENTOS REFERENTES AO MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COM A INICIATIVA PRIVADA (ANEXO XII).

Deve ser esclarecido em relação a esse anexo se para efeitos de valor do contrato deve ser considerado o valor desde o início de sua vigência ou o valor de sua última prorrogação?

Por exemplo, se um contrato teve início em 2012, em 2013 foi prorrogado por mais doze meses, até 2014. Deve ser considerado o lapso temporal de 2012-2014 para calcular o valor total do contrato ou apenas o último termo aditivo de 2013-2014?

Ainda, deve ser considerado o valor total dos contratos (desde o início de sua vigência) ou apenas o valor que a empresa ainda irá receber, ou seja, o valor residual? Caso seja o valor residual, ele deve ser calculado a partir da data da Sessão Pública ou de outra data diversa?

Portanto, perfeitamente cabíveis tais esclarecimentos referentes ao Anexo XII, afim de possibilitar sua devida elaboração.

4 – CONCLUSÃO



Ante o exposto, em que pese o respeito por Vossa Senhoria, insurge-se o impugnante almejando:

- a) Que a data do Edital seja retificada, afim de prever a data correta 19/04/2018, permitindo a participação de todos os licitantes interessados e observando a competitividade.
- b) Que seja excluída a vedação de oferecimento de preço unitário superior àqueles estimados pela Administração para cada item da Planilha de Formação de Preços (Item 2.2 do Edital), visto que não encontra respaldo no artigo 48, inciso II da Lei nº. 8.666/93, ou, subsidiariamente, caso não seja adotado tal entendimento, que a desclassificação por esse motivo não seja feita de modo automático, mas sim observando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- c) Que o Item 3.2 do Edital seja retificado, substituindo o termo "obrigações anteriormente assumidas (...)" por "obrigações presentes e futuras decorrentes da ata", para que fique em consonância com a legislação (artigo 22, parágrafo 8º do Decreto nº. 7.892/2013, sem deixar brechas para eventuais questionamentos ou interpretações variadas.
- d) Que o Item 9.6.2 do Edital seja retificado, substituindo o termo Averbação (referente a locais em que os serviços não foram executados) por Registro (referente a jurisdição onde foram executadas as atividades), afim de sanar tal contradição, que pode gerar a desclassificação indevida de licitantes.
- e) Que não sejam mais exigidos atestados de contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano de sua execução, bem como comprovação da licitante possuir experiência mínima de 3 (três) anos (Itens 9.6.2.2 e 9.6.2.3 do Edital).



- f) Que o Item 9.7 do Edital seja retificado, afim de exigir a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício para o Microempreendedor Individual.
- g) Que seja retificado o Item 9.12 do Edital, para que onde está prevista restrição não-fiscal, conste restrição fiscal, visto que o artigo 42 da Lei Complementar 123/2006 trata de tal restrição, evitando, assim, futuras alegações de licitantes para se beneficiarem de tal controvérsia.
- h) Que seja previsto modelo de planilha de custos e formação de preços, nos termos do Item 12.1.2 do Edital.
- i) Que seja prevista a quantidade de comensais referente a Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET), afim de possibilitar a devida elaboração da proposta (Item 4.3.2 do Anexo I – Termo de Referência).
- j) Que seja prevista a quantidade de comensais e a frequência referente as unidades de CTDR Mangabeira, CCJ Santa Rita e CCAE Mamanguape, afim de possibilitar a devida elaboração da proposta (Itens 4.3.4 e 4.3.5 do Anexo I – Termo de Referência).
- k) Que seja prevista uma estimativa do início da implantação da Residência Universitária na unidade de Rio Tinto, bem como uma estimativa da quantidade de comensais que abrangerá, afim de possibilitar a devida elaboração da proposta (Item 4.5.2 do Anexo I – Termo de Referência).
- l) Que o Item 7.6 seja revisado/excluído, em razão da impossibilidade de obtenção de Autorização Sanitária de



Funcionamento, não podendo a contratada se responsabilizar por grandes reformas e mudanças de engenharia no prédio da contratante.

- m) Que seja suprida omissão prevendo efetivamente o Anexo X, nos termos do Item 7.15.1 ou retirando tal previsão do Item em questão.
- n) Que seja devidamente esclarecido o dimensionamento e quais locais são abrangidos pela área externa, prevista no Item 7.19.4, afim de permitir a devida elaboração do custo referente à sua higienização.
- o) Que seja suprida omissão prevendo efetivamente o Anexo X, nos termos do Item 9.10 ou retirando tal previsão do Item em questão.
- p) Que, com relação a exigência de duas opções de prato proteico diariamente, no almoço e no jantar, para que o usuário opte por uma delas, seja feita uma apuração preliminar de qual irá escolher, por exemplo através de lista, para evitar o desperdício da opção que não for escolhida.
- q) Que seja esclarecido quais "per capita" e frequências devem ser considerados diante da contradição da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e Quadro de Planejamento Semanal de Carnes (Páginas 31/34 do Anexo I – Termo de Referência) e da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios (Anexo XIV).
- r) Que seja esclarecido e devidamente previsto no Edital qual a quantidade de dias deve ser considerada: 5 dias ou 7 dias na semana, afim de possibilitar a elaboração do custo.



- s) Que seja prevista de maneira mais clara a descrição dos mobiliários, equipamentos e utensílios que a Contratante irá disponibilizar, afim de permitir a elaboração do custo.
- t) Que o item 15.2.3 seja retificado, afim de exigir a apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato vigorar apenas após o prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, parágrafo 2º, inciso II da CFN nº. 510/2012 do CRN.
- u) Que sejam previstos quais são os "demais documentos descritos em item próprio do Edital" de maneira clara (Item 15.2.5 do Edital).
- v) Que seja esclarecido se a Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira (Anexo XI) será apresentada no momento da habilitação ou no momento da contratação e se há exigência de algum banco específico.
- w) Que sejam feitos esclarecimentos em relação ao valor total do contratos que deverá ser informado no Anexo XII.

A fim de que o edital do Pregão Eletrônico nº.006/2018 seja retificado com vistas a sua adequação aos preceitos da lei.

Nestes termos, pede deferimento.

Sales Oliveira/SP, 13 de abril de 2018

MARMITARIA EIRELI



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 006/2018.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO
PEDIDO ENCAMINHADO VIA E-MAIL

A Empresa MARMITARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.472.693/0026-99, e endereço na Praça Victoria Costacurta, nº 20, Centro, no município de Sales Oliveira (SP) apresentou manifestação de Impugnação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 006/2018 (o inteiro teor pode ser encontrado na página da CPL-PU, cujo endereço eletrônico é o seguinte: http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_SRP_006_2018_Impugnacao_MARMITARIA.zip), nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A licitação está convocada para o dia 19/04/2018 e finda em 17/04/2018 o prazo para apresentação de Recursos de Impugnação, nos termos do Art. 41, § 2º da Lei 8666/93. Assim, esta impugnação é tempestiva, impondo-se seu conhecimento.

2. RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação visa ALTERAR as peças editalícias em epígrafe ante



o reconhecimento da necessidade da correção de desarmonias apresentadas, como pontos de inconformidade por parte da Impetrante, em apertada síntese, no que se segue:

1. DA DATA INCORRETA DA SESSÃO PÚBLICA: A data da licitação é 19/04/2018, entretanto, no Edital consta a data 02/04/2018;
2. DA VEDAÇÃO DE OFERECIMENTO DE PREÇO UNITÁRIO SUPERIOR ÀQUELES ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA CADA ITEM DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS: só podem ser desclassificadas as propostas com valor global superior ao limite estabelecido;
3. O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODE OPTAR PELA ACEITAÇÃO OU NÃO DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS: Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações assumidas;
4. COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, INCLUSIVE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DEVIDAMENTE AVERBADOS: O termo "Averbação" não foi utilizado corretamente, visto que se tratando do Conselho Regional de Nutricionista da jurisdição onde foram executadas as atividades, o termo deveria ser "Registro";
5. OS REFERIDOS ATESTADOS DEVERÃO COMPROVAR, AINDA, QUE O LICITANTE DETÉM EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) ANOS NA EXECUÇÃO DE OBJETO SEMELHANTE AO DESTE CERTAME, SENDO PERMITIDO, PARA ESTE FIM, O SOMATÓRIO DOS ATESTADOS: Supõe restrição do caráter competitivo da licitação;
6. O LICITANTE ENQUADRADO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL QUE PRETENDA AUFERIR OS BENEFÍCIOS DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 123, DE 2006, ESTARÁ DISPENSADO (A) DA PROVA DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE CONTRIBUINTES ESTADUAL E MUNICIPAL E (B) DA APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO: Apesar da dispensa expressa no parágrafo 2º do art. 1.179 do Código Civil, pelo princípio da especificidade, para fins de habilitação em licitação, aplicam-se as disposições constantes da



Lei 8.666/93, que não dispensa a apresentação do balanço patrimonial;

7. SENDO A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA OFERTADA POR MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, E UMA VEZ CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE ALGUMA RESTRIÇÃO NÃO-FISCAL, A MESMA SERÁ CONVOCADA PARA, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, COMPROVAR A REGULARIZAÇÃO: Deve-se substituir a expressão “NÃO-FISCAL” pela expressão “FISCAL”;

8. APRESENTAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DEVIDAMENTE AJUSTADA AO LANCE VENCEDOR, EM CONFORMIDADE COM O MODELO ANEXO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: no Edital não há qualquer modelo, apenas uma planilha no Anexo XIII, abrangida no Anexo VII;

9. DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NA RESIDÊNCIA FEMININA UNIVERSITÁRIA ELISABETH TEIXEIRA: A Tabela de Quantitativo Máximo Estimado de Refeições não exhibe previsão quanto a Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira, muito menos quanto ao seu número de comensais;

10. DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS UNIDADES DE CTDR MANGABEIRA, CCJ SANTA RITA E CCAE MAMANGUAPE: A Tabela de Quantitativo Máximo Estimado de Refeições não exhibe previsão quanto ao número de comensais dos locais supracitados;

11. DA POSSIBILIDADE DE O CAMPUS IV INSERIR OUTRAS REFEIÇÕES IMEDIATAMENTE APÓS A IMPLANTAÇÃO DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO LOCAL: Causa incerteza na elaboração da proposta, visto que não é informada uma previsão de quando haverá a implantação da Residência Universitária e uma estimativa de comensais que serão abrangidos nesse caso;

12. DA RESPONSABILIDADE DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA PARA FUNCIONAMENTO DE CADA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, EM NOME DA LICITANTE, A SER EXPEDIDO PELA AUTORIDADE SANITÁRIA COMPETENTE: Pressupõe que tal exigência estaria vinculada a “responsabilidade da [eventual] contratada em assumir grandes reformas e mudanças de engenharia nos locais”, que os locais em questão apresentam diversas irregularidades sanitárias, acarretando provavelmente na impossibilidade de obtenção de Autorização Sanitária de Funcionamento, não há sequer informações sobre a existência de alvarás;

13. DA INEXISTÊNCIA DO ANEXO X- QUADRO MÍNIMO DE PESSOAL PARA CADA



UNIDADE: Deveria ser suprida tal omissão;

14. DA OBSCURIDADE EM RELAÇÃO AO TERMO "ÁREA EXTERNA", REFERENTE A HIGIENIZAÇÃO: Deve ser devidamente esclarecido o dimensionamento e quais locais são abrangidos pela área externa;

15. DA INEXISTÊNCIA DO ANEXO X: A Impetrante repete exigência já citada;

16. DA EXIGÊNCIA DE 02 OPÇÕES DE PRATO PROTEICO NO ALMOÇO E NO JANTAR PARA QUE USUÁRIO OPTE POR UMA DELAS: Entende que se forem disponibilizadas as duas opções a todos os usuários e uma opção não escolhida a outra deverá ser descartada, caracterizando sem dúvidas um desperdício desnecessário;

17. DA CONTRADIÇÃO ENTRE OS "PER CAPITAS" E AS FREQUÊNCIAS PREVISTAS NA RELAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E QUADRO DE PLANEJAMENTO SEMANAL DE CARNES: Devem ser esclarecidos quais "per capita" e frequências devem ser considerados diante da contradição da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e o Quadro de Planejamento Semanal de Carnes;

18. DA CONTRADIÇÃO EM RELAÇÃO AOS DIAS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES -- RELAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E QUADRO DE PLANEJAMENTO SEMANAL DE CARNES: As refeições serão fornecidas 7X nas semanas, sendo que na Planilha de Custos e Formação de Preços é previsto que o ano letivo compreende 200 dias, devendo-se esclarecer qual a quantidade de dias deve ser considerada: 5 dias ou 7 dias na semana, a fim de possibilitar a elaboração do custo;

19. DE COMO SERÁ REALIZADO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS: Deveria ser prevista de maneira mais clara, a descrição dos mobiliários, equipamentos e utensílios que a Contratante irá disponibilizar, a fim de permitir a elaboração do custo;

20. DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO NO CRN DA REGIÃO EM QUE O CONTRATO IRÁ VIGORAR NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO: A exigência de apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato irá vigorar só pode ser requerida pela pessoa jurídica que vencer a licitação no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

21. DEMAIS DOCUMENTOS DESCRITOS EM ITEM PRÓPRIO DO EDITAL: Devem ser previstos quais são os "demais documentos descritos em item próprio do Edital" de

350
J

maneira clara;

22. DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Deve ser esclarecido se a Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira (Anexo XI) será apresentada no momento da habilitação ou no momento da contratação e se há se há exigência de algum banco específico;

23. DO MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COM A INICIATIVA PRIVADA: Deve ser esclarecido em relação a esse anexo se para efeitos de valor do contrato deve ser considerado o valor desde o início de sua vigência ou o valor de sua última prorrogação;

Solicita, por fim, o que se segue:

- a) Que a retificação da data do Edital, a fim de prever a data correta 19/04/2018;
- b) Que seja excluída a vedação de oferecimento de preço unitário superior àqueles estimados pela Administração para cada item da Planilha de Formação de Preços;
- c) Que o Item 3.2 do Edital seja retificado, substituindo o termo "obrigações anteriormente assumidas (...)" por "obrigações presentes e futuras decorrentes da ata";
- d) Que o Item 9.6.2 do Edital seja retificado, substituindo o termo "Averbação" por "Registro";
- e) Que não sejam mais exigidos atestados de contratos já concluídos ou tendo já decorrido no mínimo um ano de sua execução, bem como comprovação da licitante possuir experiência mínima de 3 (três) anos;
- f) Que o Item 9.7 do Edital seja retificado, a fim de exigir a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício para o Microempreendedor Individual;
- g) Que seja retificado o Item 9.12 do Edital, para que onde está prevista "restrição não-fiscal", conste "restrição fiscal";
- h) Que seja previsto modelo de planilha de custos e formação de preços, nos termos do Item 12.1.2 do Edital;
- i) Que seja prevista a quantidade de comensais referente a Residência



Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET), a fim de possibilitar a devida elaboração da proposta;

j) Que seja prevista a quantidade de comensais e a frequência referente as unidades de CTDR Mangabeira, CCI Santa Rita e CCAE Mamanguape, a fim de possibilitar a devida elaboração da proposta;

k) Que seja prevista uma estimativa do início da implantação da Residência Universitária na unidade de Rio Tinto, bem como uma estimativa da quantidade de comensais que abrangerá, a fim de possibilitar a devida elaboração da proposta (Item 4.5.2 do Anexo 1 - Termo de Referência);

l) Que o Item 7.6 seja revisado/excluído, em razão da impossibilidade de obtenção de Autorização Sanitária de Funcionamento, não podendo a contratada se responsabilizar por grandes reformas e mudanças de engenharia no prédio da contratante;

m) Que seja suprida omissão prevendo efetivamente o Anexo X, ou retirando tal previsão do item em questão;

n) Que seja devidamente esclarecido o dimensionamento e quais locais serão abrangidos pela área externa, a fim de permitir a devida elaboração do custo referente à sua higienização;

o) Que seja suprida omissão prevendo efetivamente o Anexo X, ou retirando tal previsão do item em questão;

p) Que a exigência de duas opções de prato proteico diariamente, no almoço e no jantar, seja substituída pela apuração preliminar de qual opção será escolhida através de uma lista;

q) Que seja esclarecido quais "per capita" e frequências devam ser considerados diante da contradição da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e Quadro de Planejamento Semanal de Carnes e da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios (Anexo XIV).

r) Que seja esclarecido e devidamente previsto no Edital qual a quantidade de dias deve ser considerada: 5 dias ou 7 dias na semana, a fim de possibilitar a elaboração do custo;

s) Que seja prevista de maneira mais clara a descrição dos mobiliários, equipamentos e utensílios que a Contratante irá disponibilizar, a fim de permitir a

elaboração do custo;

- t) Que o Item 15.2.3 seja retificado, a fim de exigir a apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato vigorar apenas após o prazo de trinta dias da contratação;
- u) Que sejam previstos quais são os "demais documentos descritos em item próprio do Edital" de maneira clara;
- v) Que seja esclarecido se a Minuta do Termo de Cooperação Técnica com a Instituição Financeira será apresentada no momento da habilitação ou no momento da contratação e se há exigência de algum banco específico;
- w) Que sejam feitos esclarecimentos em relação ao valor total dos contratos a ser informado.

É este o breve relato.

3. RAZÕES E CONCLUSÃO DO PREGOEIRO:

O Pregoeiro da CPL-PU conclui que o pedido não merece prosperar e decide manter as condições iniciais do Certame, pela justificativa a seguir:

Todos os pontos levantados em sede de Recurso de Impugnação foram alvo de Esclarecimentos, devidamente prestados no decorrer do período de publicação, em aba própria no Portal de Compras Governamentais (comprasnet), conforme preceitua os itens 24.5 e 24.7 do Edital, nos seguintes termos:

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico a seguir: cplpu@prefeitura.ufpb.br.

(...)

24.7. O pregoeiro responderá a todos os pedidos de esclarecimentos e recursos de impugnação através do Portal de Compras Governamentais (Comprasnet), na aba



Impugnações/Esclarecimentos/Avisos”, tornando-os disponíveis a todos os interessados.

Além disso, há algumas intervenções propostas pela Impetrante que são respondidas ou refutadas por esta, em seu texto, com suas palavras. Senão, vejamos:

a) *da data de abertura do Pregão:* Vide excertos do Recurso impetrado:

Excerto da pág. 01:

da sessão.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 19/04/2018 às 09:30.

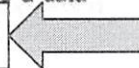


MARMITARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.472.693/0026-99, com matriz na Praça Victorio Costacurta,

Excerto da pág. 02:

2.1- DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, oportuno assinalar que a presente impugnação é tempestiva, pois foi protocolada mais de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qual seja 19 de abril de 2018.



2.2 - DA LEGITIMIDADE

Assim, a impugnante, em suas próprias palavras, estabelece, com clareza, a data estabelecida para a abertura do Pregão, não restando dúvidas quanto a sua efetivação.

b) *da vedação de oferecimento de preço unitário superior àqueles estimados pela Administração para cada item da Planilha:*

O TCU decidiu (Acórdão 1324/2005 Plenário) que se deve estabelecer nos instrumentos convocatórios, em atenção ao princípio do critério objetivo de julgamento das licitações, critérios objetivos de aceitabilidade das propostas das licitantes, **tanto para o preço global como para os preços unitários.** (gn)

Já a AGU, em sua Orientação Normativa nº 5, assim disciplinou o assunto:

"O jogo de planilha consiste na prática ilegal de se efetivar a contratação de proposta de menor preço global, mas com disparidade entre seus preços unitários e os apurados pela Administração. Dessa forma, com os aditamentos contratuais, permite-se o aumento dos quantitativos dos itens de preços unitários cotados por valores acima do mercado e a redução dos quantitativos dos itens cotados a preços inferiores de mercado. A ilegalidade ocorre em virtude de a Administração fixar, em seus editais, apenas critério de aceitabilidade **dos preços globais e não os dos preços unitários**, a despeito da literalidade do inc. X do art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993, que, ao disciplinar o conteúdo do edital, exige: 'o critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedadas a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência'" (gn).

Dessa forma, não há o que se falar em "excluir tal vedação".

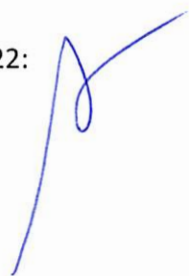
c) *da retificação do Item 3.2 do Edital:*

O Esclarecimento quanto a esse item foi prestado no comprasnet em 12/04/2018, às 12:34:11h, horário de Brasília, *litteris*: "...Após a ARP, vigorará o Contrato com a empresa eventualmente vencedora, que se sujeitará às condições estabelecidas na minuta do Contrato, contido no Anexo VI do Edital".

d) *da retificação do Item 9.6.2 do Edital:*

A Impugnante, em suas próprias palavras, utiliza a expressão "averba ", não restando dúvidas quanto a sua aplicabilidade. Vejamos o excerto da página 22 do Recurso de Impugnação:

Excerto da pág. 22:





Art. 8º Quando a pessoa jurídica necessitar participar de licitação, na jurisdição de CRN em que não desenvolve atividade, não se exigirá seu registro no CRN do local da realização da licitação.



O atestado poderá ser averbado no CRN do local onde os serviços serão executados, se o Edital assim o exigir, com chancela na forma constante do Anexo V.

Ademais, esse Esclarecimento já foi prestado no comprasnet em 10/04/2018, às 16:01:00h, horário de Brasília, litteris: "Independente de como seja definido, averbação ou registro, o importante é que cada atestado seja referendado pelo CRN".

e) da não-exigência de atestados de contratos já concluídos ou tendo já decorrido no mínimo um ano de sua execução, bem como comprovação da licitante possuir experiência mínima de 3 (três) anos:

A exigência referida está de acordo com orientações constantes do Acórdão Nº 1214/2013, do TCU e com o previsto na IN nº 02/2008, art. 19, do MPDG, verbis:

(...) Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber:

§ 5º Na contratação de serviços continuados, a Administração Pública poderá exigir do licitante:

I - Comprovação de que tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos; e

§ 6º Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos prevista no inciso I do § 5º, será aceito o somatório de atestados. (gn)

f) da retificação do Item 9.7 do Edital, a fim de exigir a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício para o Microempreendedor Individual;

Tal exigência já se encontra respaldada no Edital do Pregão, sem exceções, em sua cláusula 9.5.2: *Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos moldes do inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 1.078 do Código Civil, em consonância com o Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário. (gn).*

g) *da retificação do Item 9.12 do Edital, para que onde está prevista "restrição não-fiscal", conste "restrição fiscal";*

Foi publicada ERRATA ao Edital, sem que tal procedimento justifique republicação ou reabertura de prazo:

Onde se lê:

9.12 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição não-fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

Leia-se:

*9.12 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição **NO QUE TANGE À REGULARIDADE FISCAL**, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.*

h) *da apresentação de modelo de planilha de custos e formação de preços, nos*



termos do Item 12.1.2 do Edital:

A Impugnante, em suas próprias palavras, define a presença de Planilha em 02 (dois) anexos ao Edital, não restando dúvidas quanto a sua aplicabilidade. Vejamos o excerto da página 15 do Recurso de Impugnação:

Excerto da pág. 15:

entretanto no Edital não há qualquer modelo.

Existe apenas uma planilha em que são previstos os preços cotados pela Administração (Anexo XIII) sendo inclusive tal planilha abrangida no Modelo de Carta Proposta (Anexo VII).

Assim, deveria ser previsto modelo de planilha de custos e

Ademais, esse Esclarecimento já foi prestado no comprasnet em 17/04/2018 às 11:23:48h, horário de Brasília, *litteris*: "A planilha a ser apresentada será admitida no modelo da proposta, contida no anexo VII, podendo ser adaptada para o lote do qual deseja participar, sendo – por óbvio – uma proposta para cada lote."

i) da previsão da quantidade de comensais referente a Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET):

A previsão total máxima diária de refeições a ser produzida encontra-se no quadro 1, página 7 do Termo de Referência, Anexo I do Edital. Por força do Sistema de Registro de Preços, nenhuma quantidade será alterada. As residências estão incluídas em tal quantitativo. Não há o que questionar.

j) da previsão da quantidade de comensais e a frequência referente as unidades de CTDR Mangabeira, CCJ Santa Rita e CCAE Mamanguape:

Esclarecimento já prestado no comprasnet em 19/03/2018, às 15:06:39h, horário de Brasília, *litteris*: "Não há os campi mencionados. As unidades de Mangabeira e Santa Rita pertencem ao CAMPUS I e a unidade de Mamanguape faz parte do CAMPUS IV



(Litoral Norte), conjuntamente com Rio Tinto."

k) *da previsão da implantação da Residência Universitária na unidade de Rio Tinto, bem como uma estimativa da quantidade de comensais que abrangerá:*

A previsão total máxima diária de refeições a ser produzida encontra-se no quadro 1, página 7 do Termo de Referência, Anexo I do Edital. Por força do Sistema de Registro de Preços, nenhuma quantidade será alterada. As residências estão incluídas em tal quantitativo. Não há o que questionar.

l) *da obtenção de Autorização Sanitária de Funcionamento, grandes reformas e mudanças de engenharia no prédio da contratante:*

Nenhuma obra de engenharia será cobrada de uma eventual contratada. Ademais, eventuais ajustes serão tratados juntamente com a Fiscalização e a Superintendência dos Restaurantes Universitários. Lembramos que a licença sanitária é atribuição e obrigação da empresa contratada, que promoverá os meios para a sua obtenção.

m) *do Anexo X, item 7.15.1, ou sua retirada:*

Esclarecimento já prestado no comprasnet em 10/04/2018, às 16:03:09h, horário de Brasília, litteris: *"Pedimos que considerem a seguinte redação para o item 7.15.1 do Termo de Referência: 7.15.1. Manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo, de modo a cumprir plenamente as obrigações contratuais assumidas, conforme determinação legal, e em número suficiente para suprir à quantidade de refeições produzidas e atender ao desenvolvimento de todas as atividades INDISPENSÁVEIS AO BOM ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS".*

n) *do dimensionamento e quais locais serão abrangidos pela área externa, a fim de permitir a devida elaboração do custo referente à sua higienização:*



Esclarecimento já prestado no comprasnet em 10/04/2018, às 16:03:24h, horário de Brasília, *litteris*: "Cada ambiente tem as suas características peculiares, de modo que a eventual contratada se obrigará a manter limpas todas as instalações onde se servirão os alimentos."

o) do Anexo X, item 9.11, ou sua previsão:

Esclarecimento já prestado no comprasnet em 13/04/2018, às 14:28:33h, horário de Brasília, *litteris*: "Senhores Licitantes, por uma falha na elaboração do Termo de Referência pelo Setor requisitante, houve menção a anexos inexistentes. Pedimos que considerem a seguinte redação para o item 9.11 do Termo de Referência: "9.11. Os cardápios deverão ser diversificados quanto aos gêneros alimentícios e as preparações, e estarem de acordo com a frequência e per capita estabelecida para cada alimento ou preparação, conforme disposto nos quadros abaixo."

p) da exigência de duas opções de prato proteico diariamente, substituída pela apuração preliminar:

Esclarecimento já prestado no comprasnet em 10/04/2018, às 16:02:53h, horário de Brasília, *litteris*: "A sugestão poderá ser oferecida à Superintendência dos Restaurantes Universitários, no caso de sua empresa se sagrar vencedora, por ocasião da prestação dos serviços".

q) do esclarecimento de quais "per capitas" e frequências devam ser considerados diante da contradição da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e Quadro de Planejamento Semanal de Carnes e da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios (Anexo XIV).

Esclarecimento já prestado no comprasnet em 20/03/2018 às 11:56:28h, horário de Brasília, *litteris*: "Deve-se seguir o estabelecido no ANEXO XIV."

r) *do esclarecimento da quantidade de dias deve ser considerada: 5 dias ou 7 dias na semana:*

Esclarecimento já prestado no comprasnet em 10/04/2018 às 16:02:37h, horário de Brasília, *litteris*: "As refeições de finais de semana estão restritas aos alunos carentes, beneficiários do Programa de Alimentação da UFPB em todos os seus Campi e/ou unidades isoladas durante o período letivo, conforme calendário aprovado pela UFPB (item 1.2 do Termo de Referência)."

s) *da previsão mais clara da descrição dos mobiliários, equipamentos e utensílios que a Contratante irá disponibilizar:*

Esclarecimento já prestado no comprasnet em 13/04/2018, às 14:27:23h, horário de Brasília, *litteris*: "A empresa eventualmente contratada deverá possuir os equipamentos necessários ao bom atendimento dos serviços. Por ser supostamente empresa do ramo de alimentos, deverá saber quais equipamentos serão utilizados no dia-a-dia de seus serviços. Sugerimos a leitura com atenção da cláusula relativa à Visita Técnica."

t) *da retificação do item 15.2.3, a fim de exigir a apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato vigorar apenas após o prazo de trinta dias da contratação:*

A licitante eventual vencedora da licitação deverá providenciar de imediato a regularização de suas atividades junto ao CRN da região da prestação dos serviços, sob pena de praticar o exercício ilegal da profissão, a critério da entidade de classe correspondente.

u) *dos "demais documentos descritos em item próprio do Edital":*

Em conformidade com o art. 41 da Lei nº 8666/93, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.



Como se pode concluir, nenhuma cláusula não escrita poderá ser exigida de qualquer licitante, devendo-se ater aos documentos efetivamente constantes do edital e seus anexos.

v) do esclarecimento da Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira:

Esclarecimento já prestado no comprasnet em 04/04/2018, às 09:22:05h, horário de Brasília, litteris: "Tais condições serão aplicadas quando da assinatura do Contrato e, conforme o teor do ANEXO XI bem explica, serão pactuadas entre a UFPB e a Instituição Financeira a ser definida, não havendo qualquer participação de eventual contratada no citado termo. O modelo trata-se de mero anexo informativo."

w) do valor total dos contratos:

Esclarecimento já prestado no comprasnet em 04/04/2018, às 09:22:24h, horário de Brasília, litteris: "V.Sa deverá ater-se ao preenchimento do formulário apresentado no referido anexo, indicando, para cada um dos contratos firmados: a) O nome da empresa que o contratou, b) A vigência do contrato, entendida como o ano previsto para a sua conclusão ou expiração e c) O valor total do contrato, sendo este o último (mais recente) VALOR GLOBAL pactuado."

4. CONCLUSÃO:

A Impugnante, em suas próprias palavras em face de recurso de impugnação, apresenta, ela própria, muitas respostas às suas razões de inconformismo. Por outro lado demonstra claramente que não procurou se acerrar dos esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro, já contidos no âmbito do comprasnet.

Percebe-se falta de experiência em lidar com um certame licitatório na modalidade pregão eletrônico, culminando por demonstrar tal situação em suas atitudes e razões de recurso.

Verificamos, por fim, que outras licitantes interessadas, mesmo aquelas provenientes de outros Estados da Federação já efetuaram as suas visitas, mesmo sem a obrigatoriedade de fazê-las, procurando se cercar de todos os elementos que possam de alguma forma interferir na montagem de suas planilhas de custos, denotando que a argumentação apresentada pela Impugnante reveste-se meramente de inconformismo.

Concluimos que a Impugnante demonstra intenção de tumultuar o andamento do processo do pregão e procrastinar o evento. Cumpre-nos adverti-la que sua conduta pode ser, em tese e salvo melhor juízo, tipificada como retardamento intencional do processo licitatório, ensejando, se confirmada, a imposição das punições legais.

Diante do exposto, rejeitamos as impugnações apresentadas.

É O JULGAMENTO DO RECURSO:

Manter as condições originais do Edital, inclusive data e hora de abertura da sessão pública.

João Pessoa – PB, 17 de Abril de 2018.

ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA

Pregoeiro Oficial
(Original Assinado)

Ratifico a decisão:

PROF. DR. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário – Autoridade Competente
(Original Assinado)

EM BRANCO



PIER 43 SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÕES COLETIVAS LTDA - ME

RUA: CARLOS CÉSAR DE CARVALHO, Nº 121 - MANGABEIRA - JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.058-644.
FONE / FAX: (83) 3512-9398 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

ILMO.(A) SR.(A) PREGOEIRO(A).

Referência:

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL- PU Nº 006/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

PIER 43 SERVICOS DE ALIMENTACOES COLETIVAS LTDA - ME., CNPJ 14.764.808/0001-50, Inscrição Estadual 16.192.563-4, localizada na Rua Jose Cesar de Carvalho, nº 121, Lote 232 Quadra 204 - Mangabeira, CEP 58.058-644, João Pessoa - Paraíba. Por intermédio de seu representante legal o Senhor Leucio Augusto Pereira de Medeiros Junior, Brasileiro, Casado, empresário, CPF nº 601.835.604-00, Carteira de identidade nº 930.721 SSP/PB, residente à Rua São Gonçalo, nº 110 - Apto. 401 - Manaíra, CEP 58.038-330 - João Pessoa - Paraíba, com espeque no Art. 41, §2º da Lei 8.666/93 e Art. 12 do Decreto 3.555/00, que regulamentou o Pregão conforme Lei Federal 10.520/02 apresentar, **IMPUGNAÇÃO ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 006/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51**, em razão de ilegalidade constantes daqueles instrumento convocatório, conforme exposto nas anexas razões de impugnação.

1. OBJETO

Registro de Preços para Eventual Contratação de Pessoa Jurídica Especializada no Fornecimento de Refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III, IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba.

2. DOS FATOS

A despeito do Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe a Impugnante requer, em face da natureza das ilegalidades, divergências em face da legislação aplicável, assim como algumas obscuridades, razão pela qual se faz necessária a análise desta impugnação, e que seja a presente recebida no efeito suspensivo, e após regularmente processada seja-lhe dado provimento, para os



PIER 43 SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÕES COLETIVAS LTDA - ME

RUA: CARLOS CÉSAR DE CARVALHO, Nº 121 - MANGABEIRA - JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.058-644.
FONE / FAX: (83) 3512-9398 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

fins de se afastar do presente procedimento licitatório, exigência feita em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA, senão vejamos:

3. DA TEMPESTIVIDADE

Como a data marcada para recebimento das propostas é o dia 19 de abril de 2018, **TEMPESTIVA** a presente Impugnação protocolada nesta data.

4. DA LEGITIMIDADE

Nos termos do art.41, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93, "Até dois (2) dias antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

5. BREVE PREÂMBULO - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A impugnante é empresa interessada em licitação promovida pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, PREFEITURA UNIVERSITÁRIA para registro de preços, examinando criteriosamente o edital em comento, a impugnante constatou que o mesmo contém vícios, que estão a macular o procedimento, a saber:

5.1 DA VISTORIA

A visita técnica é facultativa. Contudo, a Prefeitura Universitária da UFPB recomenda veementemente que os licitantes a realizem, pois se trata de oportunidade única para que se aprecie tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto, além de conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, tais como: as condições locais, equipamentos necessários à execução, as características do local, os meios de acesso, etc.,



PIER 43 SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÕES COLETIVAS LTDA - ME

RUA: CARLOS CÉSAR DE CARVALHO, Nº 121 - MANGABEIRA - JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.058-644.
FONE / FAX: (83) 3512-9398 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

podendo fazer todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais.

5.2 DA DATA DO CERTAME

No edital lê-se: "Data da sessão: 02/04/2018. Horário: 09h:30min (horário de Brasília - DF)". Porém no portal do comprasnet.gov.br lê-se: "Abertura da Proposta: em 19/04/2018 às 09:30Hs". Podendo dessa forma, prejudicar a competitividade, em razão da data está antiga no edital.

5.3 DOS QUANTITATIVOS

Referente aos quantitativos, Campus: CTDR - Mangabeira, CCJ - Santa Rita e CCAE - Mamanguape.

5.4 DA EQUIPE DE TRABALHO - ANEXO X

Manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo, de modo a cumprir plenamente as obrigações contratuais assumidas, conforme determinação legal, e em número suficiente para suprir à quantidade de refeições produzidas e atender ao desenvolvimento de todas as atividades descritas no Termo de Referência, conforme recomendação do ANEXO X - QUADRO MÍNIMO DE PESSOAL PARA CADA UNIDADE. Portanto solicitamos que seja suprida essa omissão quanto ao referido anexo.

5.5 ESTRUTURA FÍSICO-FUNCIONAL

No Termo de referência do edital, onde lê-se: "Assinar, assim que iniciar a prestação do serviço, recibo relativo a todo material disponibilizado pela CONTRATANTE: mobiliários, equipamentos e utensílios conforme discriminação do inventário elaborado pela CONTRATANTE.

Responsabilizar-se, durante a vigência do contrato, pela substituição de todo item de mobiliário, equipamento e utensílio sob sua responsabilidade que venha a ser danificado, extraviado, furtado ou roubado, por outro do mesmo tipo e do mesmo modelo, mantendo a



PIER 43 SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÕES COLETIVAS LTDA - ME

RUA: CARLOS CÉSAR DE CARVALHO, Nº 121 - MANGABEIRA - JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.058-644.
FONE / FAX: (81) 3512-9399 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

qualidade e quantidade do material inicialmente disponibilizado pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE.

Restituir o mobiliário, equipamentos e utensílios cedidos pela CONTRATANTE imediatamente após o término do contrato em perfeito estado de conservação, ressalvado o desgaste natural de uso ou em caso de deterioração irreparável, quando a CONTRATADA deverá efetuar a substituição dos equipamentos até a data do encerramento do contrato.

Disponibilizar, no início do contrato, e mesmo ao longo do contrato, dos equipamentos e utensílios necessários para produção, distribuição e porcionamento, inclusive pratos, talheres, copos, guardanapos e tudo mais que for necessário à execução das operações descritas, podendo retirá-los ao término do contrato, bem como responsabilizar-se pela instalação dos mesmos;" Dessa forma, é necessário à descrição clara dos equipamentos / utensílios/ mobiliários e quaisquer outros objetos que se faça necessário para a elaboração dos custos.

Sendo assim, se o instrumento convocatório não for imediatamente retificado tecnicamente, consubstanciará, assim, uma patente e irrefutável ilegalidade no certame, impedido a competitividade, isonomia e a legalidade, princípios resguardados pela lei de licitações, vedados no ordenamento jurídico pátrio.

6. DO PEDIDO

Diante do exposto, aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, à Impugnante, requer, com supedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, **para que o ato convocatório seja retificado no assunto ora impugnado.**

Caso não haja acolhimento desta Impugnação, o que se admite somente como forma de argumento, requer seja a mesma encaminhada à autoridade superior para apreciação e julgamento, de onde se espera, receba integral provimento, por tratar-se de medida que refletirá a verdadeira distribuição de J U S T I Ç A!



PIER 43 SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÕES COLETIVAS LTDA - ME

RUA: CARLOS CÉSAR DE CARVALHO, Nº 121 - MANGABEIRA - JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.058-644.
FONE / FAX: (83) 3512-9398 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de **não modificado o dispositivo editalício impugnado**, tal decisão certamente não prosperará perante o Poder Judiciário, sem prejuízo de representação junto ao Tribunal de Contas da União.

Termos em que, pede deferimento.

João Pessoa - PB, 17 de abril de 2018.


PIER 43 SERVICOS DE ALIMENTACOES COLETIVAS LTDA

Leucio Augusto Pereira de Medeiros Junior

Rg. nº 930.721 SSP/PB

CPF nº 601.835.604-00

CNPJ 14.764.808/0001-50
PIER 43 SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÕES
COLETIVAS LTDA-ME
R. José César de Carvalho, 121 Lt. 232 Qd. 204
Mangabeira-CEP 58058-644
João Pessoa-PB

EMERSON



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 006/2018.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.058505/2017-51

JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO
PEDIDO ENCAMINHADO VIA E-MAIL

A Empresa PIER 43 SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÕES COLETIVAS LTDA. – ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.764.808/0001-50 e endereço na Rua Jose Cesar de Carvalho, nº 121, Lote 232 Quadra 204 – Mangabeira, João Pessoa (PB), por intermédio de seu Representante Legal apresentou manifestação de Impugnação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 006/2018 (o inteiro teor pode ser encontrado na página da CPL-PU, cujo endereço eletrônico é o seguinte: http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_SRP_006_2018_Impugnacao_PIER.zip), nos seguintes termos:

I) DA TEMPESTIVIDADE

A licitação está convocada para o dia 19/04/2018 e finda em 17/04/2018 o prazo para apresentação de Recursos de Impugnação, nos termos do Art. 41, § 2º da Lei 8666/93. Assim, esta impugnação é tempestiva, impondo-se seu conhecimento.

II) RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação visa ALTERAR as peças editalícias em epígrafe ante



o reconhecimento da necessidade da correção de desarmonias apresentadas, como pontos de inconformidade por parte da Impetrante, cuja redação mostra-se confusa e sem objetividade, porém, em apertada síntese, entende-se:

1. DA VISTORIA: A Impetrante não chegou a demonstrar o seu inconformismo quanto ao tópico relacionado com a Vistoria, limitando-se a reproduzir o teor da cláusula editalícia correspondente (10.1 do Edital), sem, contudo, apresentar qualquer pleito;
2. DA DATA "INCORRETA" DA SESSÃO PÚBLICA: A data da licitação no compresnet é 19/04/2018, entretanto, no Edital consta a data 02/04/2018. Segundo a Impetrante, tal fato poderá prejudicar a competitividade, em razão da data está antiga no edital. Em suas razões, não estabelece pleito quanto a este inconforismo;
3. DOS QUANTITATIVOS PARA O CTDR (MANGABEIRA) E CCJ (SANTA RITA): A Impetrante não chegou a demonstrar o seu inconformismo quanto ao tópico relacionado com os Quantitativos referidos, limitando-se a inserir mera referência a estes, sem, contudo, apresentar qualquer pleito;
4. DA EQUIPE DE TRABALHO SUPOSTAMENTE LISTADA EM UM "ANEXO X": A Impetrante reproduz a Cláusula correspondente e solicita que seja suprida essa omissão quanto ao referido anexo;
5. DA ESTRUTURA FÍSICO-FUNCIONAL (MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS): A Impetrante reproduz a Cláusula correspondente e solicita uma descrição clara dos equipamentos/utensílios/mobiliários e quaisquer outros objetos que se faça necessário para a elaboração dos custos.

Solicita, por fim, o recebimento, análise e admissão da peça recursal, para que o ato convocatório seja retificado no assunto ora impugnado.

É este o breve relato.

III) RAZÕES E CONCLUSÃO DO PREGOEIRO:

O Pregoeiro da CPL-PU conclui que o pedido não merece prosperar e



decide manter as condições iniciais do Certame, pela justificativa a seguir:

Todos os pontos levantados em sede de Recurso de Impugnação foram alvo de Esclarecimentos, devidamente prestados no decorrer do período de publicação, em aba própria no Portal de Compras Governamentais (comprasnet), conforme preceitua os itens 24.5 e 24.7 do Edital, nos seguintes termos:

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico a seguir: cplpu@prefeitura.ufpb.br.

(...)

24.7. O pregoeiro responderá a todos os pedidos de esclarecimentos e recursos de impugnação através do Portal de Compras Governamentais (Comprasnet), na aba "Impugnações/Esclarecimentos/Avisos", tornando-os disponíveis a todos os interessados.

Além disso, há algumas intervenções propostas pela Impetrante que são respondidas ou refutadas por esta, em seu texto, com suas palavras. Senão, vejamos:

(...)

3. DA TEMPESTIVIDADE

Como a data marcada para recebimento das propostas é o dia 19 de abril de 2018, TEMPESTIVA a presente Impugnação protocolada nesta data. (gn)

(...)

Dessa forma, a Impetrante, em suas próprias palavras, estabelece, com clareza, a data estabelecida para a abertura do Pregão, não restando dúvidas quanto a sua efetivação.

Portanto,

2. DA DATA "INCORRETA" DA SESSÃO PÚBLICA: Uma vez que a própria Impetrante descreve com clareza a data da abertura do pregão, não há o que se falar em



"data incorreta".

3. DOS QUANTITATIVOS PARA O CTDR (MANGABEIRA) E CCJ (SANTA RITA): O Esclarecimento quanto a esse item foi prestado no comprasnet em 10/04/2018, às 16:02:21h, horário de Brasília, *litteris*: "...Deve-se seguir o estabelecido no quadro 1 do item 4.4.6 do Termo de Referência (ANEXO I) As refeições estão distribuídas em suas quantidades máximas e o eventual transporte de qualquer quantidade será deduzido do total de refeições diárias previstas para cada lote, lembrando que Mangabeira e Santa Rita fazem parte do Campus I".

4. DA EQUIPE DE TRABALHO SUPOSTAMENTE LISTADA EM UM "ANEXO X": O Esclarecimento quanto a esse item foi prestado no comprasnet em 15/03/2018, às 15:18:41h e em 13/04/2018, às 14:28:33h, horário de Brasília, *litteris*: a) ..." Senhores Licitantes, por uma falha na elaboração do Termo de Referência pelo Setor requisitante, houve menção a um anexo inexistente. Pedimos que considerem a seguinte redação para o item 7.15.1 do Termo de Referência: "7.15.1. Manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo, de modo a cumprir plenamente as obrigações contratuais assumidas, conforme determinação legal, e em número suficiente para suprir à quantidade de refeições produzidas e atender ao desenvolvimento de todas as atividades INDISPENSÁVEIS AO BOM ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS." e b) ..." Senhores Licitantes, por uma falha na elaboração do Termo de Referência pelo Setor requisitante, houve menção a anexos inexistentes. Pedimos que considerem a seguinte redação para o item 9.11 do Termo de Referência: "9.11. Os cardápios deverão ser diversificados quanto aos gêneros alimentícios e as preparações, e estarem de acordo com a frequência e per capita estabelecida para cada alimento ou preparação, conforme disposto nos quadros abaixo".

5. DA ESTRUTURA FÍSICO-FUNCIONAL (MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS): O Esclarecimento quanto a esse item foi prestado no comprasnet em 16/04/2018, às 16:01:19h, horário de Brasília, *litteris*: "...Chamamos a sua atenção para o item 10.1 do Edital, sobre a visita técnica: "...conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, tais como: AS CONDIÇÕES LOCAIS, EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, AS CARACTERÍSTICAS DO LOCAL, os meios de acesso, etc., podendo fazer todos os

questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais. Outras referências a "equipamentos" encontram-se nos itens 1.3; 5.7.4; 7.4; 7.5; 7.13 e em mais 15 outras ocorrências".

Outra ocorrência relacionada com este mesmo tópico se verifica em 13/04/2018, às 14:27:23 horário de Brasília, *litteris*: "...A empresa eventualmente contratada deverá possuir os equipamentos necessários ao bom atendimento dos serviços. Por ser supostamente empresa do ramo de alimentos, deverá saber quais equipamentos serão utilizados no dia-a-dia de seus serviços. Sugerimos a leitura com atenção da cláusula relativa à Visita Técnica".

IV) CONCLUSÃO:

A Impugnante apresenta Recurso de Impugnação, citando tópicos que deveria conhecer muito bem, uma vez que uma de suas coligadas é a atual detentora de Contrato Emergencial para fornecimento de refeições nos Restaurantes Universitários.

Por outro lado demonstra claramente que não procurou se acerrar dos esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro, já contidos no âmbito do comprasnet.

Percebe-se falta de experiência em lidar com um certame licitatório na modalidade pregão eletrônico, culminando por demonstrar tal situação em suas atitudes e razões de recurso.

Verificamos, por fim, que outras licitantes interessadas, mesmo aquelas provenientes de outros Estados da Federação efetuaram as suas visitas, mesmo sem a obrigatoriedade de fazê-las, procurando se cercar de todos os elementos que possam de alguma forma interferir na montagem de suas planilhas de custos, denotando que a argumentação apresentada pela Impugnante reveste-se meramente de inconformismo.

Concluimos que a Impugnante demonstra intenção de tumultuar o



andamento do processo do pregão e procrastinar o evento. Cumpre-nos adverti-la que sua conduta pode ser, em tese e salvo melhor juízo, tipificada como retardamento intencional do processo licitatório, ensejando, se confirmada, a imposição das punições legais.

Diante do exposto, rejeitamos as impugnações apresentadas.

É O JULGAMENTO DO RECURSO:

Manter as condições originais do Edital, inclusive data e hora de abertura da sessão pública.

João Pessoa – PB, 18 de Abril de 2018.

ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA

Pregoeiro Oficial

(Original Assinado)

Ratifico a decisão:

PROF. DR. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

Prefeito Universitário – Autoridade Competente

(Original Assinado)

Emitido em 26/04/2018

CÓPIA DE PROCESSO Nº 511/2018 - PU - CPL (11.01.12.17)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/04/2018 16:32)

GISELLE DE MOURA ARANTES

AUX EM ADMINISTRACAO

2076773

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **511**, ano: **2018**, tipo: **CÓPIA DE PROCESSO**, data de emissão: **26/04/2018** e o código de verificação: **25e27ecc9e**